



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Daniel Henrique da Mota Ferreira

**Podemos pôr fim às oligarquias? A organização de um partido-movimento
na sociedade em redes (2014-2020)**

Rio de Janeiro

2021

Daniel Henrique da Mota Ferreira

Podemos pôr fim às oligarquias? A organização de um partido-movimento na sociedade em redes (2014-2020)



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de mestre, ao programa de Pós-graduação de Sociologia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Orientador: Prof. Dr. José Maurício Domingues

Rio de Janeiro

2021

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/D - IESP

F383 Ferreira, Daniel Henrique da Mota.
Podemos pôr fim às oligarquias? A organização de um partido-
movimento na sociedade em redes (2014-2020) / Daniel Henrique da Mota
Ferreira. – 2021.
116f.: il.

Orientador: José Maurício Domingues.
Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade do Estado do Rio
de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos.

1. Partidos políticos – Espanha – Teses. 2. Democracia – Teses. 3.
Tecnologia da Informação – Teses. I. Domingues, José Maurício. II.
Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Estudos Sociais e
Políticos. III. Título.

CDU 329(460)

Rosalina Barros CRB-7 / 4204 - Bibliotecária responsável pela elaboração da ficha catalográfica.

Autorizo para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Daniel Henrique da Mota Ferreira

Podemos pôr fim às oligarquias? A organização de um partido-movimento na sociedade em redes (2014-2020)

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de mestre, ao programa de Pós-graduação de Sociologia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 07 de janeiro de 2020.

Banca examinadora:

Professor Dr. José Maurício Domingues (Orientador)
Instituto de Estudos Sociais e Políticos - UERJ

Professor Dr. Breno Marques Bringel
Instituto de Estudos Sociais e Políticos - UERJ

Dr. Theófilo Codeço Machado Rodrigues
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro,

2021

DEDICATÓRIA

Ao professor Daniel de Pádua, pelo ensinamento

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos são sempre uma injustiça. É simplesmente humanamente impossível lembrar o nome de cada pessoa que contribuiu para o nascimento de uma obra humana, dado que cada esforço no conhecimento, é um esforço coletivo e voltado para o social. Dito isso, compete a cada um de nós fazer o melhor possível para sanar essa injustiça.

No meu caso, preciso começar agradecendo a FAPERJ pela sua bolsa de pesquisa, sem a qual seria impossível lidar com as exigências do mestrado e produzir pesquisa de qualidade. O financiamento público é o grande aliado da ciência. Que ele continue assim.

Após, não posso deixar de lado minha família, sem a qual não teria o suporte e nem o interesse para começar essas páginas. Meu pai, Marcilio Henrique, por todas as conversas e incentivos. À minha mãe, por dar tudo de si vinte quatro horas por dia, especialmente, no ofício de ser mãe. E claro, a minha irmãzinha Maria Fernanda por encantar meus dias.

Aos amigos do NELUTAS por terem me ensinado a unir pesquisa com engajamento social. João Roberto Lopes Pinto, Rodolfo Noronha, Lucas Moura, Aléxia Királis. Obrigado por tudo!

Como não poderia deixar de ser, preciso dar um agradecimento mais do que especial ao Núcleo de Estudos em Teoria Social e América Latina, o querido NETSAL. Cada conversa e discussão foi fundamental para avançar com essa pesquisa. Agradeço, portanto, muitíssimo aos seus coordenadores Breno Bringel e ao meu orientador José Maurício Domingues. O nível da contribuição de ambos está estampado nas várias citações e referências que essa obra tem, mas mesmo assim não está contido aqui todo o aprendizado.

Dito isso, não posso esquecer dos colegas e amigos que fiz no mesmo grupo de pesquisa. Poder discutir e escrever junto com alguns dos profissionais mais talentosos que já conheci foi uma experiência ímpar que marcou profundamente meu amadurecimento intelectual. Aos colegas do núcleo de movimentos sociais e do laboratório pela paciência e o aprendizado: Marília Closs, Vitória González, camarada Lara Sartorio, Paulo Limongi, Giovana Zucatto, Renata Rodrigues. Vocês muito me ensinaram e muito me escutaram. Além disso, preciso agradecer demais ao subgrupo de teoria social por ter lido atentamente o meu trabalho enquanto ainda estava em andamento e ter dado contribuições valiosíssimas. Agradeço muito ao Raul Nunes, Francisco “Chico” Bedê, Gabi Caruso, Victor Piaia, Ana Beatriz, Mariane Reghim, Felipe Macedo. Especialmente, Duda e Lu, que além de tudo foram minhas confidentes de todas as horas. E Paula Baltar, uma amiga que se tornou ainda mais próxima desta pandemia, e cujos

trabalhos como revisora nesse ano foram inestimáveis! Pessoal, muito, muito, muuito obrigado!

Preciso agradecer ainda aos amigos que ganhei no IESP, porque por mais afastados que estivemos esse ano, ter vocês do outro lado da tela e dividir nossos problemas me faz mais forte. Obrigado pelo apoio até aqui: Kayo, Poema, Vi, Duda, Lu(isa), Matheus, Dani, Mari, Luiz, Carol, Iná, Lu(ana), Karimiga, Jeff, Thaís, Fernanda e Vanessa. Uma alegria e uma honra ter entrado e conhecido vocês!

Deixo ainda meu muito obrigado aos amigos que tem o suplício de me acompanhar desde o colégio e aos que me aturam desde a PUC-Rio. Vocês sem dúvida tiveram que escutar muito da minha dissertação, pois só de abrir a boca a informação já vazava. Especialmente ao Bê e ao meu irmão pelas jogatinas de terça à noite, fundamentais para a sanidade mental. Obrigado pela paciência.

Por fim, como não poderia deixar de ser, deixo o meu mais fundamental obrigado ao meu irmão Matheus e a minha companheira Bruna. Vocês são os meus mais fundamentais revisores, interlocutores, amigos. Com vocês quero compartilhar minha vida, entrelaçá-la em laços comuns de afeto. Com vocês, portanto, aprendo porque luto e porque escrevo.

Os homens? - Sem Medo sorriu tristemente - os homens serão prisioneiros das estruturas que terão criado. Todo organismo vivo tende a cristalizar, se é obrigado a fechar-se sobre si próprio, se o meio ambiente é hostil: a pele endurece e dá origem a picos defensivos, a coesão interna torna-se maior e, portanto, a comunicação interna diminui. Um organismo social, como é um Partido, ou se encontra num estado excepcional que exige uma confrontação constante dos homens na prática - tal uma guerra permanente ou tende para a cristalização (...). O organismo vivo, verdadeiramente vivo, é aquele que é capaz de se negar para renascer de forma diferente, ou melhor, para dar origem a outro

Pepetela

The place they go towards is a place even less imaginable to most of us than the city of happiness. I cannot describe it at all. It is possible that it does not exist. But they seem to know where they are going, the ones who walk away from Omelas.

Ursula K Le Guin

RESUMO

FERREIRA, Daniel Henrique da Mota. *Podemos pôr fim às oligarquias? A organização de um partido-movimento na sociedade em redes (2014-2020)*. 116f. Dissertação (mestrado em Sociologia). Instituto de Estudos Sociais e Políticos - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2021

O presente trabalho visa iluminar as discussões sobre organização política partidária no presente século, à partir da análise do partido Podemos, da Espanha. Considerando as mudanças após os recentes ciclos de ação coletiva, propaladas pelo avanço das tecnologias de informação e comunicação (TIC), propõe-se pensar os ganhos dos seus usos para a democracia interna partidária a partir da análise deste caso concreto. O presente trabalho assume que é um problema recente apontado pelos ciclos de protestos o descolamento entre as novas práticas sociais e os partidos políticos tradicionais vistos como parte de um sistema político blindado às pautas sociais. Assim, o Podemos é estudado como uma maneira de iluminar as tendências partidárias mais gerais, advindas de mudanças nas formas de organização e percepção subjetiva na contemporaneidade. Para tanto, fizemos um levantamento bibliográfico de fontes secundárias, incluindo aí entrevistas com membros do partido, bem como uma análise documental dos principais documentos e regramentos em disputa nas assembleias cidadãos com o fito de reconstituir os meandros do Podemos. Com este objetivo, no capítulo 1 apresentamos os conceitos de partido, e de democracia interna partidária, bem como o problema das tendências à oligarquização partidária em diferentes tipologias. Após, no capítulo 2, apresentamos o surgimento de uma nova clivagem como parte das mudanças nas formas de organização para uma estrutura em redes e cotejamos com os problemas advindos da mesma. No capítulo 3, a reconstituição da trajetória do Podemos até o presente dá materialidade para a discussão que havia sido apresentada, destacando-se os problemas recentes do partido para fortalecer a democracia interna contra a centralização e personalismo assumidos pelo partido. Na conclusão, por fim, retomamos os conceitos e consideramos que um dos maiores perigos das novas tendências da organização partidária reside nas hiperlideranças.

Palavras-chave: Podemos. Partido-movimento. Democracia interna partidária. Oligarquias.

Redes. Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

ABSTRACT

FERREIRA, Daniel Henrique da Mota. *Can we put an end to oligarchy? An organisation of a movement party in the network society (2014-2020)*. 116f. Dissertação (mestrado em Sociologia). Instituto de Estudos Sociais e Políticos - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2021

The present work aims to highlight the debates on the party's political organisation in the present century. For this goal, it focuses the analysis on the concrete case of Podemos' party, in Spain. Considering the changes after the recent collective action cycle, propelled by Information and Communication Technology (ICT), it proposes to think of their gains for internal party democracy focusing on Podemos. Thus, Podemos is studied as a way to illuminate the more general party tendencies, arising from changes in the forms of organization and subjective perception in contemporary times. We carried out a bibliographic survey of secondary sources, including interviews with members of the party, as well as a documentary analysis of the main documents and rules in dispute in citizen assemblies with the aim of reconstructing the meanders of Podemos' organisation. Thus, in chapter 1 we present the concepts of party, and internal party democracy, as well as presenting the problem of tendencies towards party oligarchization in different typologies. Then, in chapter 2, we present the emergence of a new cleavage as part of the changes in the forms of organization for a networked structure and we discuss the problems arising from it. Chapter 3 analysis the the trajectory of Podemos until the present, giving materiality to the discussion that had been presented and highlighting the recent problems of the party in strengthening internal democracy against centralization and personalism. The conclusion returns to the concepts presented along the chapters and consider that one of the greatest dangers of the new tendencies of the party organization resides in hyper-leaderships.

Palavras-chave: Podemos. Movement party. Intraparty democracy. Oligarchies. Networks. Information and communication technology.

LISTA DE SIGLAS

C/ CIU	<i>Ciudadanos</i>
DIP	Democracia Interna Partidária
DRY	<i>Democracia Real Ya</i>
EUA	Estados Unidos da América
FAANG	Facebook, Apple, Amazon, Netflix, Google (alphabet)
FANGAM	Facebook, Apple, Amazon, Netflix, Google, Microsoft
FAPERJ	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
LOREG	<i>Ley Orgánica del Régimen Electoral General</i>
MAS	Movimento ao Socialismo
M5S	MoVimento 5 Estrelas
NTIC	Novas Tecnologias de Informação e Comunicação
PP	Partido Popular
PSOE	Partido <i>Socialista Obrero de España</i> - PSOE
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade - PSOL
PT	Partido dos Trabalhadores - PT
PAH	Plataforma de Afetados pelas Hipotecas - PAH
SPD	Partido Social Democrata Alemão
VUT	Voto Único Transferível - VUT
TIC	Tecnologia de Informação e Comunicação - TIC
UCD	<i>Unión Centro Democrática</i> - UCD
UGT	<i>Unión General de Trabajadores</i>

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: PODEMOS PÔR FIM ÀS OLIGARQUIAS?.....	14
1 DO QUE O PARTIDO É PARTE?.....	19
1.1 Organizar a mediação.....	19
1.2 A Organização partidária: apontamentos teóricos.....	24
1.2.1 <u>Michels e a Lei de Ferro.....</u>	<u>25</u>
1.2.2 <u>Duverger: o partido de massas e o apogeu da democracia de partidos.....</u>	<u>26</u>
1.2.3. <u>Partido Catch All e Cartel: tendências contemporâneas.....</u>	<u>28</u>
1.2.4 <u>Um balanço crítico das teorias.....</u>	<u>31</u>
1.3 A democracia para além de um princípio.....	33
1.3.1 <u>Democracia e Democracia Interna Partidária.....</u>	<u>35</u>
1.3.2 <u>Partido-Movimento: solucionando o dilema de Michels?.....</u>	<u>37</u>
1.4 Considerações parciais.....	39
2 DA DEMOCRACIA DAS REDES A HIPERLIDERANÇA: DILEMAS DA ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA NA ATUAL MODERNIDADE.....	41
2.1 Clivagens e organização.....	42
2.2 O partido e o movimento.....	44
2.3. A organização em redes na modernidade.....	47
2.3.1 <u>Redes digitais e transformações na ação coletiva.....</u>	<u>51</u>
2.3.1.1 Redução do número de intermediários.....	51
2.3.1.2 Autocomunicação de massas e autonomia.....	52
2.3.2 <u>Tecnologia digital e organização política.....</u>	<u>54</u>
2.4. Dilemas dos partidos nas sociedades em rede.....	56
2.4.1 <u>Entre o movimento e o cartel.....</u>	<u>60</u>
2.5. Considerações parciais acerca do capítulo.....	64
3 O MOVIMENTO E A MÁQUINA: TENSÕES ENTRE AS “HIPÓTESES PODEMOS” E O ACONTECIMENTO 15-M.....	66

3.1.	Da oligarquização do “regime de 78” à crise orgânica.....	67
3.2	O Acontecimento 15-M.....	70
3.3	Os Partidos do 15M.....	75
3.3.1	<u>As Hipóteses Podemos.....</u>	77
3.4	O movimento e o partido: Inovações da democracia interna.....	79
3.4.1	<u>O partido do partido: tática e democracia interna.....</u>	83
3.5.	Limites da hipótese Podemos e suas metamorfoses.....	86
3.5.1	<u>A estratarquia de Podemos.....</u>	88
3.5.2	<u>Vistalegre II.....</u>	91
3.5.3	<u>Vistalegre III.....</u>	94
3.6	Considerações Parciais acerca do capítulo.....	96
	CONSIDERAÇÕES FINAIS: PODEMOS PÔS FIM ÀS OLIGARQUIAS?.....	99
	REFERÊNCIAS.....	105

INTRODUÇÃO: PODEMOS PÔR FIM ÀS OLIGARQUIAS?

Como um espectro incapaz de ser exorcizado, a “crise de representação” volta ao centro do debate para nomear o mal-estar em relação aos partidos políticos e demais canais institucionais da democracia representativa. As crises, porém, abrem alternativas possíveis, permitindo surgir outras formas de organização. O objetivo desta dissertação, financiada pela FAPERJ, é discutir um caso, surgido em uma dessas crises, capaz de iluminar algumas tendências possíveis na forma partido: nos referimos ao partido espanhol Podemos.

A *malaise* com relação à representação partidária não é algo novo. Robert Michels, em 1912, em seu livro *Sociologia dos partidos políticos*, já vaticinara que “quem diz organização, diz oligarquia” (MICHELS, 1982, p. 238). O tom crítico contra as organizações se deve justamente ao fato que apenas com elas é que Michels via também a possibilidade dos desprivilegiados garantirem suas demandas. Portanto, é uma preocupação que nasce na medida em que o autor se via em uma contradição: para ter democracia era preciso organização, mas a organização poderia sequestrá-la.

Assim, é bem verdade que nos vemos em crise desde que, a partir da segunda metade do século XX, os partidos passaram a cair em certo desprestígio popular. Diagnósticos não faltaram apontando que o partido se desvencilhava de suas posições ideológicas (KIRCHHEIMER, 2012), tornava-se um aparato técnico-profissional (PANEBIANCO, 2005) ou mesmo que os partidos passavam a agir de maneira cartelizada (KATZ; MAIR, 1995).

Houve ainda quem apontasse que um novo tipo de regime oligárquico estaria em curso (DOMINGUES, 2019; STREECK, 2012). Essa oligarquização seria resultado de um processo em que o sistema político passa a ter autonomia sobre a decisão dos cidadãos. Em parte, porque a facilidade com que o capital financeiro avança, influenciou a criação de sistemas de regulação supranacionais, por fora dos centros de decisão democráticos e difíceis para o cidadão comum entendê-los, conforme Streeck (2012) observa.

Esse cenário com tinturas distópicas, leva em si a sua própria negação. O deslocamento do discurso hegemônico ocasionado pelos novos ciclos de indignação global (BRINGEL E PLEYERS, 2017) nos levou a reconsiderar mais uma vez a questão entre as instituições formais de organização e o processo de oligarquização. Da primavera árabe a Junho de 2013, passando pelo 15-M e o Occupy Wall Street, essas mobilizações massivas reavivaram o debate sobre auto-organização, espontaneidade e horizontalidade em cerrada oposição aos mecanismos

formais que a modernidade estatalmente organizada pareciam engendrar (CASTELLS, 2013a; DELCLÓS, 2015; BRINGEL E PLEYERS, 2017). Em grande medida, o imaginário que encampam emerge de mudanças materiais nas formas de organização, impulsionadas, sobretudo, pelas Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC).

O desenvolvimento das tecnologias de informação são cruciais para se entender as mudanças nas formas do ativismo nas últimas décadas. De repente, tornou-se mais fácil se organizar, mais fácil se comunicar com milhares e articular milhões (CASTELLS, 2009). Esses elementos, por sua vez, permitem também um novo regime de produção de lideranças e dirigentes, mais descentralizado (NUNES, 2015a) e menos formal (BRINGEL; PLEYERS, 2015).

As redes, ao ganharem importância como princípio de organização social, marcam uma mudança na modernidade, a partir da qual a colaboração voluntária se torna um mecanismo de coordenação de destaque, frente às épocas pretéritas mais baseadas no comando e nas trocas (DOMINGUES, 2013). Em outras palavras, abriu-se um paradigma que questiona a própria divisão dicotômica da sociedade entre o público, como terreno do Estado, e o privado, como terreno do mercado, onde novos tipos de discussão sobre formas de gestão baseadas no comum também ganham protagonismo (TUPINAMBÁ, 2017; TEIXEIRA, 2017).

As TICs deram concretude ao imaginário social de uma sociedade com maior participação que alimentava formas de uma democracia mais direta. Entretanto, dada a importância crescente que o Estado ainda tem nos dias atuais, para que os grupos sociais possam garantir seus direitos ou as políticas que desejam, atuar por dentro dele continua sendo relevante para os movimentos. Assim, havia uma contradição entre a ojeriza à representação política tradicional e a necessidade de demandar do Estado políticas públicas, posto que a principal forma de controle esse processo é através dos canais de participação, em especial o partido político.

A partir de 2014, a aparente contradição entre a forma partido —como entendida pelo imaginário liberal— e a dos recentes protestos parece ter encontrado uma síntese. A crise econômica e política pela qual passava o sul da Europa, desencadeada por medidas de austeridade adotada por alguns países, abriu uma janela de oportunidade política (TARROW, 2009), desembocando no surgimento, na Espanha, do Podemos. O partido apresentou de maneira clara tal síntese ao inovar em práticas de organização interna aprendidas com as experiências das *acampadas*, a famosa tomada e ocupação das praças espanholas. Delas, retiraram as propostas que deram origem aos *círculos ciudadanos* e o uso inovador da internet

e dos meios digitais para a inclusão de membros e para facilitar sua deliberação¹.

O Podemos foi apenas uma das muitas forças partidárias que reconfiguraram o tabuleiro europeu. Junto com o sucesso eleitoral do Syriza², e mesmo do Movimento 5 Estrelas³, muitos falaram que havia chegado a hora dos partidos-movimentos (WALLERSTEIN, 2015). Cada um destes partidos-movimentos trouxeram e trazem contribuições importantes para pensar a organização política no tempo presente.

Todavia, acreditamos que para os fins propostos nesta dissertação o Podemos é, dos partidos surgidos, o mais relevante. Em primeiro lugar, porque ele traz para dentro de si a utopia dos novos ciclos pautados nos usos das TICs como forma de exercer a democracia direta. Talvez, o caso que mais se assemelharia a ele seja o italiano M5S. Entretanto, o Podemos tem uma ligação forte com a América Latina muito superior àquela do M5S. Suas principais lideranças vieram para o continente enquanto acadêmicos e daqui extraíram lições que usaram na consolidação de seu sucesso eleitoral. Muitas das suas táticas, assim como seu referencial populista advieram dos desdobramentos desse contato com a chamada “onda rosa” (SCHAVELZON, 2015).

Se o Podemos foi influenciado pelos governos progressistas na América Latina, ele também os influencia de volta, pois se torna um modelo a ser debatido, assimilado e discutido pelas lideranças progressistas da região. No Brasil, lideranças como Luiz Inácio “Lula” da Silva usaram o Podemos como um fator de comparação do que seria um modelo de partido-movimento⁴. Sua organização estimulou iniciativas de criação de partidos no país — que não se concretizaram — assim como levou alguns já consolidados, como o PSOL, a modificar suas estratégias⁵. O sucesso do partido parece advir de duas contribuições importantes. De um lado, uma mudança de narrativa conduzida pelo grande uso midiático. De outro, uma forma diferenciada de conceber participação e democracia ancorada nos avanços nas tecnologias de

¹ Os círculos eram originalmente espaços locais ou temáticos dentro da estrutura do partido voltada para a deliberação e o encontro entre os militantes. Discutiremos com maior detalhe essa questão no capítulo 3.

² Syriza é um partido de esquerda grego formado pela coligação de 13 partidos e movimentos sociais. Desde 2014 era visto como um “partido irmão” do Podemos por suas propostas anti-austeridade. Em 2015 ganhou as eleições e veio a governar sem conseguir tomar as medidas que defendia.

³ O Movimento 5 Estrelas (M5S) é um partido político italiano, criado em 2009, sob a liderança do carismático humorista Beppe Grillo. Inicialmente fazendo uso de um blog como instrumento para permitir a deliberação interna e uma democracia mais direta, o partido atingiu grandes níveis de sucesso eleitoral e se tornou uma das maiores forças políticas na Itália.

⁴ VALOR Econômico. Política. Lula prega "revolução no PT". Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2015/06/23/lula-prega-revolucao-no-pt.ghtml> ou as ferramentas oferecidas na página. acesso 13/12/2020

⁵ EL PAÍS BRASIL. Fenômeno na Espanha, Podemos inspira os descontentes no Brasil. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/21/politica/1419192854_929193.html>. acesso 14/12/2020

informação e comunicação. A questão chave, portanto, é em que medida o partido consegue ser forte eleitoralmente e ainda capaz de ampliar sua democracia interna, rompendo com os processos oligárquicos.

Para conseguir responder essa questão, foi feito um levantamento bibliográfico especialmente pautado em fontes secundárias sobre o Podemos. Nesse material, foi possível recuperar entrevistas, análises e descrições prévias da composição do partido e das percepções de suas lideranças. Mas queríamos avançar sobre os impasses da organização e, por isso, cotejamos essa metodologia com a reconstituição das disputas nas Assembleias Cidadãs a partir de seus resultados e de documentos presentes nos sites ligados ao partido. Dessa forma, foi possível avançar com pontos obscuros e propor um melhor panorama da evolução da organização partidária.

Os resultados obtidos foram tratados e discutidos com base nas discussões teóricas desenvolvidas. Afinal, seu objetivo último é entrever uma possível tendência na forma partidária. As questões teóricas foram apresentadas de forma mais expositiva nos dois capítulos iniciais, sendo alguns pontos retomados quando tratamos da análise de caso concreto, o Podemos.

Assim, para garantir uma melhor exposição do argumento, essa dissertação foi dividida em três capítulos. No primeiro capítulo, procuraremos tratar o partido com foco na relação entre sociedade civil e Estado ou, como iremos trabalhar, entre sistema político societal e sistema político estatal, observando nesse processo o problema das tendências à oligarquização partidária. Argumentaremos também que contra essas tendências sempre se insurgiram formas de organização partidária voltadas à garantia da democracia interna e que, na presente época, essa se torna uma das principais maneiras do partido se legitimar aos olhos da população. Nisso, estudaremos ao fim o caso específico dos chamados partidos-movimentos como um dos representantes dessa forma de organização orientada à democracia interna.

No capítulo 2, procuraremos tratar da questão das tecnologias digitais, observando que elas contribuíram para modificar a percepção geracional e criar uma nova clivagem. Essa clivagem, argumentamos, é fruto de mudanças mais profundas nas formas de organização social, que podemos identificar pela expansão de práticas em redes, tanto nas formas de ação coletiva como na prática diária do indivíduo. Elaboraremos como isso modificou o imaginário do que se entendia por democracia para uma nova subjetividade que passa a ser crítica das formas tradicionais. E por fim exploraremos a tensão entre essa maior autonomia e facilidade de mobilização que seria vinculada ao uso da internet com a tendência das próprias redes digitais em produzir hiperlideranças altamente midiáticas.

No capítulo 3, o caso do Podemos se torna ilustrativo das discussões anteriores. Apresentaremos suas origens, destacando o aspecto sociogenético por trás de seu surgimento, mas sem descuidar dos aspectos institucionais. Ressaltaremos a importância do acontecimento 15M para dar início à organização. Do seu início passamos para as razões do seu sucesso, a hipótese Podemos, e depois para as disputas, internas como externas, que marcaram o desenrolar da própria organização.

Ao final, na conclusão, procuraremos retomar os pontos principais expostos nos capítulos para refletir sobre o Podemos em uma época em que se fala cada vez mais em oligarquização do sistema político e também em autonomia e democracia direta pela internet. Nossas conclusões nos apontam para um quadro em que se deve cotejar de fato tendências à cartelização e à produção de hiperlideranças com propostas mais abertas de democracia interna. De fato, em meio a esse processo, o que fica claro é que o sucesso eleitoral é garantido por assumir certa centralização estratégica e hipermediatização das lideranças, mas dado que se tem na base dessa nova clivagem um apelo à maior autonomia, isso pode se transformar em um ponto de tensão. Com isso, procuramos balizar algumas possíveis tendências que parecem se delinear a partir da organização do Podemos.

1 DO QUE O PARTIDO É PARTE?

o partido político é fundado na maioria dos casos no princípio da maioria, e sempre é fundado no princípio da massa (Robert Michels)

O objetivo deste capítulo é apresentar alguns conceitos e chaves analíticas que nos serão essenciais adiante – quando formos, no capítulo 3, tratar do Podemos, dos seus problemas e especificidades. Para entendê-lo, é fundamental, desde já, apresentar um balanço das principais discussões sobre a organização partidária e sua democracia interna.

Como expomos na introdução, muitos dos novos partidos se auto-intitularam movimentos e buscaram modificar as suas estruturas internas para permitir formas mais fluídas e democráticas — ao menos aparentemente. Portanto, devemos compreender como operam os partidos na sua relação entre a sociedade e o Estado, para compreender também porque se tornaram tão criticados nos tempos atuais. Nossa provocação aqui é em grande medida responder ao dilema que Michels colocou: para ter democracia, a participação igualitária dos indivíduos na sociedade, é preciso organização, mas as organizações tendem a criar suas formas de oligarquias.

Isso requer definir o conceito de partido, retomar a teoria da organização partidária, bem como as possíveis tendências que são discutidas sobre a relação entre as forças sociais, os partidos e o sistema político. Ademais, nos obriga a considerar a relevância do tema da democracia interna — e sua relação com uma teoria normativa da democracia — como parte da resposta social aos partidos políticos. Ao final desta reflexão, nos questionamos em que medida os partidos-movimentos podem ser uma solução e quais os desafios que são colocados para eles.

1.1 Organizar a mediação

As organizações partidárias modernas “são filhas da democracia, do sufrágio universal, da necessidade da propaganda de massas e da organização dessas mesmas massas”, discursou certa vez Max Weber (2003, p. 58). Antes do século XIX, partido era uma palavra maldita, sinônima de facção, segundo a qual grupos movidos por interesses pessoais ameaçavam a paz e a harmonia do governo (SCARROW, 2006). No entanto, essa forma de enxergar, que faz

dos renascentistas Guelfos e Gibelinos partidos políticos, não consegue nos dizer o que a modernidade realmente veio a entender por esse termo.

Apenas com a expansão do sufrágio e com a concentração do poder em torno dos Estados-nacionais é que os partidos se tornam figuras decisivas (GERBAUDO, 2019, SCARROW, 2006). Afinal, apenas ali uma estrutura organizacional centralizada haveria de se juntar às disputas em torno do ideal de soberania popular enquanto poder constituinte (NEGRI, 2015), recém-proposto por Rousseau e magnificado nas revoluções, principalmente a francesa (GERBAUDO, 2019)⁶. Somente com a soberania popular é que podemos compreender o que Michels (1982) sugere ao escrever que esta organização é fruto do princípio majoritário e do princípio das massas. Isso porque mesmo as posições mais conservadoras são obrigadas a discursar para o povo, buscando fazer com que seus interesses parecessem universais ou iguais ao da maioria.

Não à toa será nessa época em que Edmund Burke dará a sua clássica definição de partido, segundo a qual esse é “um corpo de homens unidos para promover por seus esforços conjuntos o interesse nacional sobre algum princípio particular no qual todos concordaram” (BURKE,[1886] 2007, n.p., tradução nossa⁷). Essa definição é atualizada por Max Weber (2003), para quem o partido deve ser considerado uma associação que disputa o poder para obter ganhos materiais ou simbólicos aos seus membros e dirigentes. Weber vai mais longe, pois identifica que o processo para a disputa do poder de forma pacífica é o mercado eleitoral, de tal sorte que a cidadania aparece como uma forma de consumo.

Schumpeter (1984) concorda e desdobra o argumento, fazendo da democracia sinônimo da competição eleitoral entre as organizações partidárias dentro das regras estabelecidas. Assim, o poder popular fica totalmente adstrito e umbilicalmente ligado ao voto. Inspirado nesta teoria da democracia do economista austríaco, Anthony Downs irá desenvolver sua teoria econômica das eleições, definindo partido como “uma equipe de homens buscando controlar os aparatos governamentais ao ganhar cargos em uma eleição devidamente constituída” (DOWNS, 1957, p. 25, tradução nossa⁸). Neste primeiro quadro, temos uma definição de partidos políticos em conformidade com o imaginário do pensamento liberal. Nele, ocorre uma divisão entre a sociedade civil — terreno do indivíduo e de suas relações privadas —

⁶ Uma visão similar é proposta por Negri (2015), ao defender o Poder Constituinte por trás da Revolução Francesa, a qual, diferente da Americana, não buscou restringir sua revolução à inovação do espaço político, mas procurou refundar o próprio tecido social.

⁷ No original: “a body of men united for promoting by their joint endeavours the national interest upon some particular principle in which they are all agreed”.

⁸No original: “a political party is a team of men seeking to control the governing apparatus by gaining office in a duly constituted election”.

Há ainda uma outra forma de conceber o partido político, por meio da sua vertente revolucionária. Para o sociólogo Michael Löwy (2005), Marx rompeu com a solução de salvador vindo do alto — presente na abordagem weberiana —, por acreditar que o partido comunista atua por dentro do movimento operário para catalisá-lo, de tal sorte que a totalidade do movimento se faria autorrepresentada e não apenas os donos dos meios de produção.

Esse tema de Marx será desenvolvido de forma mais clara por Gramsci (2016). Para o marxista italiano, o partido deve ser pensado de forma ampliada — ou integral —, de tal sorte que um jornal pode sê-lo (FILIPPINI, 2017). O fundamental é que se busque universalizar o ponto de vista de um grupo social na disputa pela hegemonia, isto é, a “direção moral e política” da população (GRAMSCI, 2015, p. 140). Note-se que, na sua proposta, é ressaltado o elemento ético-político de buscar mudar as normas que organizam a sociedade e a percepção dos indivíduos sobre si mesmos, diferenciando-se nesse ponto das lutas econômicas travadas pelos sindicatos e que visam ganhos imediatos dentro das regras pré-estabelecidas.

O interesse gramsciano no partido está na sua dimensão de mudar o consenso, sendo essa reflexão, no caso dos partidos, derivada de seu conceito de Estado ampliado, síntese dialética entre os aparelhos privados produtores de consenso e o Estado propriamente dito, representado pela fórmula “sociedade civil + sociedade política, isto é, hegemonia couraçada de coerção” (GRAMSCI, 2016, p. 248). Para ele, as nações de capitalismo mais avançado à sua época desenvolveram um maior entrelaçamento entre as instâncias da sociedade civil e as instituições públicas. Por esse motivo, não bastava tomar o Estado em um só golpe, mas modificar o consenso hegemônico dentro das principais instituições que o compunham, antes da classe operária poder assaltá-lo.

Na concepção gramsciana, a hegemonia é o que garante a emergência de um movimento *ex novo* (GRAMSCI, 2015). O partido é a versão moderna do príncipe por sintetizar em si os germes dessa nova vontade coletiva. Gramsci exemplifica seu ponto com os jacobinos, os quais teriam construído uma vontade coletiva nacional-popular capaz de representar não apenas o interesse da sua classe, mas de universalizar os interesses gerais no processo histórico. No limite, o objetivo do partido revolucionário é o fim do Estado enquanto coerção, conduzindo a uma sociedade autogovernada a partir do consentimento.

Apesar da diferença entre a fórmula crítica do marxismo e a fórmula liberal, o que há em comum entre ambas é que o partido se coloca como um mediador entre a sociedade e o Estado, politizando as demandas da primeira e trazendo-as para as disputas universais no segundo. A mudança de perspectiva entre um e outro está no escopo da arena de lutas e, portanto, do que se pode transformar e ao que se pode opor: as propostas minimalistas aceitam

mais facilmente os limites jurídico-políticos estabelecidos, o positivismo das próprias normas, enquanto que uma perspectiva revolucionária, por ser antissistema e por pregar o fenecimento do Estado, extrapola os seus limites.

Procuraremos explicitar melhor o que significa para nós esta mediação. Um caminho é nos apoiarmos nos apontamentos de José Maurício Domingues (2019). Assim como Gramsci, há um interesse em questionar a dualidade do imaginário político moderno que apresenta uma divisão entre a sociedade e o indivíduo, de um lado, e o cidadão e o Estado, de outro. No entanto, o sociólogo brasileiro critica o filósofo italiano, pois seu conceito de Estado ampliado encapsula a sociedade. Isso faz certo sentido quando consideramos que os partidos revolucionários terminaram, em muitos casos, mesclados à máquina burocrática que deveriam desmanchar no ar (DUVERGER, 2001, KIRCHHEIMER, 1957).

Logo, Domingues (2019) propõe que a modernidade seria caracterizada pela autonomia de um sistema político, formado das interações reiteradas das disputas pelo poder político. Na medida em que estas interações pelo poder tomam formas assimétricas, são cristalizadas na forma de instituições estatais que concentram o poder e atuam coordenando a sociedade por meio do comando.

O imaginário liberal buscou limitar esse sistema em torno da representação na promulgação e execução de leis dentro do Estado. Entretanto, o sistema político extrapola os limites da ideologia liberal na atuação dos movimentos sociais, nos transbordamentos societários, na opinião pública, etc. Extrapola também na materialidade concreta do próprio Estado, cujas fronteiras são bem menos nítidas do que o imaginário liberal propõe⁹, conforme já percebido nas discussões sobre o Estado pela lente do marxismo (GRAMSCI, 2014; POULANTZAS, 1985).

Há uma leve inspiração na proposta de Estado relacional de Poulantzas (1985), para quem o Estado deve ser visto como a condensação material das relações de força entre as classes e os demais grupos que disputam o poder. Por ser relacional, os aparelhos que conformam o Estado não ficam restritos ao que oficialmente é público, pois este mesmo varia de acordo com o resultado das lutas políticas, especialmente as de classe.

⁹ Na formulação original de Easton (1971 *apud* DOMINGUES, 2019), o sistema político propriamente dito corresponde mais aos cargos do Executivo, excluindo-se aí a burocracia do Estado, e do Legislativo. O Judiciário atuaria como um *gatekeeper*. Todavia, desde os processos mais recentes de Judicialização da política é cada vez mais evidente o seu papel também para a atuação no sistema político. Além disso, a função de aplicação das leis tem levado o Judiciário a legiferar modulando-as e mudando seus significados. Além disso, em países como os EUA, os promotores são eleitos em muitos dos Estados. Logo, talvez não haja uma separação tão clara dentro do Estado sobre onde começa e termina o sistema político.

Da mesma forma, o sistema político atravessa o Estado e a sociedade, mas tem características próprias conforme o nível de seu centramento. De um lado, aparece um sistema político estatal, constituído a partir da condensação e cristalização das disputas na forma das leis, sua criação e aplicação. De outro, um sistema político societal, mais fluido, no qual se colocam as demandas e se organizam as disputas políticas fora do ambiente formal estatal. Aqui também há uma mudança importante em relação ao marxismo, pois a burocracia é vista como apartada do sistema político, apesar de poder influenciá-lo por outros caminhos, enquanto que na concepção do Estado relacional todos os aparelhos estão em disputa, dificultando observar as peculiaridades da função partidária.

Há uma outra diferença importante também de Poulantzas (1985) — e Gramsci (BOBBIO, 2002) — para a teoria de Domingues (2019), pois o que permite a junção entre os interesses da sociedade e a sua manifestação no Estado — ou sociedade política — é trabalhado a partir do conceito de bloco no poder, no primeiro, e bloco histórico, no segundo. Assim, seguindo Poulantzas, o Estado seria um organizador desse bloco, que é composto pelos interesses mais ou menos conflitivos das diversas frações de classe que disputam e se articulam para ter a hegemonia política.

Já em Domingues (2019), a conexão entre os sistemas é feita por meio de subjetividades coletivas que atuam como mediadoras. O partido aparece como um dos elementos que medeia e “traduz” os interesses da sociedade no Estado, permitindo que as subjetividades coletivas presentes no lado societal dirijam e operem o poder político do lado estatal. Apesar de não ser o único meio, por ser forjado no princípio da maioria, sua organização tem sido a principal responsável por permitir que grupos distantes das burocracias possam conectar suas demandas sociais no Estado.

Dessa forma, a organização partidária e sua democracia interna se tornam interessantes para a nossa análise por dois motivos que se sobrepõem. O primeiro é que sua mediação entre os sistemas ocorre privilegiando a entrada dos interesses sociais de grupos não representados na esfera estatal, sendo, em regra, uma parte do sistema político societal. Quando o interesse parte do Estado para a sociedade e o partido funciona apenas como uma correia de transmissão de tais informações, nos aproximamos da forma dos regimes de partido único, conforme estudado por Duverger¹⁰ (2001). Da mesma forma, quando se é possível representar seus interesses por outros canais, quer seja por meio de vínculos com a burocracia, ou de *lobbys* no

¹⁰ Como veremos mais adiante neste capítulo, o mesmo pode acontecer em um sistema pluripartidário, daí surgindo a tese de Katz e Mair (1995; 2009) sobre os partidos-cartéis.

legislativo ou no judiciário, os partidos perdem a importância no desenvolvimento do princípio democrático.

O segundo motivo nos faz considerar a maneira pela qual se dá a política interna do próprio partido. Se aceitamos que há um processo de mediação dos interesses dos grupos sociais no Estado, precisamos considerar o poder das elites mediadoras. O problema aqui para um movimento ou grupo social é que as demandas possam ser sequestradas pelas elites partidárias. Nesse caso, o perigo é o descolamento dos dirigentes das suas bases.

Os dois pontos se conectam ao considerarmos que os partidos possuem três faces (KATZ; MAIR, 1993): a primeira podemos chamar de partido na base (*party on the ground*), em grande medida formada pela militância dos membros; a segunda, de partido nos cargos públicos (*party on the public office*), considerando aqueles que galgaram posições dentro do sistema político estatal; e a terceira se refere aos partidos na direção nacional¹¹ (*party on central office*), referindo-se à força partidária dos órgãos decisórios do próprio partido. Essa divisão nos auxilia a avaliar o desafio da democratização interna partidária e sua correlata desconcentração do sistema político. Isso porque, desde Ostrogorski e Michels aos tempos atuais, a democracia da organização partidária é oposta aos mecanismos de oligarquização. Eles, porém, variaram ao longo do tempo com as mudanças que se observaram na forma partido. Vale aqui uma mirada nessa literatura.

1.2 A Organização partidária: apontamentos teóricos

Iremos aqui trazer as principais discussões sobre organização partidária pela perspectiva dos processos de oligarquização. A bem da verdade, nos clássicos essas perspectivas se sobrepõem. Após, a leitura dos textos mais canônicos, trazemos a contribuição de outras formas de pensar a organização e críticas tecidas às tipologias partidárias apresentadas. Começamos, como não poderia deixar de ser, por Robert Michels.

1.2.1 Michels e a Lei de Ferro

¹¹ Nesta última face usamos a tradução por Pedro José Floriano Ribeiro (2008).

Nos estudos sobre a organização partidária, o primeiro autor indispensável é Robert Michels. Preocupado com as possibilidades de realização do que chama de princípio democrático, isto é, da criação de uma sociedade onde todos são iguais no aspecto político, sua análise se debruça principalmente sobre o caso do SPD alemão.

O prestigiado partido de esquerda havia contado com grandes intelectuais do marxismo, de Engels e Kautsky a Bernstein e Rosa. Porém, para Michels (1999), em sua organização interna haveria uma divisão do trabalho, na qual os dirigentes haveriam de se tornar quadros mais especializados em termos políticos, separando-se dos demais membros. Especialmente, haveria a dificuldade da própria classe desprivilegiada ter tempo de participar das reuniões, a capacidade de deslocamento e a inexistência de algum local físico que pudesse reunir todas as pessoas interessadas.

No aspecto do recrutamento, para a operacionalização do partido a nível nacional, são escolhidos os indivíduos que sejam os mais capacitados, quer seja pelo domínio da retórica política, quer seja pelos conhecimentos técnicos adquiridos em anos de estudo, ou ainda por situação financeira. Como resultado dessa divisão do trabalho, surge uma burocracia rígida em torno destes membros, cujo objetivo máximo se torna a reprodução do partido, descolando os seus fins das propostas ideológicas da base.

Além disso, em um processo que Michels descreve como bonapartismo (MICHELS, 1999), os eleitos pela vontade coletiva buscam maneiras de se emancipar dela e ter autonomia na condução do poder. E as massas por sua vez, terminam em apatia, preferindo não se mobilizar para garantir seus interesses.

Por esses motivos, Michels argumenta que os partidos políticos engendram uma contradição. São fundamentais para que as massas se organizem e possam disputar o poder, mas estão umbilicalmente ligados à formação de oligarquias. Permitem a expansão da democracia e simultaneamente a limitam. Por isso, vaticina sua lei de ferro:

[...] A lei sociológica fundamental que rege inelutavelmente os partidos políticos [...] pode ser formulada assim: a organização é a fonte de onde nasce a dominação dos eleitos sobre os eleitores, dos mandatários sobre os mandantes, dos delegados sobre os que os delegam. Quem diz organização, diz oligarquia (MICHELS, 1982, p. 238).

A inexorabilidade da lei de ferro parece um contra-argumento a que possa surgir qualquer forma de mandato imperativo. Curioso, porém, é que para uma oligarquia tão perfeita conseguir surgir era necessário que não houvesse pluralidade de interesses na base, nem competição entre partidos. Entretanto, alguns dos subsídios que Michels buscar dar à sua lei

parecem, na verdade, questioná-la.

Por exemplo, ele chama atenção para o carisma das lideranças políticas que são eleitas ao parlamento. Observa que os políticos eleitos se tornam maior que o próprio partido, por gozarem de maior reconhecimento, o que lhes daria o poder de chantagear o comitê central com a sua saída. Observemos, porém, que uma liderança parlamentar não é o mesmo que um quadro do comitê nacional. A popularidade das lideranças políticas se choca com a máquina técnico-política do partido e permite, por vezes, a contestação das fórmulas partidárias de então. Enquanto a face pública precisar se apoiar na base, a competição das elites pode ser boa para a democracia.

Outro ponto é o reconhecimento de uma tendência à descentralização do poder, manifestada com a federalização do partido a nível nacional, cuja agenda cria conflitos com os níveis locais. Nesse conflito, é possível perceber a autonomia dos órgãos locais frente ao comitê nacional, que muitas vezes tem sua atuação limitada pelas alianças entre os órgãos autônomos. Michels (1999), porém, não reconhece nessa descentralização uma contratendência à lei de ferro, pois o questionamento que ocorre a nível nacional não se refletiria no nível local, onde as lideranças políticas tenderiam a ter grande controle da estrutura partidária.

No cômputo, o principal ponto favorável à lei de ferro é que há uma perda de poder nas bases. Faltaram mais nuances ao tratar da disputa entre a burocracia partidária e as lideranças políticas, pois eles não representam um mesmo processo de oligarquização e podem entrar em conflito. Um problema é que o autor não considerava que houvesse três faces no partido, o que dificultou sua análise. Quanto ao problema da descentralização, pode ser percebido que, para ele, era mais importante afirmar a inexorabilidade da lei de ferro, do que descobrir suas tendências e contratendências.

1.2.2 Duverger: o partido de massas e o apogeu da democracia de partidos

Nas décadas seguintes, muito se discutiu sobre a validade da lei de ferro, mas não houve nenhum avanço significativo na teoria da organização partidária até a publicação da obra de Duverger (2001), *Os partidos políticos*, em 1951. Nela, houve uma sistematização das discussões e propostas teóricas sobre os partidos de mais longo fôlego.

Duverger analisa as estruturas dos partidos, destacando que, em alguns casos, elas são indiretas e se apoiam em outras instituições, como os sindicatos e as cooperativas que construía o partido trabalhista britânico no início do século XX. Por outro lado, suas estruturas são diretas quando falamos em seus comitês, suas seções, suas células, ou *fascios*.

Um partido que tenha estruturas diretas não significa que não tenha atuação de forças sociais externas, apenas que tais movimentos participam submetidos à estrutura do partido, como seria o caso do partido socialista francês.

Para efeitos de distribuição de poder e tomada de decisão, Duverger (2001) discute os aspectos de centralização e descentralização. A centralização ocorre quando os comitês nacionais tomam as decisões que afetam os locais. Por outro lado, a descentralização se dá quando os comitês locais têm grande influência sobre as tomadas de decisões a nível nacional.

Além de nos permitir um quadro mais completo sobre as estruturas de organização, nos são apresentadas as diferenças na base do partido entre os membros, aqueles que aderem ao partido e a eles se filiam, e os simpatizantes, que teriam afinidades com o partido, especialmente a nível ideológico. Os grandes partidos do século XX, especialmente os socialistas, têm no membro a sua alma, pois é no seu trabalho militante que erige o partido e é com sua contribuição pecuniária que se sustenta. O conceito dos partidos de massas aparece enquanto um aporte descritivo deste crescimento, que não é apenas quantitativo no número de seus membros, mas também qualitativo na identificação destes com a estrutura partidária. As características de um partido de massa são:

a) origem extraparlamentar; b) organização interna de alta intensidade; c) forte articulação estrutural entre as instâncias partidárias; d) rigorosos requisitos de filiação; e) financiamento compartilhado entre os membros do partido; f) forte doutrinário; g) subordinação dos parlamentares ao partido (AMARAL, 2013, p.14).

Duverger (2001) acreditava que a fórmula dos partidos de massa iria se impor aos partidos de quadro, marcados por sua vez por uma organização que selecionava poucos homens notáveis pela sua expertise, carisma ou riqueza para conduzir as campanhas. Sua ideia é que haveria um “contágio à esquerda”, uma tendência na qual toda organização iria apelar para uma ampliação das suas filiações como forma de crescer e vencer as eleições.

Os partidos de massa se tornaram um modelo exemplar de organização. Pareceram a forma de integralização dos interesses políticos, no que ficou conhecido por Manin (1995) como democracia de partidos. Para os comentadores da época, como Duverger, eles eram os grandes vocalizadores dos interesses das clivagens sociais, representando-as na arena política. Aparentavam ser o sinônimo da democracia em sociedades de Bem-estar social, onde o Estado tinha papel fundamental na organização e coordenação da sociedade (STREECK, 2012; DOMINGUES, 2013).

Mesmo com essa crença, o sociólogo francês não parece acreditar na possibilidade de impedir graus de oligarquização, afinal, as estruturas partidárias rígidas criam seus círculos internos, em que a liderança é efetivamente exercida. Devido ao controle dos recursos e à coordenação que emprega na sua base, a face do comitê nacional costuma exercer forte domínio, o que corrobora a análise de Michels. No entanto, Duverger acredita que seria possível romper com a oligarquia em sistemas eleitorais de lista aberta e proporcionais, porque eles aumentam a força da face pública do partido frente à burocracia interna, que não é mais a única responsável por criar a lista. Nesses casos, a força da face pública torna os políticos importantes também na condução interna do partido, permitindo que haja uma abertura a circulação das elites. Em contrapartida, sistemas de lista fechadas em representação proporcional terminam fortalecendo a burocracia interna do partido (DUVERGER, 2001).

1.2.3. Partido *Catch All* e Cartel: tendências contemporâneas

A função integradora dos partidos parecia a tônica na época de Duverger. Porém, desde então, houve um declínio no número de filiados e uma redução do seu financiamento pelos cidadãos. Em termos dos processos sociais, ficou claro que houve uma perda de identidade da população com os partidos, o que simbolizaria o declínio da “democracia de partidos”, dando início a um longo período de “crise da representação”.

Desta vez, é Kirchheimer (2012) quem identifica uma nova tendência, ao considerar que essa metamorfose é o resultado da transição para uma sociedade de consumo, onde os eleitores passam a se orientar por uma visão individualista e atomizada tal como consumidores em um mercado. A combinação deste fator com o Estado de Bem-Estar teria levado à homogeneização social e à perda das identidades constitutivas dos grupos, o que, por sua vez, levou ao esmaecimento das clivagens sociais.

Agora os partidos procuravam ir atrás dos eleitores médios como meio de se manter no poder. Tais eleitores não teriam motivações claras para votar, o que leva o partido a recorrer a novas táticas para vencer as eleições, como, por exemplo, a tentativa de melhorar sua imagem pública (KIRCHHEIMER, 2012). Katz e Mair (1993), acrescentam ainda que o sucesso eleitoral dos partidos de massa teria engendrado o fortalecimento da face pública do partido, resultando no maior controle do sistema político estatal sobre a organização. Nesse quadro, surgem os partidos *catch all*, uma antípoda dos partidos de massa, caracterizados por: a) desideologização do discurso partidário; b) fortalecimento da liderança; c) declínio da importância da militância de base; d) apelo eleitoral pluriclassista; e) abertura para grupos de

interesse variados (KIRCHHEIMER, 2012).

Panebianco (2005) avança sobre as preocupações de Kirchheimer ao mesmo tempo em que promove uma teoria da organização mais refinada. Em termos de análise de tendência, propõe um caminho muito parecido aos de Michels (1982) e de Kirchheimer (2012). Como o último, também considera que os partidos mudaram devido a pressões socioeconômicas, especialmente ao aumento da complexidade e à fragmentação de identidades que teriam levado a uma análise mais setorizada das preferências partidárias.

No entanto, acrescenta: houve também uma mudança fundamental na forma de fazer política a partir do surgimento e do uso dos meios de comunicação de massa. *Experts* no marketing político se tornam peça-chave de qualquer campanha. Além disso, Panebianco (2005) também considera o aumento do financiamento público e a redução das contribuições oriundas dos filiados como fatores que levam a essa situação.

Com tais transformações, a ideologia partidária torna-se latente, bem como as causas da sua legitimidade deixam de ser externas, isto é, oriundas de outros grupos e setores sociais — igrejas, sindicatos, etc. —, para se tornarem internas ao próprio sistema. O partido, portanto, ganha uma maior autonomia em relação à sua base e às forças sociais que o compõem, destravando o processo de institucionalização. Nele, os objetivos partidários se tornam a reprodução da própria organização, em uma matriz voltada à reprodução dos interesses.

Esses partidos são chamados por Panebianco (2005) de “profissionais” para acentuar sua dependência tecnocrática em relação aos profissionais terceirizados que irão administrar suas campanhas e promover o marketing político. A comunicação pelos meios de massa torna-se o local onde ocorre a disputa política.

O último avanço de fôlego na análise dos mecanismos de oligarquização foi proposto por Katz e Mair (1993, 1995, 2009, 2012) com o seu conceito de partido cartel. Esse conceito procura responder às mudanças que já foram observadas por Panebianco e por Kirchheimer, enfatizando o problema pela perspectiva do sistema eleitoral propriamente dito.

Para eles, as sucessivas vitórias eleitorais dos partidos de massa e *catch all* teriam criado um reequilíbrio de forças em direção à face pública do partido (KATZ; MAIR, 1993, 1995). Esse reequilíbrio seria acompanhado do aumento da dependência em relação ao financiamento público, devido à perda de apoio tanto da militância quanto de organizações da sociedade civil¹². Outro fator, é o controle estatal sobre a concessão das mídias de massa, o que significa

¹² Essa perda de apoio ocorre porque, na “era de ouro” dos partidos, havia uma rede comum que unia as organizações sociais e os partidos políticos em uma mesma clivagem. O fato que as clivagens se atenuaram e se diversificaram cria um empecilho (KATZ; MAIR, 2012).

a possibilidade de criar horários eleitorais gratuitos ou promover os partidos por meio de canais estatais.

Nesse caso, o sistema partidário como um todo pressiona por mudanças na legislação eleitoral para reduzir os custos das derrotas e as chances de aparecer um partido *outsider* no sistema político, dado que manter-se nos cargos públicos é o mais importante. Isso também os levaria a moderar suas diferenças políticas como forma de se manter parte da coalizão dominante. Tal processo é facilitado na medida em que as instituições econômicas ganham autonomia em relação aos governos para a tomada de decisões sobre temas políticos chaves como a inflação e o desemprego¹³ (KATZ; MAIR, 2009). Resulta disso um processo de despoliticização que facilita os conluíus para se manter no poder e a “cartelização”¹⁴ do sistema partidário.

No limite, o partido torna-se uma entidade paraestatal ou, colocando em outros termos, torna-se parte do sistema político estatal, atuando como correias de transmissão a serviço do Estado (KATZ; MAIR, 2009). Por vezes, os partidos garantem uma relação mais direta de financiamento com grupos e organizações sociais, que passam a gravitar em torno da redistribuição do partido (KATZ; MAIR, 2012).

Logo, a relação clássica se inverte. Agora o mais importante é a vitória de cargos públicos para subvencionar seus líderes e para manter-se no cartel. Portanto, além da subvenção estatal, o partido precisa cartelizar internamente, procurando maneiras de dissipar a força dos ativistas que compõem o núcleo ideológico da sua base. A saída, segundo esses cientistas políticos, é o embotamento das diferenças entre o membro e o simpatizante, na medida em que os partidos reduzem suas taxas e restrições.

Paradoxalmente, afirmam os autores do conceito, é desenvolvida uma relação mais democrática e direta entre a base do partido e os políticos, mediada por formas de políticas plebiscitárias e pelo uso de primárias como forma de sagrar o candidato. Os simpatizantes, porém, estariam mediados mais pela figura carismática das lideranças políticas que conhecem do que interessados nas políticas públicas específicas. Portanto, o que se perde é a cadeia de intermediários, ponto que é central também para autores que questionaram a lei de ferro (LIPSET; TROW; COLEMAN, 1977).

Dessa mudança advém a estratarquia dos partidos cartéis. Por um lado, eles estimulam

¹³ Apesar de ser apenas tangencial à nossa análise, não se deve esquecer que a desregulamentação da economia e a financeirização em fluxos globais diminuíram o poder dos eleitores de tomarem decisões nos países europeus, começando aí um processo de desacoplamento entre capitalismo e democracia (STREECK, 2012).

¹⁴ O termo cartelização está entre aspas porque o que se faz não é ilegal. Nesse sentido, o conceito é pouco preciso como Katz e Mair já consideraram (2009).

a maior autonomia dos comitês locais, mas, por outro, suas decisões são cada vez mais centralizadas a nível nacional. A autonomia de atuação serve à imagem do partido, mas os comitês locais não se sentem capazes de questionar o comitê central, que tem um forte apoio popular quando se ancora em soluções atomizadas¹⁵.

Podemos considerar que os últimos modelos apresentados são parecidos e respondem a uma mesma interpretação dos partidos dentro do que Manin (1995) chama de democracia de público. A principal diferença entre o tipo cartel e o *catch all* é mais no termo das variáveis independentes do que propriamente no resultado esperado na metamorfose organizacional. Enquanto a definição do cartel se ancora em variáveis endógenas ao sistema político, afirmando sua autonomia, o trabalho de Kirchheimer se apoia em fatores exógenos para a sua explicação, mas também nota o esmaecimento da oposição, chamando esse processo de cartelização (KIRCHHEIMER, 1957).

Portanto, anda bem Gerbaudo (2019) ao propor que tais tipologias possam ser vistas sobre uma mesma denominação que o mesmo chamará de partido televisão. Com ela, busca ressaltar a necessidade de a organização política se fiar nos meios de comunicação de massa na imagem e nos tecnocratas que irão garantir o marketing político. Neste sentido, a ênfase nos meios televisivos é acentuada, aproximando a análise da democracia de públicos de Manin (1995), para quem o “comunicador”, aquele que domina sua imagem nos meios, é a grande figura da nova fase. Temos, porém certas críticas quanto ao seu uso, que serão exploradas melhor no capítulo 2. Aqui, basta saber que o mesmo parece perder também algumas dimensões da organização partidária ao resumir tudo à televisão.

1.2.4. Um balanço crítico das teorias

Por mais que haja nuances distintas nas teorias aqui apresentadas, consideramos que as críticas costumam recair em seus pontos de convergência. Algumas exceções são a crítica de Kitschelt (2000) ao partido cartel, propondo que as causas para uma maior afinidade ideológica entre a situação e a oposição devem-se a fatores exógenos e não à competição eleitoral. Em todos os casos, a principal objeção às teorias se dá pela unidirecionalidade da evolução partidária, como se houvesse uma força homogeneizante atuando sobre eles (AMARAL, 2013).

Participa, dentro dessa crítica, uma projeção de outras formas de interpretar às

¹⁵ Nesse sentido, a estratarquia deve ser vista como uma forma intermediária, quando analisamos os partidos pela chave da centralização/distribuição do poder interno. Em seus extremos teríamos o partido hierárquico e o partido federalizado. Ver Bolleyer (2012).

organizações partidárias, levando em consideração seus objetivos (HARMEL; JANDA, 1994; WOLINETZ, 2002). Desse modo, os partidos poderiam buscar cargos (*office-seeking*), vitórias eleitorais (*vote-seeking*) ou avançar com políticas públicas orientadas pela sua ideologia (*policy-seeking*). Em cada caso, a sua estrutura interna modifica-se para adequar-se ao melhor objetivo. Partidos *policy-seeking*, por exemplo, têm maior engajamento dos seus militantes e, portanto, importam-se mais com os mecanismos de participação, enquanto que os *office-seeking* buscam a sobrevivência no poder e, por isso, operam de forma mais despreocupada em relação à participação interna.

Também se questiona a quase indistinção que parece haver nestes autores entre a oligarquização dos partidos e do sistema político, quando ambos são distintos (IGNAZI, 2020). Há ainda quem os critica porque a maior dependência financeira do Estado se traduziu em possibilidades de incentivar, por meio do recurso público estatal, associações da sociedade civil que tenham afinidades com as pautas dos partidos (KATZ; MAIR, 2012).

Em que pese a validade dos pontos apresentados, nenhum deles faz objeção direta aos problemas de crise de representação, da desconfiança maior da população em relação aos partidos, nem dos movimentos sociais para com estes (KATZ; MAIR, 2012; IGNAZI, 2020). Uma outra crítica, que nos parece mais relevante para nosso trabalho, é que toda vez que os partidos se fecharem estarão incentivando a que novos partidos — ou lideranças — surjam, retomando essa parcela do eleitorado e obrigando a que os partidos no poder tenham que conceder com as novas políticas por eles empregadas (KITSCHOLT, 2003).

A deslegitimação dos partidos políticos aos olhos do povo é parte do processo que leva à emergência de partidos antissistemas e de lideranças *outsiders* que atuam na lógica populista. Como eles se legitimam enquanto representantes da vontade popular, toda vez que os interesses partidários se tornam descolados demais é possível que surja um movimento de base com características populistas para criticá-los, pois é fácil transformar os que não representam em uma elite cristalizada, como foi feito pelo Podemos ou M5S, ao acusarem os partidos tradicionais de formarem uma casta política. Baseando-se em Urbinati (2019), é possível dizer que há sempre uma falha entre o princípio da soberania popular — e da democracia radical que ele contém — e as instituições representativas liberais. Porém, quanto maior essa falha, maior as chances de se reivindicar uma lógica populista como forma de expandir a democracia (FERREIRA, 2020).

Há várias maneiras de expandir a *demos* sem necessariamente por fim à representação. A democracia interna partidária (DIP) é uma destas respostas à crise de legitimidade. Susan Scarrow (2005) ponderou certa vez que ela “contribui para a estabilidade e legitimidade das

democracias nas quais estes partidos competem por poder” (SCARROW, 2005. p. 3, tradução nossa¹⁶). Paralelamente às tendências de concentração de poder político, há o surgimento de novas práticas descentralizadas e novos mecanismos de DIP. Alguns partidos inteiros surgem com esta plataforma. Suas características, porém, dependem do que entendemos por democracia.

1.3. A democracia para além de um princípio

Como podemos acompanhar desde Michels (1999), o problema da relação entre partido, sociedade e Estado não pode estar completo sem considerarmos a questão da democracia pretendida. Por óbvio, a diferença em seus significados muda a pergunta a tal ponto que nem ao menos seria necessário para alguns discutir democracia intrapartidária (SARTORI, 1976). Note-se que, quanto a essa questão, a proposta minimalista de democracia não tem uma resposta clara. Desde que haja partidos e haja competição, não haveria problema. Seu escopo limitado tem dificuldades em considerar processos de cartelização e é apenas capaz de ver o populismo como uma ameaça, quando ele põe em xeque a competição eleitoral.

Como vimos, a democracia eleitoral não é a única forma de compreender a democracia. Há que considerar proposições mais radicais quanto à democracia, algumas delas apostando em uma atuação direta e outras, como propõe Urbinati (2014), que a democracia representativa nunca esteve atrelada apenas à vontade eleitoral, manifestando-se também no debate de ideias e na opinião pública. Essa segunda saída, tal como a democracia direta, também defende o consenso, permitindo pensar a democracia conectada ao sistema político societal, nos possibilitando discutir a DIP.

Da mesma forma que a filósofa italiana, também devemos considerar que não é a simples defesa de uma atuação direta o que nos permitirá alcançar o resultado pretendido de uma democracia radical. Michels, por exemplo, pautado em Rousseau, tinha como norte a igualdade de participação e de atuação dos cidadãos. Logo, uma organização política na qual se delegava poder já impunha uma limitação e frustração ao seu ideal rousseauiano. Para tentar sair do problema, o autor esboça, por vezes, a possibilidade de pensar o princípio democrático quando as lideranças são vinculadas a um mandato imperativo, o que seria uma saída para o problema do descolamento das bases. Na procura pela representação mais direta, Michels

¹⁶ No original: “contribut[es] to the stability and legitimacy of the democracies in which these parties compete for power”.

esboça uma defesa de lideranças mais carismáticas, vindo a apoiar a ascensão de Mussolini por acreditar que se fazia sem intermediários que sequestrassem a democracia.

Lipset, Trow e Coleman (1977), ao tratarem sobre o problema da Lei de Ferro, acertadamente considera que esse é um problema que apenas faz sentido quando temos em mente o conceito de democracia. Os autores consideram ao menos três caminhos para a democracia. A primeira proposição, derivada de Aristóteles, é que democracia é igualdade de condição. Nela, o mais importante é a homogeneidade dos cidadãos, de tal sorte que uma nação mais democrática é aquela que tenha a maior classe média.

Uma segunda proposta que os autores abordam é a de Rousseau. Nela, democracia era um fenômeno das cidades pequenas, porque ela surge da vontade de cada um se expressar e poder condicionar as regras da comunidade. O aumento incremental da democracia significa o aumento da burocracia e a necessidade de políticos profissionais, recaindo na fórmula republicana defendida pelos federalistas (HAMILTON; MADISON; JAY, 1984) como maneira de solucionar os déficits democráticos em estados grandes.

Uma terceira, por fim, é considerada comum a Tocqueville e aos teóricos da sociedade de massas, apesar de claras diferenças. Para o pensador francês, a democracia buscava realizar as condições de igualdade. Tocqueville vê esta como uma tendência inescapável aos povos: “o desenvolvimento gradual da igualdade das condições é um fato providencial” (TOCQUEVILLE, 2005, p. 15), por ser universal e duradoura. Ademais, considerava que os valores da soberania popular salvaguardavam a democracia por obrigar a quem buscasse a vida pública a ter em mente o melhor interesse da população.

Entretanto, Tocqueville temia que certos caminhos poderiam levar à perda da liberdade, entendida como a possibilidade do indivíduo participar nas normas do governo. Há pelo menos dois grandes males da democracia na obra tocquevilliana: o primeiro é o individualismo e o segundo é o despotismo democrático. O individualismo é a tendência a que os indivíduos, paulatinamente, abandonassem a vida pública em favor dos interesses privados, voltando-se antes a si mesmos do que à sociedade. O segundo grande vício seria deixar a gestão ao despotismo de uma administração que viria a garantir os interesses, a partir de uma malha administrativa que se estenderia por todos os problemas da sociedade e faria com que a população de algum modo – voluntariamente – abdicasse de suas liberdades de escolha em favor dessa ação administrativa (TOCQUEVILLE, 2004).

Há algo em comum nestas preocupações e àquelas dos primeiros frankfurtianos, ao considerar que uma sociedade administrada e apática é também responsável por formar indivíduos atomizados. A equalização que essa sociedade pode permitir vem ao custo da

homogeneização do pensamento e da respectiva perda de autonomia individual. Assim, “se o cidadão não pertence a grupos politicamente relevantes, se eles são “atomizados”, os controladores dos aparelhos centrais de poder irão dominar completamente a sociedade” (LIPSET; TROW; COLEMAN, 1977, p.15, tradução nossa¹⁷).

1.3.1 Democracia e Democracia Interna Partidária

A solução dada por Lipset *et al.* (1977) é que existam grupos internos disputando entre si para que haja democracia, por considerar, tal como Urbinati (2014), que apenas por meio destes grupos intermediários seria possível organizar o dissenso. Aqui, tanto os sociólogos estadunidenses quanto a teórica política italiana se apoiam em Tocqueville, defendendo uma cultura do associativismo, impulsionada por um interesse bem compreendido.

Em outras palavras, anulamos a oligarquia quando há a capacidade de formar grupos consensuados que possam lutar por seus interesses e demandas. Como já disse Maquiavel certa vez, às repúblicas é necessário que haja certa dose de conspiração (NEGRI, 2015), ou seja, é necessário que haja o interesse e as condições para desafiar a ordem estabelecida sempre que necessário, de tal sorte que o poder não se concentre.

Logo, podemos propor que, em uma organização, há democracia quando existe a possibilidade de que todos possam se organizar para exigir propostas e manifestar sua voz. Para haver democracia deve haver dissenso organizado capaz de abrir espaço para tornar público o que antes era privado (RANCIÈRE, 2013). É também necessário que se recorra a formas deliberativas de condução do processo para que tais grupos dissidentes possam expressar sua opinião (HABERMAS, 1995).

Esse caminho nos permite aprofundar as discussões sobre a democracia intrapartidária. Não é possível considerar que há democracia com a simples facilitação das regras de inclusão, um dos principais critérios analisados na literatura sobre DIP (BORZ; JANDA, 2020). A maior quantidade de pessoas participando não se traduz em maior engajamento e ativismo. Pode, ao contrário, anulá-lo como propõe a tese do partido cartel, levando a uma democracia plebiscitária de tendências cesaristas (KATZ; MAIR, 1995).

A descentralização também não traz sempre os resultados pretendidos. Panebianco (2005) já havia proposto a tese segundo a qual as mais descentralizadas das organizações podem se tornar as mais autoritárias, por terminarem fiadas no arbítrio daqueles que estão com o poder

¹⁷ No original: “if the citizen do not belong to politically relevant groups, if they are "atomized", the controllers of the central power apparatus will completely dominate society”.

no partido.

Um avanço nessa discussão foi feito por Hazan e Rahat (2010), ao considerar os métodos de seleção de candidatos como um critério importante de avaliar a DIP. Isso foi um avanço importante para a discussão por trazer à lume questões como a transparência das regras. No entanto, ao confundir descentralização com inclusão, teve dificuldades em perceber algumas armadilhas que circundam cada uma delas (BORZ; JANDA, 2020).

Ignazi (2020) propôs que a democracia interna seria “protegida” por quatro “cavaleiros”: inclusão; pluralismo; deliberacionismo; e difusão. Como inclusão já foi discutida anteriormente, agora aprofundaremos mais nos outros.

Pluralismo é a garantia dos direitos das minorias se manifestarem. Não é incomum que esse direito não apareça nos partidos, com as minorias dissidentes vindo a ser consideradas como facções que perturbam “o governo” no partido. Formas cesaristas de condução da política partidária costumam maximizar o consenso em uma figura e estigmatizar os que pensam diferente. Assim, garantir que a voz destes grupos continue a ser ouvida, a partir do reconhecimento do direito de se organizar e garantir uma representação justa nos órgãos, são pré-requisitos para a DIP (IGNAZI, 2020).

A deliberação é a defesa da participação dos grupos e membros na elaboração das políticas programáticas. Cada órgão partidário, cada arena deveria ser aberta para o diálogo e a elaboração de propostas. Essa é uma proposta diferente do referendo político, o qual tende a reafirmar a atomização dos indivíduos, por meio de uma consulta individual se a proposta interessa. Na primeira, são reforçados laços entre grupos e pontes de mediação. Na segunda, é reafirmada uma saída individual desagregadora da vida participativa.

Já a difusão visa combater a concentração e a verticalização do poder em um único órgão, geralmente de caráter nacional. Ela é realizada com a ativação dos órgãos deliberativos e o descentramento das decisões para alcançar o nível local. Também a difusão questiona o problema espacial da Lei de Ferro, ao propor que não haja um único local central para os partidos, mas que eles estejam dissolvidos em associações locais, garantindo maior capilaridade ao partido e potencial de participação pelos membros, o que por sua vez reafirma a autonomia dos interessados.

Harmel e Janda (1994) consideram esse um dos objetivos que os partidos podem perseguir, para além do voto, dos cargos ou das políticas. Muitos dos partidos que inovaram nessas práticas no final dos anos 80 ficaram conhecidos como partidos-movimentos, termo que volta a voga recentemente com os novos partidos políticos após os últimos ciclos de protesto, como o Podemos.

1.3.2 Partido-Movimento: solucionando o dilema de Michels?

Paralelamente às tendências de concentração de poder político, há o surgimento de novas práticas descentralizadas e novos mecanismos de DIP (IGNAZI, 2020). Alguns partidos inteiros surgem com esta plataforma, sendo o caso dos verdes, que são conhecidos como partidos-movimentos. Tais partidos costumam ser vistos como os responsáveis pela integração das demandas sociais no mundo político, aparecendo como uma síntese e um híbrido entre as duas formas de organização. Bringel assim os define

em termos minimalistas, são partidos *ex novo* que surgem a partir de ciclos de mobilização e politização da sociedade, problematizando a “forma-partido” estabelecida, a partir da retroalimentação com as ideias, práticas, agendas e perspectivas emergentes na sociedade e nos movimentos sociais (BRINGEL, 2015, p. 73).

Seriam “integrais” no sentido que conectam o social ao político (BRIZIARELLI, 2018), ou seja, na medida em que atuam como partido no sentido gramsciano já apresentado. O conceito reforça o caráter de vinculação aos protestos e a características antissistêmicas. Rodrigues, por sua vez, busca uma definição mais ampla, propondo quatro dimensões, quais sejam:

(1) ter nascido de um processo de mobilização popular ou ter se consolidado como força política nesse processo; (2) possuir algum grau de horizontalidade que permita a participação de seus membros no processo decisório; (3) ter uma agenda anti-austeridade que se contraponha às políticas econômicas que visem a redução da capacidade interventora do Estado; (4) e, por fim, subsidiar-se de uma formulação teórica que informe a ação coletiva à semelhança da teoria do populismo de Laclau ou da democracia radical de Mouffe. (RODRIGUES, 2017, p. 68).

Os dois últimos elementos são secundários nesta definição, uma vez que eles são mais aplicáveis aos partidos surgidos na última década, especialmente ao Podemos. Mas em comum com a teoria de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015) está o fato que eles nascem das demandas reprimidas articuladas que não se veem representadas nos meios institucionais¹⁸, porque os partidos tradicionais não querem pautar temas que possam ser divisivos

¹⁸ Laclau e Mouffe (2015), desde 1985, têm interesse em pensar como as diversas demandas sociais legítimas para a esquerda poderiam se articular em torno de uma pauta comum em oposição ao *status quo* vigente. A sinergia entre a teoria populista de Laclau e Mouffe e o partido-movimento é mais facilmente explicada por estarem olhando as práticas sociais do que por considerarem que todos os partidos são orientados por uma “teoria da práxis”.

(KITSCHOLT, 2006). Isso lhes permite tomar uma forma disruptiva, porque é do próprio interesse dos protestos e de muitos movimentos que haja, na organização, uma estrutura menos verticalizada e menos institucionalizada, dado que a origem destes partidos é extra-institucional. E nesse ponto mais uma vez vemos a sinergia entre o discurso populista, de ampliação e radicalização da soberania popular e o surgimento de partidos antissistemas.

Para Kitscholt (2006), pensar o partido-movimento passa por considerar as maneiras pelas quais partidos e movimentos procuraram resolver seus dilemas para a ação coletiva. Enquanto os movimentos sociais buscam resolver problemas de ação coletiva investindo em uma pauta principal, os partidos lidam com objetivos coletivos interdependentes entre si e, portanto, de maior complexidade. A organização dos movimentos sociais costuma atuar em uma menor escala no tempo e no espaço, enquanto o partido precisa investir em sua organização. Ele o faz para garantir seus objetivos, que incluem mudanças permanentes na estrutura e organização do sistema político, e por isso investe seus esforços em influenciar ou dirigir o sistema político estatal e seus aparelhos.

Percebemos que os partidos-movimentos tensionam uma contradição entre a forma partido e as práticas da forma movimento. Isso os leva, segundo Kitscholt (2006) a apresentar três características: em primeiro lugar, eles investem pouco em uma estrutura partidária formal, apostando no mais das vezes em uma indefinição entre os membros e os simpatizantes. Em segundo lugar, a eles falta “um sistema institucionalizado de agregação de interesses através de órgãos e oficiais designados com autoridade para formular decisões vinculativas e promessas em nome do partido” (KITSCHOLT, 2006, p. 280).

Por conta disso, os partidos se apoiam ou nos seus movimentos de base ou em lideranças carismáticas para orientar seus objetivos coletivos (KITSCHOLT, 2006). No primeiro caso, temos um fortalecimento do partido na base, enquanto no segundo fortalece-se, a longo prazo, a face pública, com a possibilidade de imbricamento mútuo e retroalimentação entre os dois canais.

Por fim, em terceiro lugar, os partidos movimentos combinam atividades da competição democrática nos limites do sistema político estatal com as mobilizações extra-institucionais. Desse modo, a mesma liderança pode ser vista discutindo leis no parlamento e no dia seguinte participando de manifestações não violentas (KITSCHOLT, 2006, p. 281).

Não está claro, no entanto, que os meios empregados trazem ganhos imediatos à democracia. Inclusive, é preciso ponderar que há diferenças entre si, na sua organização, e que, caso percam ou não consigam se eleger, não se tornam escolhas interessantes, o que os leva

costumeiramente a se institucionalizar também. É necessário entender, portanto, como é possível que suas práticas descentradas ainda garantam ganhos que perdurem no longo prazo.

Uma possível saída se apresentou com as mudanças infra-estruturais advindas das tecnologias de informação e comunicação. Alguns dos novos partidos, como o Podemos o M5S e o partido piratas, colocam no cerne da sua estrutura interna plataformas digitais para a deliberação (GERBAUDO, 2019), respeitando o pluralismo e abrindo espaços de difusão do poder dentro da organização. As ágoras digitais do Podemos e 5 Estrelas permitiram que os partidos ganhassem cada vez mais filiados e se tornassem fenômenos políticos em seus países.

1.4 Considerações parciais

O presente capítulo apontou como a literatura vem tratando o partido em sua atuação como um mediador dos interesses da sociedade no Estado. Nosso intuito, como lembrado, é pensar o partido pelo olhar dos segmentos sociais que se organizam fora do sistema político e querem ter suas demandas atendidas. Nesse sentido, foi importante retomarmos as principais teorias sobre a organização do partido e delinear nelas as tendências que os autores apontaram, identificando pontos de convergência e afastamento.

Pelo exposto, podemos considerar que a falta de democracia nos partidos pode afetar o sistema político como um todo, enquanto que o sistema político, por sua vez, também afeta as possibilidades de democracia intrapartidária. Vimos que o problema da democracia partidária não trata apenas da facilitação nos processos de inclusão da organização, posto que isso ainda poderia incorrer em formas de cesarismo e inclusive nos próprios partidos cartéis. É necessário que haja mecanismos que permitam o surgimento e proliferação de grupos dissidentes internos, estimulando o debate e a construção de corpos intermediários.

Assim, é preciso considerar, para além da inclusão a deliberação, enquanto a existência de espaços abertos para práticas dialógicas; o pluralismo, enquanto a legitimação das opiniões divergentes com possibilidades de que elas possam se expressar sem retaliações; e a difusão enquanto a descentralização das regras para outros espaços e canais, alcançando de tal sorte a não ocorrer uma acumulação de poder em apenas um órgão.

Vimos que os partidos que mais se empenharam em lidar com este dilema foram justamente os partidos com vinculação extra-institucional mais forte. Estes partidos têm assumido formas mais próximas dos movimentos sociais como maneira de se contrapor aos dilemas da oligarquização. Mais recentemente, têm apostado em uma organização mais

próxima dos movimentos sociais com práticas descentradas e em estruturas menos rígidas. Como um dos mecanismos está o uso das tecnologias digitais, em que o Podemos é um dos expoentes.

Essa sinergia, se é que faz sentido, apenas pode ser explicada na medida em que tratamos das transformações sociológicas que passaram a existir no mundo recente. Esse, em grande medida, será o tema do próximo capítulo. Nele, trataremos sobre a afinidade eletiva entre a defesa da horizontalidade com o uso das novas tecnologias de ação e comunicação que ajudaram a organizar as lutas políticas e sociais.

2 DA DEMOCRACIA DAS REDES A HIPERLIDERANÇA: DILEMAS DA ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA NA ATUAL MODERNIDADE

“ Somente do quadro global de todo o conjunto social e estatal é que resultará a história de um determinado partido; por isso, pode-se dizer que escrever a história de um partido significa nada menos que escrever a história de um país de um ponto de vista monográfico, pondo em destaque um seu aspecto característico.” (Antonio Gramsci)

O poeta russo Maiakovsky certa vez escreveu que “não havia arte revolucionária sem forma revolucionária”. O mesmo poderia ser facilmente dito sobre a política, afinal não há política transformadora sem uma forma de organização igualmente diferenciada¹⁹. No capítulo anterior, acompanhamos esse debate ao considerar os processos de oligarquização partidária e suas possíveis tendências à democratização. Vimos também que uma das formas de democratização dos partidos foram os partidos-movimentos, os quais animados pelo princípio democrático, muitas vezes objetivam o controle da democracia interna com práticas que aprenderam nos movimentos sociais.

O conceito de partido-movimento já havia sido desenvolvido na década de 1980. Todavia, foram com os partidos surgidos no final da primeira década e início da segunda de nosso atual século que o nome entrou em voga (DELLA PORTA *et al*, 2017; RODRIGUES, 2017), mesmo período no qual o processo de oligarquização dos sistemas partidários ou políticos parece ter se intensificado (DOMINGUES, 2019). Quais são as causas para tanto? Se nos fiarmos em Gramsci (2016), a história de um determinado partido apenas pode ser averiguada a partir de um quadro social e estatal completo. O mesmo pode ser dito de Kirchheimer (2012) que parte do conceito de cargas para analisar como que determinadas crises históricas vão impondo ao sistema político que ele se adapte ou que partidos antissistemas surjam.

Um partido, portanto, para ser pensado enquanto um representante de uma parcela da sociedade, precisa variar sua forma junto com os segmentos da sociedade. Por esse prisma, nos afastamos de análises comuns à ciência política contemporânea que tendem a apenas olhar a relação do partido com o sistema político. Nosso norte é, ao contrário, propor um panorama contemporâneo de como a forma de partido precisou se adaptar às mudanças sociais, às

¹⁹ Maiakovsky por sua vez se inspirou “em o que fazer?” de Lênin (1977), onde o revolucionário russo escreve que “sem teoria revolucionária, não há movimento revolucionária”

desconfianças dos grupos e indivíduos e às formas de organização reticulares, as quais foram intensificadas pelas mudanças tecnológicas das últimas décadas.

O fim da forma partido não ocorreu. Ela apenas se transformou, por vezes buscando evitar o nome. Dessa maneira, o presente capítulo procura complementar o anterior, olhando diretamente para a organização das clivagens que levaram ao surgimento dos partidos-movimentos da última década. Para tanto, dividimos em uma primeira seção em que explicitamos o conceito de clivagem social e propomos que uma nova clivagem surge em meio a uma mudança geracional de indivíduos marcados por valores de autonomia e acostumados ao paradigma das redes. Após explicitar a relação entre as redes e as novas tecnologias, propomos como estas novas formas de organização impactam os indivíduos e os partidos em sua relação com a hierarquia e quais os dilemas que manifestam para os tempos presentes.

2.1 Clivagens e organização

Quando se discute a formação partidária, há duas ordens de explicação: uma institucional, que considera as variações no sistema partidário à partir do que convencionamos aqui chamar de sistema político estatal²⁰; a outra, de caráter sociológico, tende a observar as mudanças na ordem social e como estas afetam a disposição dos partidos. Essa última foi responsável por pensar as clivagens sociais geralmente definidas como divisões de larga escala dentro da sociedade e exógenas ao sistema político (STOHL, 2008).

Rokhan e Lipset (1967) propuseram um primeiro estudo comparativo de longo fôlego sobre as clivagens, observando como algumas viriam a estruturar o sistema partidário e depois como os próprios partidos modificariam as regras eleitorais para garantir suas vitórias e sua cristalização no sistema político estatal. As clivagens se baseavam na teoria da ação e da modernização de Talcott Parsons, a partir da qual propunham que o processo de diferenciação da modernidade haveria de criar disputas em torno dos binômios religião-governo, nação/cultura subjugada, trabalhadores/empregadores e produtores agrários/produtores urbanos (ROKHAN; LIPSET, 1967). As clivagens, como se pode perceber, eram definidas pelas revoluções — a industrial e a política — que permitiram o nascimento da modernidade. O trabalho segue procurando demonstrar como que nos diferentes países, por conta de suas

²⁰ Entendemos aqui que o sistema político é dividido em dois: um estatal, o qual concentra na modernidade a maior parte do poder político e de onde surgem as subjetividades coletivas dirigentes. E um outro sistema político societal, onde estão as subjetividades coletivas que estão fora das instituições formais, como os movimentos sociais, os partidos, as Ongs, etc (DOMINGUES, 2019). Ver o capítulo 1.

especificidades históricas, algumas clivagens se sobrepuseram sobre as outras na construção do sistema partidário.

Suas conclusões demonstram também a existência de efeitos institucionais. Dentre eles está a clara vantagem do sistema proporcional em permitir a pluralidade partidária em acordo às propostas anteriores de Duverger (2001). O estudo também levava em conta, de cada país, as tradições das decisões políticas — se há espaço para o consenso e a opinião divergente na tomada de decisão —; os canais de expressão dos protestos — se há canais oficiais representativos —; as oportunidades e custos de formar alianças no sistema; e as possibilidades e limitações do controle da maioria (*majority rule*) nesse sistema político.

Alguns trabalhos inspirados nessa discussão propuseram que as clivagens deveriam ser entendidas como diversidade social latente, pois seria devido à diversidade de grupos sociais que poderiam existir os partidos (STOLL, 2008). Outras tentativas, como em Cox (1997), procuraram juntar as clivagens com a questão da abordagem institucional.

Mais recentemente, muitos trabalhos procuram contestar em parte essa visão propondo que as clivagens são primeiramente políticas, pois apenas existiriam enquanto ativadas pelos discursos políticos (MAIR, 2006; STOLL, 2008), invertendo-se a proposta original. Isso se dá em meio ao processo de crise dos partidos de massa com o respectivo esmaecimento da força dos grupos exógenos e, com isso, da identificação ideológica (IGNAZI, 2020; ENYEDI, 2008). Daí, junto com tais abordagens que não tratam de uma diversidade social latente, mas sim através de sua politização pelos partidos, houve quem visse nisso a perda da vitalidade da sociedade civil em interpelar a política.

O debate, todavia, parece estéril, pois reduz a discussão a dimensões não mediadas da sociedade, ora limitando em demasiado o que se entende por político e apostando em uma ligação mecânica entre diversidade e política, ora, superdimensionando a capacidade do sistema político estatal em politizar as clivagens, dando a elas um aspecto excessivamente artificial e caudatária dos partidos. Como Rokhan e Lipset (1967) já nos haviam dito,

clivagens não se traduzem em oposição partidária naturalmente: há considerações de estratégia eleitoral e organizacional; há a ponderação de recompensas de alianças contra os custos das cisões; e tem o sucessivo estreitamento do mercado de mobilização pela sequência temporal de esforços organizacionais²¹ (ROKHAN; LIPSET, 1967. P. 26).

²¹ No original: “cleavages do not translate themselves into party oppositions as a matter of course: there are considerations of organizational and electoral strategy; there is the weighting of payoffs of alliances against losses through split-offs; an there is the successive narrowing of the mobilizations market through the time sequences of organisational efforts.”

O cientista político irlandês Peter Mair (2006) considera que o problema por trás do debate entre clivagem política ou social está na exclusão da organização. É apenas na medida em que os grupos que compõem as clivagens sociais tornam-se conscientes de si— isto é, se percebem reflexivamente como nos movimentos sociais (TOURAINÉ, 2007) — e adotam a forma de subjetividades coletivas centradas, é que são capazes de tomar posição politicamente.

Podemos, portanto, seguindo Mair, propor que a organização seja vista do mesmo modo que o partido na perspectiva gramsciana, isto é, como de fato uma parcialidade do social que busca construir sua vontade coletiva a partir da operacionalização da hegemonia. Hegemonia aqui nos permite avançar com uma noção importante, pois as mudanças das dinâmicas sociais ainda precisam tomar forma na produção discursiva — da validação das justificativas universais —, por assim dizer, que constitui a liga entre a particularidade da organização e a vontade coletiva que busca representar.

Isso é o mesmo que dizer que elementos da sociedade também se organizam por fora das instituições formais para disputar a política, o que já aparece no conceito de sociedade civil de Gramsci (BOBBIO, 2002) até suas formas mais liberais (LAVALLE, 1999). Ou ainda no conceito de sistema política societal (DOMINGUES, 2019), trabalhado no capítulo 1, o qual nos traz a oportunidade de considerar que mesmo as mais simples das clivagens, deve antes tomar a forma de subjetividades coletivas mais centradas em interações que buscam disputar ou participar do poder político.

2.2. O partido e o movimento

Após a tomada de consciência, ainda é necessário que essa subjetividade coletiva leve em consideração os custos da sua organização. A forma de movimentos sociais pode trazer menos custos, mas se não há canais de acesso ao sistema político estatal, quer seja pelas vias indiretas da burocracia e do Judiciário, quer seja diretamente pelo sistema político estatal, é difícil de produzir e assegurar direitos. O esquema de Rokhan e Lipset nos ajudam a pensar nesses dilemas de ação coletiva, pois a tomada da forma partidária requer condições em que pareça impossível ver suas demandas representadas nos canais políticos tradicionais e ao mesmo tempo, no qual há oportunidade de transformá-las por meio da oposição partidária.

Conclui-se que a emergência de um partido ligado a grupos extra-institucionais é uma escolha que apenas se apresenta quando se considera que o sistema político está fechado às suas demandas e é impossível ou muito custoso influenciá-lo por outros caminhos. Como vimos com Kirchheimer (2012), houve uma tentativa de teorizar o fim dos partidos de massa

pela homogeneidade do eleitor e, portanto, seu desinteresse por políticas setorializadas como seria típico dos partidos de massa. Ocorre que, isso não é totalmente correto, pois a heterogeneidade das lutas políticas só se fez aumentar, como se pode perceber nos movimentos sociais e seus estudos que ganharam predominância cada vez maior a partir da década de 1960.

Cada movimento demonstrava a existência de uma clivagem que, no entanto, não tomavam a forma partido. Muitos dos assim chamados novos movimentos sociais, ligados às então chamadas pautas identitárias ou aos valores pós-materiais²² configuram organizações que passam ao largo da institucionalidade formal. O final dos anos 60 e início dos anos 1970 estiveram prenhes de movimentos sociais que viam com desconfiança as formas partidárias e as possibilidades de representação das demandas no Estado (HARDT, NEGRI, 2017) . O evento dos anos 1970 — os “maios” de 1968 para citar Yves Cohen (2020) — apresentou sujeitos fiéis à hipótese de uma maior igualdade enquanto crítica a verticalidade na política (BADIOU, 2012).

Autonomia, autogestão e auto-organização são noções a partir das quais os movimentos sociais irão questionar a estrutura de partidos e demais organizações à sua época. Assim, alguns dos novos movimentos têm em comum uma mudança geracional que passa a lutar por uma organização horizontal na qual cada indivíduo possa participar de modo mais equânime.

Isso não significa dizer que todos os movimentos sociais surgidos aboliram a hierarquia e o comando, como de fato nos parece impossível em qualquer organização. No entanto, em termos relacionais, é possível afirmar que houve uma tentativa de ampliar formas de participação, em comparação às épocas anteriores. Não à toa, as diversas lutas contra o autoritarismo tiveram grande participação dos jovens, destacando-se movimentos estudantis em Paris, Brasil, Japão ou as manifestações contra-culturais dos EUA, Inglaterra e alhures.

Não poderia ser diferente que a crise de representação dos partidos políticos viesse a ocorrer em paralelo à emergência destes novos atores. A desconfiança quanto a sua forma verticalizada, acompanha a crítica à hierarquia presente no sistema político estatal, enxergando, em muitos casos, na organização do partido — dominadas pela face do comitê nacional, principalmente — uma coordenação das suas atividades internas pelo comando e disciplina.

Logicamente, muitas foram as pautas pós-materiais que procuraram influenciar a

²² Não é nova a crítica aos chamados valores pós-materiais, no entanto sempre importante lembrar que as pautas identitárias, do racismo à questão feminista são atravessadas por dinâmicas estruturais de opressão, que quer seja no campo da reprodução ou da produção sempre retornam a questão material.

política por diferentes caminhos. Grupos de pressão, controles de constitucionalidade nos grupos judiciários, além do repertório dos protestos e mobilizações de sua época. Entretanto, é possível que os movimentos considerem que a dificuldade em estabelecer canais de diálogo capazes de escoar suas pautas através de partidos políticos tenha tornado, no limite, impossível de materializar em direito ou em políticas públicas o que almejam.

Seja qual for o caso, na medida em que os movimentos veem como relevantes dirigir o sistema político estatal, costumam ser também objetivados para a garantia de maior democracia interna por seguirem as práticas que lhes eram comuns (HARMEL; JANDA, 1994; KITSCHOLT, 2006). Daí os movimentos, enquanto arautos das mudanças sociais, engendram uma re-organização dos partidos nos países onde o sistema político é mais aberto, a oposição não é criminalizada e as demandas não encontram canais de atendimento.

Esse é o caso do Partido Verde, um dos primeiros partidos-movimentos estudados e um exemplo de democracia interna (IGNAZI, 2019; BORZ; JANDA, 1994; BORZ; JANDA, 2020). Na Europa, outros partidos, ligados a pautas libertárias seguem o mesmo caminho. *Mutatis mutandis*, isso também ocorre na América Latina com o surgimento do novo sindicalismo, o qual contra as estruturas rígidas do corporativismo sindical e contra a Ditadura se manifestou em torno do ideal de autonomia e deu origem ao Partido dos Trabalhadores (PT). O PT é, para alguns, o primeiro partido de massas brasileiro (KINZO, 2004) surgido na redemocratização e, para outros, um exemplo de partido-movimento (MEDEIROS, 2016; PINHEIRO-MACHADO; FREIXO, 2019). O partido Movimento ao Socialismo (MAS), na Bolívia, também surgiu de um movimento social que misturava as questões identitárias com as culturais e também, em 97, modifica as suas estruturas internas e prepara a candidatura de Evo Morales.

O PT e os verdes, entretanto, se tornaram exemplos distintos de problemas em que a fórmula social poderia encontrar. No caso dos verdes, havia a dificuldade de uma vez no parlamento defender uma única pauta, conforme é comum nos movimentos sociais. Tendo que discutir questões diversas da agenda ambiental, acaba por assumir posições que não o diferenciam de um centro-esquerda, ainda mais quando os partidos políticos passam a se sensibilizarem com as questões ambientais (KITSCHOLT, 2006).

Já o PT vai ganhar a presidência na medida em que aposta em táticas catch-all (RIBEIRO, 2008), personalizando sua política e adotando inovações no marketing político. Com o tempo, porém, tornando-se parte da elite política e um ator importante no sistema político estatal, constrói amplas coalizões que lhe permitem continuar a governar com menor participação das bases em sua política, inclusive dos próprios movimentos que o ajudaram a

eleger. Nesse processo de hegemonia às avessas (OLIVEIRA, 2006), Pedro Ribeiro (2008) considera que o PT se transforma em um partido-cartel, quando se torna o principal partido no país.

A hipótese de uma maior democracia interna partidária segue do próprio discurso em prol da horizontalidade ventilado pelos movimentos sociais, mas que se encontra cada vez mais arraigados no imaginário político da contemporaneidade. Assim, o acúmulo de transformações moleculares começa a destravar qualitativamente uma geração cujo imaginário do que é uma organização democrática mudou. Esses processos encontram na internet e demais tecnologias de informação e comunicação uma determinação concreta para seu desenvolvimento. E neles também residem seus maiores desafios.

2.3. A organização em redes na modernidade

Curiosamente, no mesmo período em que assinalamos a proliferação de novos tipos de movimentos sociais, houve quem discutisse o fim das clivagens. Esse processo seria levado a cabo pelas mudanças mais recentes na modernidade. Chamada de modernidade líquida (BAUMAN, 2000), reflexiva (BECK, 2000; GIDDENS, 1995) ou terceira fase da modernidade (DOMINGUES, 2013), uma das características da época presente é a intensificação dos processos de individuação, os quais revestem as relações sociais em lutas por autonomia. Essa autonomia gera uma deslegitimação dos meios e lideranças formais presentes no Estado.

Individuação, palavra cara aos teóricos da modernidade reflexiva, se refere ao processo pelo qual, a partir do desgaste das democracias ocidentais, o peso dos esforços de definição dos significados recaem sobre os indivíduos, em uma sociedade de crescente risco global. Nesse contexto, as oportunidades, as ameaças e as ambivalências que antes podiam ser ultrapassadas nos grupos que localizavam socialmente os indivíduos, quer seja a família, as instituições de classe ou religiosas, precisam cada vez mais ser percebidas, interpretadas e geridas, pelos indivíduos (BECK, 2000).

Por outra via, é possível observar na introjeção da subjetividade do mercado na vida cotidiana, um mesmo processo de manifestação e produção radical de individualidades, resultado de uma nova governamentalidade de tipo neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2016). Tal subjetividade também se torna avessa às formas rotinizadas e rígidas de trabalho (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

Hoje é cada vez mais comum questionar como um certo exagero a proposta de fim das

clivagens (ENYEDI, 2008; SCARROW, 2013). Queremos nos juntar aos que assim pensam e seguir na esteira do trabalho de Lipset e Rokhan sobre a relação entre modernização e clivagens para propor também que as suas últimas transformações qualitativas inspiram novas clivagens ou rearranjos das antigas. Deter-nos-emos naquela que parece a mais importante para os partidos surgidos dos protestos mais recentes, advinda da relação entre democracia, redes e tecnologia digital.

Logo, devemos considerar que as mesmas estruturas que nos singularizam não impediram os protestos, como já demonstramos, e sim modificaram suas formas. Os teóricos que vivenciaram as grandes mobilizações de 68, como Guattari e Deleuze(1997), chamaram atenção ao caráter mais fluido, cooperativo e horizontal, o que permitia a emergência de organizações em que são conservadas as diferenças e singularidades de cada um. Contra a estrutura arborescente do Estado, uma forma rizomática de atuação política, de relações acentuadamente horizontais, é defendida, promovendo linhas de fuga ante as hierarquias.

À direita também teremos na obra de Hayek (1998) um marco do espontaneísmo defendido pelo libertarianismo econômico. A crítica aqui é contra as visões cartesianas, consideradas como características do Estado interventor, um pensamento planejado por cima e que, portanto, teria menos informação que a multiplicidade de interação entre os indivíduos no seu cotidiano. O mercado, nessa perspectiva, aparece como o meio auto-organizado de trocas de informação, emergindo o preço como seu identificador.

Há sem dúvida uma afinidade eletiva forte entre a maior autonomia e a desregulação da economia, liberando as forças que atuam no mercado na atual fase (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009; ARAUJO; MARTUCELLI, 2012). No entanto, no geral, bem se sabe que as lógicas nas quais se operam as lutas políticas contemporâneas por autonomia e fazem ao largo — e muitas vezes contra — os mecanismos do mercado autorregulado propaladas pelo projeto neoliberal²³. Não à toa, é comum ressaltar uma outra dimensão de relações que não são nem hierárquicas, nem tampouco relações mercantilistas para acumulação de capital. Relações que seriam baseadas em um agir comunicativo (HABERMAS, 2012), ou em vínculos comunitários de solidariedades nascidos de relações de reciprocidade costumam ser lembradas²⁴.

²³ Boltanski e Chiapello (2009) exploram essa discussão por um outro registro opondo a sua cidade dos projetos à cidade mercantil e industrial.

²⁴ No primeiro caso, a referência clara é o Habermas (2012), cujas relações no mundo da vida, orientadas pelo agir comunicativo, se oporiam aos sistemas sociais da burocracia e mercado, cujos processo de mediação obstruíram o diálogo. Já, no segundo caso, Karatani (2014), modificando as propostas iniciais de Marx propõe pensar nos diferentes tipos de trocas como os fundamentos das diferentes formas de emergência da organização na modernidade, destacando-se o mercado, por meio das transações de mercadoria, o Estado por meio da

Todavia, um dos conceitos que ganhou mais espaço para pensar as práticas auto-organizativas, descentradas e fluídas dos movimentos foi o de redes, em grande medida por esta ressaltar uma “ontologia plana” (ESCOBAR, 2006; BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009; LATOUR, 2012). A teoria das redes sociais é antiga e sua aplicação aos movimentos sociais já data de 1970, com trabalhos pioneiros como os de Alberto Melucci. Para o sociólogo, as redes são uma forma de organização social parcial e efêmera, marcada por um envolvimento pessoal “na experimentação e na prática da inovação cultural” (MELUCCI *apud* ALCÂNTARA, 2014, p. 61).

Nas últimas décadas, o termo foi usado exponencialmente a partir das ciências mais duras e veio a se espalhar para a sociologia. Isso ocorre devido ao desenvolvimento das chamadas ciências da complexidade (MORIN, 2005)²⁵; dos usos científicos do paradigma da auto-organização destravados pela álgebra não linear (PRIGOGINE; STENGERZ, 1991; FOX-KELLER, 2009) e principalmente pelo advento da internet e da moderna ciência da informação que acompanham as discussões sobre topografias de rede (NEWMAN; BARABÁSI; WATTS, 2006).

Um desses retornos é feito por Arturo Escóbar (2006). Citando Terranova (2004), o antropólogo colombiano considera que as redes são a menor unidade organizacional. É com essa premissa que se parte para propor uma teoria geral das redes para pensar movimentos auto-organizados. Escóbar inspirado em Latour (2012), procura na estrutura das redes uma maneira de conceber a sociedade como uma agregação de relações sociais, em um único plano de imanência, de tal sorte a conservar os aspectos horizontais na base das relações.

Domingues (2018; 2013) traz o conceito para dentro de sua teoria sociológica, propondo que ele seja visto como um princípio organizativo junto com a hierarquia e o mercado. Enquanto categorias analíticas, os princípios de organização representam as maneiras básicas de interação entre indivíduos e coletividades “em qualquer coordenada espaçotemporal” (DOMINGUES, 2018, p. 188). Cada princípio se estrutura a partir de um mecanismo de coordenação específico que garanta a forma da interação. O sociólogo brasileiro propõe que o mercado seria uma forma de interação, cujo mecanismo de coordenação são trocas voluntárias, a mais importante para a nossa sociedade sendo a venda da força de

pilhagem e redistribuição e a Nação por meio da reciprocidade. Haveria ainda uma quarta dimensão — o comunismo — que seria a reciprocidade em uma escala ampliada.

²⁵ O termo complexidade é vago, geralmente aparecendo mais como um problema do que como conceito solução (FERREIRA, 2020). Em regra, pode-se referir para a questão da relação entre a parte e o todo, das múltiplas interações entre as partes que fazem emergir resultados inusitados e totalidade com propriedades próprias. Ver Morin (2005). Para uma discussão mais histórica ver Ferreira (2020).

trabalho. A hierarquia, por sua vez, se manifesta no comando, o modo mais direto de subordinação, no qual um ordena e comanda o outro. Já as redes trazem os mecanismos de colaboração voluntária, onde as pessoas se engajam em projetos comuns.

Domingues (2013) procura com tais categorias rediscutir a modernidade, ressaltando que em sua atual fase, há um predomínio maior das redes e dos mecanismos de colaboração voluntária em relação às pretéritas. O paradigma de redes, portanto, se coaduna com mudanças na modernidade a partir do fim do Estado de bem-estar social e, com isso, da preponderância do comando como meio de coordenação da sociedade.

As crises do Estado interventor, no aspecto econômico, e da representação no aspecto político, acompanham o novo espírito do capitalismo, cujo clamor por autonomia, leva à redução da burocracia do poder público. Mesmo nas grandes empresas do setor privado, as estruturas de comando, acima das quais estavam os chefes (COHEN, 2013; BAUMAN, 2000) são parcialmente substituídas por formas mais colaborativas de atuação. As grandes empresas dos setores de tecnologia, principalmente, passam a adotar em seu jargão o paradigma das redes como forma de gestão ideal para tratar da empresa contemporânea (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

Não por outro motivo, Castells (2013b; 2009) chama nosso período contemporâneo de sociedade em redes, cujo conceito podemos usar para aprofundar o link entre as mídias digitais e as práticas e discursos de autonomia que vinham se desenvolvendo. Para Castells, “redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades”, pois embora a organização em redes já tivessem existido em outros momentos históricos, “o novo paradigma da informação fornece a base material para sua expansão penetrante em toda a estrutura social” (CASTELLS, 2013b, p.565).

Rede, nesse caso, é um conjunto de nós interconectados por um código de comunicação comum. São as formas de comunicação que permitem o surgimento de laços entre os nós, na medida em que elas permitem que haja mais ou menos interações entre os agentes, por vezes em escala global. Desse modo, a quantidade de interações permitidas muda a qualidade da própria sociedade.

Devemos complementar as propostas de Domingues com as de Castells e Terranova. Redes podem ser vistas como uma categoria analítica que permite as interações de colaboração entre os indivíduos. Essas relações, no entanto, ocorrem porque não se tem — ou se tem em menor escala — uma organização formal rígida, a qual costuma surgir de práticas reiteradas e assimétricas de poder. É por isso também que é possível considerá-lo como uma forma de organização diferenciada por ser mais flexível, dinâmica e aberta, a qual é facilitada quando a

comunicação se torna mais abrangente, permitindo a interação entre diferentes nós e, com isso, o surgimento de novos fluxos.

A intensificação dos fluxos de informação, que facilitam a interação entre os indivíduos, não significa que não criam e recriam também novas formas de comando e trocas voluntárias. Das vigilâncias em aparelhos celulares às personalidades políticas mais seguidas, do e-commerce à venda de dados, as redes atuam intensificando fluxos e criando com isso, na prática concreta também, outras formas de hierarquia ou mercado.

2.3.1. Redes digitais e transformações na ação coletiva

Pelo que foi acima exposto, podemos considerar que a internet e o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação (TIC) tiveram com a modernidade reflexiva, a dizer no mínimo, uma afinidade eletiva, conformando tendências e sendo por elas conformadas. O avanço massivo das TIC nesse último século trouxe ao menos três pontos essenciais para a organização política: redução do número de intermediários necessários para organizar uma mobilização (NUNES, 2015b); densificação das redes sociais com a ampliação do número de laços entre os nós, devido aos meios de autocomunicação de massas (CASTELLS, 2009); e por fim, o aumento da individuação dos movimentos, ao criar um espaço de ação que estaria nos interstícios entre o público e o privado (CASTELLS, 2013a; PLEYERS, 2017). Analisaremos cada um deles em maior detalhes a seguir.

2.3.1.1 Redução do número de intermediários

A redução do número de intermediários é um processo que afeta as estruturas formais. Tais estruturas, como se sabe desde Olson (1969), são relevantes na medida em que permitem organizar grandes grupos e facilitam lidar com dilemas de provimento de bens coletivos. As novas TIC, todavia, reduziram os custos da comunicação, facilitando as mobilizações mesmo em grandes grupos (LAER; AESLT, 2010). Portanto, as regras formais se tornam menos relevantes para conseguir organizar os indivíduos, o que, por sua vez, flexibiliza a tomada de decisões possíveis, sendo proveitoso para o coletivo como um todo.

Outro ponto importante é que, com o armazenamento de informações em nuvens ou em aparelhos microeletrônicos, os espaços físicos da burocracia também se tornaram supérfluos, desmanchando-se no ar, em um processo que faz eco à racionalização demográfica de que fala Gramsci (2015). Ao olhar para os Estados Unidos, Gramsci observa que a

introdução do fordismo como meio de organização do trabalho é resultado da ausência de classes parasitárias, isto é, classes sem funções específicas no mundo da produção. Sem essa “camada de chumbo” que se acumularia em torno do Estado, a racionalização permitiu que a “hegemonia” nascesse “na fábrica” e necessitasse apenas “de uma quantidade mínima de profissionais da política e da ideologia” para ser exercida (GRAMSCI, 2015, p. 247-248).

Portanto, a hegemonia civil, isto é, “a direção moral e política” do indivíduo (GRAMSCI, 2014, p. 62), apontada por Gramsci, em um sistema complexo, pode ser agora disputada e conduzida por uma quantidade mínima intermediários, devido à racionalização demográfica que a estrutura em redes produziu. Como consequência, há uma democratização da democracia de público²⁶, posto que é mais fácil se tornar um comunicador com um vídeo no youtube, do que tendo que ir à televisão e ao mesmo tempo é ainda mais pessoal, posto que parece falar de sua experiência individual.

Graças a avanços nas tecnologias de informação e comunicação, como os smartphones e as redes sociais digitais, há um deslocamento na necessidade de estruturas formais de produção discursiva, impondo que as lutas sejam conduzidas por uma multiplicidade de canais em paralelo às instituições convencionais produtoras de consenso. Isso significa também uma maior facilidade em exercer a contra-hegemonia, dando aos indivíduos e coletivos os meios para editarem e enquadrarem as suas versões da história (TEIXEIRA, 2020).

2.3.1.2 Autocomunicação de massas e autonomia

Os meios de autocomunicação de massa, por sua vez, são essenciais para a estruturação das redes. Cunhado por Castells (2009; 2013b), o conceito procura se referir a um novo tipo de comunicação horizontal surgido partir das NTICs. Antes, havia a comunicação interpessoal e a comunicação de massa, sendo a primeira uma relação horizontal, manifestada nas trocas de mensagens diretas entre os indivíduos, incluindo a relação face à face. Já o segundo meio, a comunicação de massa, o emissor é capaz de difundir sua mensagem para um grande número de pessoas. Porém, esse processo ocorre de forma centralizada, devido a exigência de aparelhos específicos de comunicação não acessíveis à todos e desta forma a mensagem tem um viés verticalizado.

26 A democracia de pública de que fala Manin (1995) é o domínio da representação devido a personalidade do indivíduo e sua capacidade de saber se comunicar. No caso, a comunicação é feita pelo intermédio da televisão e não de meios de autocomunicação de massa. No capítulo 1, apresentamos seus conceitos na relação com os partidos políticos.

Diferente destas duas formas, os meios de comunicação de massa permitem que um indivíduo repasse informações para grande número de atores e vice-versa, potencializando o alcance da mensagem individual (CASTELLS, 2009). Além disso, tais mensagens são singulares, pertencendo ao indivíduo que a criou, sendo assim parte de um processo de autoprodução de conteúdo.

Como resultado é possível dizer que a comunicação de massas facilita a participação dos indivíduos e processos de larga escala de cunho deliberativo. A socióloga Donatella della Porta, por exemplo, considera que a multiplicação dos espaços para trocas de ideias permitida por esse novo meio “deve desenvolver entendimentos mútuos ao permitir o desenvolvimento de múltiplas esferas públicas críticas” (PORTA, 2012, P. 88).

A comunicação de massa também está na raiz de nosso terceiro ponto, qual seja, o processo de individuação proporcionado pelas novas tecnologias. Pleyers (2017), ao se referir aos movimentos globais, de Tahrir a junho de 2013, destacou que as redes sociais permitiam a criação de narrativas onde a biografia dos manifestantes, suas impressões e experiências mesclaram-se às demandas públicas pautadas. Há, portanto, uma junção entre demandas públicas e privadas permitidas pelas redes digitais nos movimentos mais recentes. Essa ligação, explica Castells (2013b), é parte do processo das novas tecnologias de criar espaços que não são nem públicos — ligados ao Estado — e nem privados — o foro íntimo de nossas relações pessoais —, estando ele em um meio caminho, que o sociólogo espanhol chamou de espaço autônomo.

É por conta das redes sociais digitais que Castells apostava em uma ligação entre a autonomia e a tendência contemporânea à individuação, como mostraram as grandes mobilizações de massa que grassam no final da primeira década do século em diante. A individuação, pode ser dita, produz em nossa sociedade uma tendência aos indivíduos se verem como hiper-atores, questionando as instituições sociais, ao mesmo tempo que buscam realizar as suas demandas particulares (ARAÚJO; MARTUCCELLI, 2020) Por autonomia, entendemos a “capacidade de um ator social tornar-se sujeito ao definir sua ação em torno de projetos elaborados independentemente das instituições da sociedade, segundo seus próprios valores e interesses” (CASTELLS, 2013b, p. 168). As plataformas digitais medeiam esse encontro ao entrelaçar as dimensões da vida pessoal com os processos de justificação de validade universal, típicos das disputas por espaço público.

Esse entrelaçamento entre a esfera pública e a privada é o que torna a ação coletiva mais fácil de ocorrer nos tempos presentes. Se na proposta original de Olson havia custos para motivar os indivíduos a tornar uma informação privada pública, agora as informações privadas

já se tornam, automaticamente, públicas (BIMBER; FLANAGIN; STOHL, 2005). Esse aumento da porosidade remove as barreiras para a autonomia em uma organização de larga escala.

2.3.3 Tecnologia digital e organização política

Com base no exposto é possível identificar diferenças qualitativas nesses protestos digitais atuais comparados aos protestos de massa anteriores. Bennet e Segerberg notam que

comparados aos convencionais protestos dos movimentos sociais com organizações de membros identificáveis liderando o caminho sob bandeiras comuns e enquadramentos de identidades coletivas, essas formações de ação coletiva mais personalizadas e digitalmente mediadas têm sido maiores; têm crescido mais rapidamente; e têm sido flexíveis em traçar alvos políticos móveis e em criar pontes entre diferentes questões” (BENNET; SEGERBERG, 2012, P. 742, trad. nossa)²⁷.

Assim, a dupla propõe que há uma lógica da ação conectiva diferente da lógica da ação coletiva tradicional. Tal lógica seria marcada por processos mais auto-organizados, isto é, mediados pelos avanços tecnológicos e menos pelas estruturas formais de lideranças e pertencimento de membros. Destacam também a existência de dois tipos ideais dentro da ação conectiva sendo uma lógica auto-organizada das redes, evitando vínculos com organizações, altamente pessoal nas formas de compartilhamento. A outra, é uma lógica híbrida entre a ação coletiva e a ação conectiva que se manifesta quando as organizações fazem uso das tecnologias digitais para facilitar as trocas de informação e distribuir a participação, podendo ser usados por e-commerce, partidos ou cadeias de organizações que buscam se juntar em fóruns ou assembleias (BENNET; SEGERBERG, 2012) .

Segundo Juris (2010), as plataformas ou redes sociais digitais alteram sua atuação no pós-2010. Antes, enquanto só existia lista de emails ou sites, haveria uma lógica em rede na qual as formas de organização constituem uma diversidade de autores. Agora, é possível uma lógica de agregação que permite o encontro em massa de indivíduos em espaços físicos. A oposição ajuda a compreender o que se passou na sequência, apesar de que não deve ser vista de forma estanque como o quer o autor. Afinal, a lógica de redes ainda está presente nas agregações e garantem uma performance distribuída, assim como as plataformas já existiam

²⁷ No original: “Compared to many conventional social movement protests with identifiable membership organizations leading the way under common banners and collective identity frames, these more personalized, digitally mediated collective action formations have frequently been larger; have scaled up more quickly; and have been flexible in tracking moving political targets and bridging different issues.”

antes de 2010.

Em todos os casos, não são apenas as plataformas, mas usos de tecnologia de smartphones que facilitam o encontro e agregação, em práticas assembleares. Butler (2015) observa que as redes ajudam a extrapolar os limites físicos da própria assembleia ao propor autoprodução de narrativas internas aos movimentos e que pudessem ser exportadas. Assim, uma maior participação e engajamento com ela é possível para aqueles que não podem transpor as barreiras físicas, ampliando as formas de estar presente.

O compartilhamento de informações e as possibilidades de discussão para alguns ampliaram os mecanismos tradicionais de atuação política e de fazer assembleia. Uns falam em esfera pública conectada²⁸ (BENKLER, 2006; MAGRANI, 2014), mas outros, como Hardt e Negri (2004), preferiram reforçar que essa é uma característica comum de uma sociedade que passa a organizar suas relações econômicas através das redes. Ampliando os processos de colaboração, típicos dos processos de conhecimento, o capitalismo cognitivo criou espaços comuns, os quais viriam a reproduzir a lógica da colaboração para dentro das formas de se fazer política (TEIXEIRA, 2017; TUPINAMBÁ, 2017).

Para os dois filósofos é o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação o que permitiram a união das pautas da diferenças, dos movimentos feministas e negros da década de 1970 que lutavam por autonomia e pautavam a descentralização, com a unidade da luta baseada em uma liderança central (HARDT; NEGRI, 2017). Isso porque as novas mídias permitem autoproduções coletivas ao mesmo tempo em que engendram práticas de comunicação descentralizadas, mas que se conjugam em torno das pautas. Tal qual um enxame, a singularidade seria preservada durante a unidade de ação coletiva (HARDT; NEGRI, 2004).

Essa forma de organização multitudinária²⁹ constitui a potência que une a radicalidade do processo constituinte na política aos processos sociais. Com isto, porém, Negri e Hardt não querem propor que seja possível uma organização sem mediadores e sem instâncias políticas distintas. As formas assembleares não são o resultado final de um movimento e nem seu único desdobramento. Antes das assembleias e para além delas se coloca a estratégia do movimento,

²⁸ Para Benkler (2006) as características que permitem surgir uma esfera pública conectada são “(i) aumento da capacidade de fazermos mais e por nós mesmos; (ii) aumento da capacidade de cooperação por meio de afiliação fraca (loose affiliation), ou seja, fora de um modelo hierárquico tradicional de organização social e econômica; e (iii) aumento da capacidade de se fazer mais em organizações formais que operam fora do domínio do mercado” (MAGRANI, 2014, p. 58)

²⁹ No início dos trabalhos, o conceito de multidão por vezes aparecia como se fosse um sujeito político revolucionário e construído sem mediações ou instituições (TEXEIRA, 2019; LACLAU, 2001 ; NUNES, 2018). As críticas a seu modelo, os levaram a reformular seus pontos de vistas mais recentemente (HARDT; NEGRI, 2017).

o caminho pelo qual as diferentes lutas convergem e se conjugam em um projeto comum.

Os movimentos, podem, no entanto, abandonar as lideranças formais, estas que surgiriam de processos hierárquicos em trocas de outras surgidas no momento (CASTELLS, 2013b). Agora, haveria uma tensão constante entre a liderança dos movimentos e o controle exercido pelos seus membros (NUNES, 2014). De tal tensão, é proposto o conceito de liderança distribuída, o qual pode ser entendido como:

(...) uma circulação da função de liderança que, com amplitude variável e apontando em direções variáveis, passa por diferentes nós e clusters em diferentes momentos. (...) Trata-se (...) de indicar aquilo que está escondido simplesmente por estar à vista de todos: que não há ausência de lideranças, mas de grandes lideranças, e uma proliferação de lideranças de médio e pequeno porte, bem como uma relativa abertura à possibilidade do aparecimento de novas lideranças. (NUNES, 2015a, n.p.)

A alta responsividade dos membros de uma organização dentro do espaço autônomo da internet entra em contradição, portanto, com a rigidez e a formalidade que eram características da relação entre lideranças e liderados no passado. A partir de agora, as lideranças perdem as prerrogativas hierárquicas que lhes permitiriam adotar a postura de comando. Agora, com as redes, a necessidade de um único centro é substituída por formas “policêntricas” (NUNES, 2015b). O resultado disso é que a função de liderança passa a ser exercida apenas na medida em que se é capaz de obter seguidores (NUNES, 2014).

2.4. Dilemas dos partidos nas sociedades em rede

Com base no que até aqui vem sendo colocado, os partidos do século XX parecem não ter vez no imaginário destas formas de organização. Não por acaso, os movimentos de contestação global da última década vociferam contra a representação, apesar da defesa intransigente da garantia de direitos sociais (GERBAUDO, 2017). Como já dito, cabe ao partido modificar com as cargas históricas de seu tempo ou perecer. Negri e Hardt (2017) já haviam apontado que para a estratégia dos movimentos pode ser necessário se fiar em um partido dos movimentos.

Ou ainda podemos pensar que grupos fiéis aos ideais dos movimentos percebem os ganhos do partido para uma atuação de contestação complexa e de longo prazo. O próprio alcance das mobilizações não pode ser descartado como um fator que traz a necessidade de lidar de forma mais complexa e instável com o Estado. Afinal, o ciclo de ações coletivas que se abre na última década é marcado por um transbordamento societário, isto é, “um momento em que

o protesto se difunde dos setores mobilizados para outras partes da sociedade, transbordando os movimentos sociais que o iniciaram” (BRINGEL; PLEYERS, 2015, p. 8). Desse modo, a complexidade dos atores e das lutas exige uma atuação transformativa no Estado que dificilmente se consegue sem dirigir o seu sistema político estatal.

Os partidos, porém, passam a ter que ser animados pelo espírito do tempo. A conjugação dos fatores acima assinalados – autocomunicação de massas e redução no número de intermediários políticos – mesclam-se com a própria crise de representatividade de modo a fazer emergir outros paradigmas de organização. Mas também de pautas. Nesse sentido, os desafios colocados pelos partidos emergentes devem refletir os receios das clivagens então existentes. Os sujeitos forjados a partir destas mudanças têm dificuldade em aceitar o comando e a hierarquia. “O povo da internet”, como o chamou Gerbaudo (2019), é pouco suscetível à disciplina e querem poder participar das tomadas de decisão.

Seria impossível contar a história de uma clivagem sem falar nos valores e na sua estratificação social diretamente. Entretanto, lembrando de nossa frase do início, podemos dizer que o conteúdo acompanha a forma e vice-versa. Identidades e valores geram e são geradas em um processo dialético com a forma empregada. Vejamos como exemplo as três causas que Gerbaudo destaca enfrentadas pelos partidos-movimentos pela internet: “liberdades digitais, democracia e segurança econômica”³⁰ (GERBAUDO, 2019, L.1027 [tradução nossa]).

No primeiro caso, são os meios de controle, vigília e censura empregados por Estado e grandes corporações que abusam dos direitos civis de privacidade, sendo os mais famosos o caso Snowden e a Cambridge Analytica. O segundo seria a relação de tensão entre o novo entendimento de democracia e as instituições políticas da segunda modernidade. Já no terceiro caso, a segurança econômica é medida pelas condições de precarização que o “mundo em redes” e seu projeto de flexibilidade e gestão com autonomia propugnam.

Nos dois primeiros casos podemos ver que se constituem como antípodas diretas das justificativas oriundas das redes. No primeiro caso, a defesa intransigente das liberdades da internet tomou forma nos partidos piratas, os quais antepunham as liberdades civis aos direitos de copyright nas internet (GERBAUDO, 2019). Seu discurso foi ampliando de escopo na medida em que novas técnicas de vigilância do uso de drones ao geoprocessamento via satélite, da captura facial por meio de câmeras de alta resolução até àquelas acopladas em nossos aparelhos eletrônicos, nos apresentam uma perigosa radicalização de uma sociedade do controle (DELEUZE, 1992). Essa demanda, porém, é costumeiramente restrita aos mais jovens e

³⁰ no original lê-se: “digital freedoms, democracy and economic security”.

escolarizados e apenas recentemente tem se popularizado como um problema com os debates ligados à proteção de dados.

Já o segundo é percebido apenas em vivências concretas como na canalização de demandas não atendidas pelo sistema político, resultando em protestos contra a representação vigente. É na medida em que o poder público não parece ágil para atender seus problemas e nem ao menos interessado nelas, que aparece de maneira mais efusiva a ideologia da participação, reforçando as desconfianças em relação ao sistema político e a solução da democracia direta como a única saída.

As demandas não atendidas acima ditas são escancaradas pelo terceiro problema, o da segurança econômica, o qual será o foco inicial de muitos dos protestos que terão início após a crise de 2008 (GERBAUDO, 2017; 2019; PORTA, 2012). Crises econômicas costumam ser vividas no capitalismo como momentos de destruição criativa, como já apresentava Schumpeter (1984) e assim o foi a sua maneira. A destruição dos empregos que teve início com a crise, leva a população a encontrar soluções de renda através das tecnologias digitais. O mercado — e a hierarquia também — aproveitam-se das redes como meio de capilarizar seus mecanismos de produção de demandas e obtenção de lucros. Da mesma maneira, a economia compartilhada do Uber se torna um dos exemplos de redes construídas para facilitar as trocas voluntárias, expandindo a acumulação capitalista a partir de modalidades de trabalho outras que não o contrato empregatício (FONTES, 2017). Já plataformas como o Airbnb, por outro lado, disparam o preço local devido ao turismo, dramatizando as disputas locais em torno do direito à moradia.

Os FAANG³¹ (Facebook, Apple, Amazon, Netflix, Google) também costumam lucrar pela atividade de compartilhamento e colaboração voluntária de seus usuários. Fazer uso das plataformas digitais, manuseá-las em nossas atividades diárias é também a entrega de nossa força de trabalho livre, pois agregamos valor na forma de dados a serem vendidos, de tal modo que a acumulação do capital ocorre sem grandes contrapartidas salariais. De maneira sensacionalista, mas não de toda incorreta, poderíamos nos considerar escravos da rede (TERRANOVA, 2000). No caso da Amazon é ainda significativo que sua atuação como distribuidora é permitida por um amplo grau de planejamento decisório em cadeias de comando garantidas pela facilidade e instantaneidade da comunicação (TEPPER, 2018).

Concentração de renda e monopólios são o lado perverso dessa mesma sociedade em

³¹ FAANG e em alguns casos FANGAM (incluindo a Microsoft) é um acrônimo para as gigantes da tecnologia que monopolizam seus respectivos mercados. o patrimônio de cada uma destas empresas varia entre US\$500 bilhões de dólares a US\$ 2 trilhões de dólares, equiparável ao PIB de países emergentes como o próprio Brasil.

redes. O capitalismo de plataforma não é o fim da mediação, mas a centralização das formas distribuídas de atuação em um espaço que lucra com a exploração dos dados produzidos pela colaboração voluntária entre os indivíduos (SRINCEK, 2017). As próprias empresas se tornam as mediadoras desse encontro, concentrando em si as diversas cadeias de intermediários que teriam desaparecido. Dentro delas também nos organizamos com novos mediadores que concentram o poder, como moderadores de páginas, administradores de blogs etc. Há, portanto, uma centralização de formas de comando e hierarquia na distribuição das redes.

A mesma precarização que assola as relações trabalhistas, e se amplia com o desenvolvimento das forças produtivas, atinge diretamente os jovens, os maiores usuários das mesmas. Não à toa, Gerbaudo (2019) identifica os chamados *millennials*³² como o principal grupo que irá emprestar forças aos novos partidos. Os *millennials* ao mesmo tempo sofrem com a precarização da vida nos grandes centros urbanos e são os maiores defensores de uma democracia conectada por passarem grande parte da vida nesses meios.

A mesma precarização que assola as relações trabalhistas e se amplia com o desenvolvimento das forças produtivas atinge diretamente os jovens, os maiores usuários das mesmas. Não à toa, Gerbaudo (2019) identifica os chamados *millennials* como o principal grupo que irá emprestar forças aos novos partidos. Os *millennials* ao mesmo tempo sofrem com a precarização da vida nos grandes centros urbanos e são os maiores defensores de uma democracia conectada por passarem grande parte da vida nesses meios.

O partido pirata é altamente representado por esse setor conforme mostra o *The New York Times*³³. Mas esse também é o caso do movimento 5 estrelas que se vê super-representado entre os jovens de 18 a 34 anos; e do Podemos, que em 2016 teve em sua maioria votos dos eleitores com menos de 35 anos e ganhou 44% dos votos dos mais jovens. Como veremos, alguns membros do Podemos são dessa geração. Essa atração dos jovens é um fenômeno advindo de sua radicalização no pós-crise, aparecendo também nas candidaturas de países de eleição majoritária como na ascensão de Jeremy Corbyn, na Inglaterra — que recebeu 66 % de votos dos eleitores de 18-19 anos —, e Bernie Sanders — detentor, sobretudo, dos votos daqueles menores de 45 anos —, nos EUA (GERBAUDO, 2019).

Porém, é importante notar que os jovens não são os únicos votantes do Podemos ou outros membros da sua família partidária como no caso do Movimento 5 Estrelas. No Podemos,

³² Millennials é o nome dado para a geração que teria nascido perto da virada do milênio, tendo sido a primeira a nascer com o uso da internet.

³³ Nicholas Kulish. 'Direct Democracy, 2.0', *New York Times Sunday Review*, 5 May 2012. Disponível em <www.nytimes.com/2012/05/06/sunday-review/direct-democracy-2-0.htm>. Acesso 22/12/2020

a distribuição de seus votos em 2015, por exemplo, tomou a forma de uma curva em V, pontuando alto entre os desempregados e os trabalhadores precarizados, baixo nos estratos médios e alto novamente nos grupos mais bem educados e com rendas altas (CARPIO, 2015). De modo similar, foi apontado que quanto maior a insegurança nas condições trabalhistas, maior a chance de se votar no M5S contra seus adversários (GERBAUDO, 2019).

Para que surjam os partidos novos, portanto, podemos perceber que eles emergem da configuração de uma clivagem nova, especialmente em países em que as condições institucionais — como a representação proporcional — são possíveis. O que, porém, deve nos chamar a atenção é como estes partidos irão lidar com os dilemas organizativos da concentração de poder no mundo das redes e como fazem para ampliar seu público para além do jovem escolarizado.

A tática utilizada para atrair grupos excluídos, seja o jovem *millennial*, seja o desempregado urbano, é a inclusão de suas pautas. Vistas como outsiders do sistema político, o caminho passa pelos partidos reafirmarem seu reencontro com a sociedade. Daí, retorna candente o tema da democracia intrapartidária estudado no capítulo anterior.

2.4.1 Entre o movimento e o cartel³⁴

Quando nos referimos a Democracia interna dos partidos (DIP), o avanço mais recente é a redução dos critérios para a filiação partidária (SCARROW, 2013). Redução de custos — e sua extinção — e facilidade de cadastros em sites do partido têm sido algumas maneiras para agilizar esse processo. Assim, a diferença entre o simpatizante e os membros é comumente desfeita. Esse é um dos movimentos que tem a ver com a ideologia da democracia direta bradada pelo povo da internet.

A inclusão, como já sabemos, não esgota a DIP. Deliberação, pluralismo e difusão são também importantes (IGNAZI, 2020). Dessa forma, um avanço maior nas propostas se dá por meio do uso de ferramentas novas e sofisticadas para a deliberação política. Nesse sentido, as plataformas digitais são os espaços escolhidos por permitirem criar fóruns de deliberação, avançando com uma esfera pública conectada. Essa forma foi empregada pelos partidos 5 Estrelas, Podemos e Piratas, os quais passaram a ter em seu núcleo plataformas específicas para promoverem processos deliberativos internos. As ferramentas também serviram para organizar os núcleos de bairros e permitir um canal aberto entre eles e o comitê central.

³⁴ Devido a considerações já feitas no capítulo 1, usaremos de forma indistinta o conceito de partido cartel e o de partido catch all.

Gerbaudo por esse motivo os chama de partidos digitais ou partidos plataformas. Mas assim como o uso da expressão “sociedade em redes” mascara a existência de outros princípios organizativos que continuam presentes e ativos na sociedade (DOMINGUES, 2013), o termo partido digital causa o mesmo efeito. Ainda mais porque essa forma de organização é oposta aos partidos de televisão, nome dado para se referir àqueles partidos que se profissionalizaram, descolando-se do sistema político societal e passando a ter maior dependência do Estado e dos meios de comunicação de massa (GERBAUDO, 2019)³⁵ (KATZ; MAIR, 2009; PANEBIANCO, 2005).

Parte desse sucesso se deve a que eles não reduziram o seu discurso sobre democracia ao ciberativismo, mas questionaram o próprio sistema político e sua ligação à crise econômica. Este questionamento das pautas é o que os leva a ser considerados tecnopopulistas (BICKERTON; ACCETTI, 2018), tendo o populismo latinoamericano do MAS servido de inspiração ao Podemos (SCHAVELZON, 2015). Nesse sentido estavam também ligados à maneira como os protestos produziram seus antagonismos. Afinal, as grandes mobilizações sociais na Europa e nos EUA se fizeram em grande parte contra a austeridade e, por isso mesmo, colocaram em seu centro demandas por direitos sociais junto com a participação (DELLA PORTA *et al*, 2017). Esse processo criou um curioso caso de uma retórica populista, tal como na onda rosa, mas com desconfiança da representação, ressaltando aspectos anarcopopulistas (GERBAUDO, 2017).

Há, portanto, uma segunda dimensão que nos interessa para além de ser digital. Desse modo, a tipologia de Gerbaudo limita a nossa análise. Ainda mais considerando que para a figura do líder partidário ainda é relevante a televisão, havendo complementaridade de seus usos nos casos de maior sucesso eleitoral.

As imagens da TV são constantemente potencializadas pelo compartilhamento dos meios de comunicação de massa, fazendo com que parte da estratégia dos novos membros passe pela superexposição também pelos canais tradicionais. Articular as demandas dos diversos grupos ocorre por meio do engajamento com a liderança, retornando nesse sentido a figura do comunicador como responsável pela atual democracia.

Aqui também a face pública do partido ganha proeminência ante ao comitê nacional, não havendo aí muita diferença em relação ao partido cartel. Ao contrário da tipologia de Katz e Mair (2009; 1995), a queda do comitê significa parte da própria ideologia participacionista,

³⁵ Gerbaudo faz um amálgama dos argumentos de Katz e Mair(2009), Panebianco (2005) e Kirchheimer (2012), propondo que suas tipologias partidárias servem ao mesmo propósito. Para maiores detalhes, remeto o leitor ao capítulo 1.

posto que o comitê é visto como uma das cadeias de intermediários que deve ser racionalizadas para haver uma relação mais direta entre o povo e suas lideranças. O comitê representa o mundo formal das burocracias encasteladas e impessoais e daí a ojeriza que lhe é imposta.

Temos, portanto, uma convergência com os partidos cartéis, dado que as lideranças políticas se tornam figuras de destaque. Em muitos casos, é possível considerar que, para o estudo das redes enquanto uma ciência topográfica, isso não traz muita novidade. Em sistemas de redes abertos, há sempre uma distribuição no número de nós, onde uns concentram a maior parte dos laços das redes e tendem a atrair os demais laços.

A teoria do *general attachment*, portanto, já nos lembra de cara que há um limite ao propor uma “ontologia plana” (NUNES, 2014; NEWMAN; BARABÁSI; WATTS, 2006). Ao contrário, quanto mais nós, maior a concentração da conexão em alguns grupos ou indivíduos que servem como conectores. As lideranças se tornam exatamente esses grandes mediadores, repassando informações para as cadeias abaixo. Como vimos, com o capitalismo de plataforma pode haver uma brutal tendência à concentração da mediação na própria rede digital que no caso é o partido e suas lideranças.

Mantendo-se o paralelo os simpatizantes devem ser vistos como a grande força dos partidos. Se as redes são usadas para intensificação da exploração capitalista, aqui também pode ser dito que a colaboração voluntária se torna a base do trabalho dos partidos políticos. Vindos de fora do sistema político estatal, ligados à força dos protestos que criticam o *status quo*, seu financiamento é garantido através de contribuições voluntárias na internet ou através da militância aguerrida. Nesse ponto são muito distintos dos partidos cartéis ou *catch all* para quem o financiamento está garantido pela sua pertença ao Estado.

Também divergem na maneira como são *catch all*. É comum ver referências entre o populismo e as dinâmicas *catch all* pela tentativa de alcançar um eleitorado abrangente por meio de propostas ambíguas (ARATO, 2018). Entretanto, transbordamentos societários deslocam a hegemonia por sua própria natureza, criando uma janela de oportunidade para que forças sociais ergam-se com outras justificativas para suas ações. O imaginário assim reconfigurado permite um antagonismo forte contra o sistema que reaparece como uma oligarquia, uma casta ou outros símbolos que indicam seu fechamento.

Por fim, contra um plano puramente plebiscitário, o uso das plataformas digitais facilita o processo de agregação a nível local, ao mesmo tempo que, pelo o diálogo mais direto com o nível nacional, pode permitir uma maior flexibilidade e autonomia destas ações. A estratagemia de que Katz e Mair comentavam de maneira negativa, pode ter uma característica positiva na medida em que estes espaços autônomos possam ter um maior grau de participação nas decisões

a nível nacional também, criando um sistema híbrido entre a estratarquia e a maior descentralização das formas feedralizadas de partido (BOLLEYER 2012). O que até é possível, considerando que os partidos plataformas facilitam o processo de articulação de movimentos locais, junto com a ampliação de espaços internos de deliberação. Nesse sentido, a forma, portanto, avança com as preocupações sobre a deliberação e os espaços de discordância política, indo além da mera inclusão como um princípio de democratização interna.

Logo, o que vemos é uma tensão no universo das redes entre uma “hiper-liderança” (GERBAUDO, 2019) e a força descentralizadora dos próprios movimentos em rede. Sem estruturas formais, é possível que a liderança haja de forma funcional, podendo vislumbrar-se a criação de outras relações de colaboração sempre que pareça haver uma cristalização dessa liderança (NUNES, 2015b). Essa tensão também se articula a nível individual entre a atuação de movimentos pautadas em hiper-atores — como já seria uma característica da América Latina — e a defesa intransigente da autonomia e da singularidade própria na relação com o outro (ARAUJO, 2019).³⁶

Podemos considerar essa questão por outro ângulo. Se os custos da ação coletiva abaixaram e se a sociedade aceita facilmente a oposição institucional, então os próprios novos partidos sabem que podem ser substituídos. A liderança nesse caso pode estar sempre em cheque ou perecer em caso de não ceder às demandas populares. Essa também pode ser a maneira de pensar que os próximos partidos terão dificuldades em se cartelizar: na medida em que é difícil perceber a diferença entre os novos partidos e os antigos, eles perderiam os meios de representar a clivagem existente e os movimentos que dela germinam. É, portanto, a força da sociedade o que permite a emergência de partidos anti sistemas na forma de movimentos.

2.5. Considerações parciais acerca do capítulo

Procuramos observar as transformações sociais que destravaram o surgimento dos novos partidos como o Podemos que estudaremos em seguida. A teoria que estuda a emergência de partidos ligados à sua base são as clivagens sociais e assim a utilizamos para pensar os impactos na mudança mais recente da modernidade. Para tanto, focamos em um aspecto menos explorado das clivagens que é o papel da organização para mediar os interesses que surgem com o sistema político que o traduz.

³⁶ Na psicanálise Birman discute essa questão pelo narcisismo das pequenas diferenças. Ver Birman (2014)

Notamos que há um interesse das novas gerações na autonomia ou em uma proposta radical de igualdade política, baseada em interações reticulares que já existiam e agora se tornam mais preponderantes ou ao menos mais concretamente evidentes a partir das tecnologias digitais. A tentativa de juntar autonomia individual com cooperação parece encontrar aí sua matriz, mas sem conseguir se enxergar nas formas que as instituições políticas assumiram. Em parte, pois como vimos, há também uma desconfiança do papel da chefia, uma liderança formal garantida através do comando, substituído por um processo descentralizado e informal de produção de lideranças.

Com a insegurança econômica, a precariedade das relações sociais e o aumento da desigualdade se tornam estopim para tomar as ruas e exigir políticas que atendam a juventude sem empregos, à ausência de moradia e às condições cada vez mais precárias de trabalho. Logo, crise econômica, política e social se conjugam, fazendo emergir novas pautas, demandas e atores que sejam capazes de levá-las para dentro dos canais que possam atendê-las.

Decorre daí também que é difícil para qualquer partido se legitimar quando o princípio democrático parece se adaptar ao discurso de maior horizontalidade, a partir da euforia do mundo conectado. Os partidos cuja base foram ou são as contestações sociais das últimas décadas, portanto, apostam em práticas horizontais, sendo em alguns casos empregados de forma intensiva tecnologias digitais como plataformas sociais para reduzir a burocracia e criar formas mais diretas de comunicação entre a base e a face pública.

Devemos ter em mente que essa articulação em rede traz a figura do simpatizante para o centro das relações políticas com seus vínculos mais fracos. Daí resulta que, de um lado, a organização é garantida pela colaboração voluntária da militância na base. Do outro, porém, engajar os grupos requer mais estímulos das lideranças enquanto comunicadores, fazendo-as se escorar na reprodução da própria imagem. Como resultado a face pública do partido incha e, nesse caso, a ligação direta entre simpatizantes e líderes pode demolir os grupos intermediários formados por membros engajados e que poderiam ser responsáveis pelo contrapeso à oligarquização.

Como visto, portanto, há uma tensão colocada pela própria estrutura entre o papel dos líderes enquanto hiper-atores e o choque com a busca por descentralização das decisões e autonomia individual. Não há aí uma solução necessariamente, pois em uma sociedade individualizada é normal que a identificação não aconteça com os grupos impessoais, mas com aqueles que apostam na imagem pública de seus líderes.

Até aqui, porém, estamos nos dedicando, principalmente, ao campo especulativo das tendências que outros identificaram. Nosso foco é pensar o Podemos, o partido espanhol a partir

de suas determinações concretas que singularizam em um caso os problemas até aqui suscitados. Observar o seu movimento é uma tarefa importante para compreender qual será o lugar da forma partidária e que organização ela terá no tempo presente.

3 O MOVIMENTO E A MÁQUINA: TENSÕES ENTRE AS “HIPÓTESES PODEMOS” E O ACONTECIMENTO 15-M

Em conformidade com as discussões dos capítulos anteriores, procuraremos aqui retomar e lastrear a “carga” (*load*) que as formas de organização recente colocaram sobre as instituições da modernidade política, tensionando-as (KIRCHHEIMER, 2012, P. 351). Tal carga, portanto, promoveu o contexto no qual foi possível emergir uma nova clivagem social e novos partidos que procuraram representá-la. Nesse caso, podemos apontar uma mudança para um padrão de organização em redes, cuja produção de hegemonia passa ao largo das instituições tradicionais.

Observando o caso espanhol, mais especificamente do 15M ao fenômeno do Podemos, propomos que as táticas e estratégias para galvanizar o apoio popular demandaram um duplo papel de estar em acordo com a organização em rede e de ter a capacidade de comunicação de alguns atores chaves. Assim o sistema político é aberto pelos movimentos, mas o partido, enquanto mediador, é tensionado no processo pela imposição de maior democratização interna, por baixo, e pelas formas de centralização das novas lideranças, por outro lado.

O Podemos é peça-chave para compreendermos se o “príncipe” gestado nas inovações do século XXI pode nos ajudar a pensar as condições para o autogoverno em nosso século. Sua possibilidade de existência deve, porém, ser cotejada com os arranjos institucionais, quer seja da forma do sistema partidário e eleitoral, quanto das possibilidades abertas para a contestação política em nossos tempos (ROKHAN; LIPSET, 1967). Logo, em que pese a ênfase nos efeitos exógenos ao sistema político estatal, esse não deve ser descurado ao fazer uma análise das possibilidades de surgir uma organização política.

A partir da análise das táticas do Podemos e da sua organização interna — pautada pelo testemunho dos próprios líderes, membros e pelos documentos organizativos e políticos do partido — queremos fazer uma reconstituição deste impasse e tensionamento que são característicos das formas de organização política do presente. Considerando a heterogeneidade no processo de qualquer organização, é importante traçar, nos contextos diários, como emergiu o partido e quais as metamorfoses sofridas por ele na medida em que buscava se tornar viável eleitoralmente.

Decidimos dividir o capítulo em 6 partes para tornar nossas ideias mais claras. Temos uma parte focada no chamado “regime político de 78”, onde apresentamos alguns dos fatores

da crise orgânica que despontaria nos protestos em massa em 2011. Em seguida, faremos uma discussão sobre o 15M, não como um movimento, mas como um acontecimento que representou mudanças nas formas de organização e de pensar a política espanhola. Na sequência, uma terceira seção será dedicada à estratégia dos partidos surgidos após o 15-M, especialmente o Podemos, a quem dedicamos uma maior atenção para tratar de sua história e do início da sua organização política. Na quarta seção, buscamos analisar as metamorfoses que o próprio partido sofreu por pressão do sistema, da militância e das suas lideranças. Na quinta seção, procuramos abordar as metamorfoses que a posição do Podemos sofreu e como isso impactou na sua organização interna. Dado que o foco dessa quinta parte são os efeitos de decisões na organização, dedicamos uma parte inicial as tomadas de decisão do partido em 2016, mas procuramos principalmente observar as disputas em torno dos documentos do partido nos períodos subsequentes, pois, elas identificam mais claramente os limites práticos e formais na execução da democracia intrapartidária. Por fim, nos dedicamos a traçar breves considerações que nos ajudem a pensar em nosso problema central: as possibilidades de conter e pôr fim à lei de ferro.

3.1. Da oligarquização do “regime de 78” à crise orgânica

A democracia na Espanha foi retomada em 1978 com a promulgação da Constituição, mas seu embrião pode ser traçado no Pacto de Moncloa, assinado em outubro de 1977 (ERREJÓN; MOUFFE, 2015; LÓPEZ, 2016; BRIZIARELLI, 2018). Em tal pacto, estabeleceu-se como seria feita a transição política, evitando-se riscos de ruptura e conflito, no que se tornou uma referência para a transição de regimes em outras partes do mundo (BRINGEL, 2015).

Para conseguir o consenso das elites franquistas, foi definido como prioritário a redução e estabilização. O pacto, portanto, limitou as possibilidades da luta eleitoral conter o capitalismo e, dessa maneira, criou um descompasso entre a democracia e a economia logo de início (STREECK, 2012; RENDUELES; SOLA, 2018). O acordado foi que as disputas eleitorais seguiriam a fórmula *d’hont*³⁷ e teriam a cláusula de barreira de 3%, o que, junto com a proporção nas províncias espanholas, dificultava o surgimento do multipartidarismo, mesmo se tratando de um sistema de representação proporcional de lista fechada (MELO, 2019). O partido *Unión Centro Democrática* (UCD), agremiação conservadora, teve o maior número de cadeiras e por

³⁷ O método serve para calcular a distribuição de candidatos entre listas concorrentes. Sua fórmula privilegia os resultados dos partidos mais fortes.

isso coordenou o processo, mas não tinha maioria suficiente para impor suas posições, obrigando-o a fazer acordos para dirigir o processo. Tais consensos, no entanto, se restringiram às elites políticas dirigentes e tiveram baixa participação da opinião pública (MELO, 2019).

Em 1982, com o desaparecimento eleitoral da UCD — de 34%, na constituinte foram para 7% — e a sua dissolução, estabeleceram-se as duas forças político-partidárias espanholas. De um lado o *Partido Popular* (PP), aglomeração política ligada em grande medida às elites franquistas. De outro, o *Partido Socialista Obrero de España* (PSOE), agremiação de centro-esquerda que contava com forte apoio das organizações sindicais.

Em 1982 com a entrada do PSOE no poder, as limitações que o pacto impôs eram nítidas. Pode ser dito que o governo do PSOE (1982-1996, 2004-2011) seguiu uma tendência dos países centrais a um neoliberalismo de tipo progressista (FRASER, 2019), onde há avanços importantes no reconhecimento de direitos civis, mas reduzida alteração do modelo econômico. No governo de Felipe González (1982-1996) as medidas econômicas ficaram a cargo de ministros ligados à elite bancária, os quais priorizaram os ajustes econômicos e a redução inflacionária (RENDUELES; SOLA, 2018). Os grandes atores de outrora, como os sindicatos, não conseguiam mais ter reconhecidas suas demandas e têm suas greves reprimidas. A partir daí, houve um rompimento entre a *Unión General de Trabajadores* (UGT) — principal organização trabalhista espanhola — e o PSOE, devido ao consentimento explícito do partido aos pressupostos econômicos do Pacto de Moncloa (BÁRBERA; BARRIO; RODRÍGUEZ-TERUEL, 2018).

Apesar da economia espanhola tornar-se mais aberta ao mercado internacional e menos protetiva com o governo do PP, encabeçado por José María Aznar (1996-2004), as disputas ocorrem em torno da agenda das liberdades civis e dos costumes³⁸. No retorno do PSOE, após a vitória de Zapatero (2004-2011), há importantes ganhos civis acompanhando as lutas dos movimentos sociais articulados em pautas culturais (BRINGEL, 2015; LÓPEZ, 2016). Todavia, suas principais políticas econômicas continuam sendo a expansão do turismo e de empregos temporários, por um lado e, por outro, a ampliação do endividamento familiar e das linhas de crédito como forma de crescimento econômico pelas vias da financeirização (RENDUELES; SOLA, 2018).

³⁸ Podemos perceber aí as mudanças dos partidos para a defesa de ongs ligadas a pautas identitárias. À direita, a defesa da proximidade com a Igreja Católica e a promoção do grupo *Mujeres Conservadoras*. À esquerda, a promoção de pautas da justiça global e das pautas feministas (BÁRBERA; BARRIO; RODRÍGUEZ-TERUEL, 2018).

A dita estabilidade do “regime de 78”, portanto, pode ser observada na tentativa dos partidos políticos de ampliar seus mercados eleitorais, o que os leva à moderação das pautas e dos discursos (KIRCHHEIMER, 2012)³⁹. Tais pautas, porém, foram constituídas sob condições de alijamento de setores importantes da sociedade e do aumento crescente das disparidades sociais. Como exemplo, poderíamos citar a precarização das classes médias e a financeirização e encarecimento do acesso à casa própria.

No primeiro caso, as classes médias tiveram frustradas suas expectativas de ascensão social pela educação. De acordo com López (2016), em 2007, havia oito milhões de trabalhadores com algum título de educação superior, enquanto que a economia apenas conseguia absorver cinco milhões desse contingente. Se somarmos a isso o preço das universidades e propostas de privatização do ensino, teremos um desfecho altamente desfavorável às pretensões alimentadas pela classe.

No caso dos direitos de moradia a situação era ainda mais dramática, pois tal como nos EUA, é nesse âmbito onde os efeitos mais nocivos da futura crise irão se fazer presentes. O principal fator pode ser encontrado na Lei das terras de 1998, a partir da qual foi permitida a financeirização do acesso à casa própria, tendo este consequentemente atingido novos patamares. Daí em diante, houve uma expansão na construção de casas de 30%, ou 7 milhões de unidades novas. Todavia, em vez de baratear o acesso à habitação, os preços subiram 220% e as casas foram compradas com trinta a quarenta e cinco anos de hipoteca (DELCLÓS, 2015, p. 135).

Quando a crise econômica de 2008 alcançou a Espanha seus efeitos foram devastadores. Ela causou uma taxa de desemprego de 23%, em 2011 (DELCLÓS, 2015, p. 108), sendo que 68% dos empregos destruídos foram temporários, os quais em sua grande maioria eram ocupados por jovens, mulheres e imigrantes. A razão para tal problema se encontra no mercado de trabalho segmentado. A legislação trabalhista espanhola tornou-se muito flexível, permitindo a proliferação de trabalhos precarizados. Sem sindicato e com uma legislação frouxa, esse setor não tinha nenhum poder de barganha ou condição de se sustentar, de tal sorte que os efeitos do desemprego se fizeram sentir rapidamente no corte dos custos empresariais e na incapacidade dos setores autônomos de conseguir atuar na crise (DELCLÓS, 2015, p. 121).

³⁹ Para Kirchheimer (2012) essa tendência adviria da passagem para uma sociedade de massas, onde a menor identificação coletiva faria com que os partidos parassem de buscar representar um grupo específico, como uma classe ou religião, para tentar representar o máximo de interesses partidários, o chamado partido *catch all*. Discutimos melhor esse conceito e suas implicações no capítulo 1.

A dificuldade de pagar os aluguéis provocou uma média de 500 despejos por dia até o ano de 2013, deixando na rua 500 mil famílias espanholas (MARRA, 2014).

A esse quadro de crise, a solução que os partidos espanhóis tradicionais apresentaram, um sucedendo o outro, foi a contenção dos gastos públicos e sociais. Devido à incapacidade das elites políticas em solucionar a crise sem dismantelar as proteções sociais da população, houve uma ampliação do descontentamento por toda a sociedade. Os intelectuais espanhóis, como Pablo Iglesias (2015) e Iñigo Errejón (2015), haveriam de ler esse momento como o de uma crise orgânica. Na leitura gramsciana, a dissolução da hegemonia exercida pelos grupos à frente do bloco histórico que detinha o Estado, impossibilitaria que eles seguissem dirigindo as classes subalternas (GRAMSCI, 2015). Já na leitura dos futuros novos atores políticos, esse foi o momento em que se abriu uma janela de oportunidade devido à completa incapacidade do PSOE, do PP, ou mesmo de alternativas radicais aos dois, de se conectarem aos grupos sociais e responderem às suas demandas (BRIZIARELLI, 2018).

3.2 O Acontecimento 15-M

No contexto da crise, ganharam maior protagonismo os movimentos sociais que pautavam propostas em defesa dos direitos sociais, *vis à vis*, as pautas mais identitárias. É o caso da Plataforma de Afetados pelas Hipotecas (PAH), criada em 2009 com o objetivo de prestar apoio jurídico e psicológico àqueles que perderam suas casas. Assim como a PAH muitos outros coletivos adotaram o processo convocatório a partir das redes sociais digitais. Um exemplo é o *juventud sin futuro*, o qual procurava apontar a precariedade das condições dos jovens espanhóis, centrado na Universidade Complutense de Madrid, e que contou com a participação de Iglesias, Errejón e membros da *Izquierda Anticapitalista* (LÓPEZ, 2016, p. 19).

As mudanças moleculares já apontavam um descontentamento em relação ao sistema político, visto como corrupto e antidemocrático. Plataformas como o movimento *democracia real ya!* (DRY) convocaram manifestações para o dia 15 de mayo de 2011. Em Madrid, ocupou-se a Porta do Sol, um símbolo dos protestos políticos na cidade. E sob os gritos de fazer como em Tahir, parte dos manifestantes decidiram ficar. A violência policial deflagrada teria o efeito contrário ao previsto ao estimular que as praças fossem ocupadas em contingentes ainda maiores e levar a prática a se alastrar por centenas de cidades espanholas.

A forma como se organizou o processo moldou o discurso e abriu possibilidades. Em parte, porque o processo se realiza nos espaços autônomos das redes e nos espaços públicos das praças transformadas em palco de discussão. Com três mudanças organizativas - se não pela

sua novidade, ao menos pela sua escala- : (i) as acampadas como uma nova prática política, realizadas em torno do assembleísmo (BUTLER, 2015; HARDT; NEGRI, 2017); (ii) o uso das novas tecnologias de informação e comunicação (NTIC) (LÓPEZ, 2016; DELLA PORTA, 2012; CASTELLS, 2013); e, por fim, (iii) uma organização molecular de demandas com relativa autonomia entre si, a partir da divisão de eixos temáticos de ação. (CAVA; BELTRÁN, 2015).

Como López (2016) afirma, as assembleias nas praças trouxeram uma transformação no imaginário popular. As acampadas terminavam suas noites em discussões assembleares, onde se propunha e se construía consensos mínimos sobre as práticas ali inseridas. O assembleísmo propunha a validade de todas as opiniões e a ausência de lideranças formais, ao mesmo tempo em que buscava suprir as necessidades de coordenação que uma organização demanda. Como exemplo de tais práticas consuetudinárias, pode-se destacar o surgimento de certas linguagens gestuais, como cruzar os braços em X para indicar descontentamento e bloqueio da proposta por um dos membros da assembleia (TORMEY; FEENSTRA, 2014; LÓPEZ, 2016).

Sem exagerar nos pontos, é sempre importante lembrar, como faz Butler (2015), que quando se trata de uma organização assemblear não é o todo da população que se faz presente e nem são as palavras uníssono. Mas como também observa a filósofa, muitas vezes essas redes são magnificadas pelos espaços externos, no caso, amplificadas pelo uso dos instrumentos do que podemos chamar da WEB 3.0⁴⁰. As ferramentas permitiam entremear as narrativas biográficas dos membros ao processo coletivo. Com isso, elas possibilitam a externalização de posições discursivas fora do enquadramento hegemônico dado pelas mídias tradicionais, bem como reduzem custos para a concertação da ação coletiva.

Outrossim, como meios de autocomunicação de massa que são, permitem uma densificação da interação em rede, através da comunicação de um indivíduo com um grande público (CASTELLS, 2013). Dessa forma, foi possível a divulgação sem necessidade de passar por amplas cadeias de intermediários, permitindo um alcance de convocação e de consenso para aqueles que não conseguiam ir às praças, mas que se viam representados nas pautas e nos antagonistas eleitos.

É importante considerar também que a internet pode ter redefinido o que se compreendia por organização. É possível traçar paralelos que nos mostrem a sinergia entre assembleísmo e

⁴⁰ É de se notar que o ativismo hacker já era uma característica que congregava movimentos espanhóis na luta para a construção de novas ferramentas, em pautas de defesa da neutralidade rede e defesa dos softwares livres. Todo esse processo conhecido como tecnopolítica alcançou novas dimensões e escalas com o 15M. (LÓPEZ, 2016, P. 30).

a atuação na internet, corroborando a hipótese do protagonismo das redes como meio de organização na modernidade (DOMINGUES, 2013). Toret e sua equipe (2013) destacam o papel destas ferramentas para dar vazão à indignação disparada pela crise política. Nesse sentido, o 15M só ocorre, porque há uma malha de práticas tecnopolíticas que já estavam sendo gestadas, desde as práticas de ciberativismo em favor da neutralidade da rede, entre outras pautas, até seus usos políticos mais claros na praça Tahir. Por tecnopolítica, Toret entende a capacidade “organizativa massiva mediada pela rede e capaz de produzir estados de ânimos empoderados e um padrão de auto-organização na sociedade em rede” (TORET, 2013, p. 14)⁴¹.

Essa também é a posição de Castells (2013) para quem muitos dos sujeitos que ali se encontravam podem ter pensado em formas de mobilização mais descentralizadas e menos dependentes de lideranças formais a partir do espaço mais autônomo do meio virtual. No que tange às lideranças, estas seriam “distribuídas” (NUNES, 2015) ou informais (CASTELLS, 2013). Não se procuravam chefes do mesmo modo que se tinha ojeriza ao sistema político-partidário (CASTELLS, 2013; PORTA, 2013).

A evolução dos conjuntos de práticas tecnopolíticas que já haviam recebido seu batismo em Tahir foi possível pelo desenvolvimento dos próprios aparelhos à disposição. Com as inovações nos aparelhos celulares, o desenvolvimento dos smartphones e da capacidade de banda larga dos serviços de telefonia, se tornou possível estar conectado a qualquer momento. Nesse sentido, a campanha do DRY é lembrado como um grande êxito político pela mescla no uso de diferentes aplicativos na web para permitir que a convocatória se espraiasse para além da sua bolha inicial (TORET, 2013).

O mesmo pode ser visto no despejo da Acampada Sol no dia 17 de maio. Para Toret (2013), é um caso de efeito Streisand, onde a tentativa de censura teria criado o efeito reverso replicando as práticas de *acampadas* em rede. Assim,

O conceito contágio tecnologicamente estruturado explica tanto a extensão das acampadas interconectadas e da emergência de uma grande estrutura digital como vertebradoras do 15M. A simbiose do sistema rede-acampadas e da estrutura digital emergente são as geradoras da energia e da extensão do movimento enquanto um movimento transmidiático distribuído.⁴² (TORET, 2013, p.14)

⁴¹ No original lê-se: “organizativa masiva mediada por la red y capaz de producir estados de ánimos empoderados y un patrón de autoorganización política en la sociedad red”

⁴² No original lê-se: “El concepto contagio tecno-lógicamente estructurado explica tanto la extensión de las acampadas interconectadas y de la emergencia de una gran estructura digital como vertebradoras del 15M. La simbiosis del sistema red-acampadas y de la estructura digital emergente son las generadoras de la energía y la extensión del movimiento como es un movimiento (trans)mediático distribuido.”

Como consequência dos pontos acima, foi possível que se constituíssem plataformas e coletivos mais transversais, sem ligação com os partidos, movimentos ou sindicatos clássicos. Tais plataformas trazem pelas suas próprias demandas e discussões internas um “tensionamento com a orientação eminentemente sociocultural dos movimentos sociais espanhóis (pouco capazes de interpelar a sociedade como um todo e desafiar as estruturas de poder), introduzindo um certo pragmatismo político praticamente inexistente antes”. (BRINGEL, 2015, p. 13). Já um efeito bastante concreto das divisões em eixos temáticos foram as propostas de marchas e principalmente as *Mareas* (marés), cujas passeatas pela cidade se estendiam por cores definidas para cada eixo de reivindicação proposto, sendo por vezes possível que mais de um eixo e cor se juntassem⁴³.

Como já exposto, essa nova forma de organização permitida pelas NTICs, segundo Gerbaudo (2017), traz um populismo de princípios horizontais e crítico da representação. Apesar desse ponto, o autor nota uma defesa sólida do bem-estar social e uma alta participação de integrantes da classe média, conformando um discurso de defesa da cidadania. Chamado de *ciudadanismo* pelo próprio autor, essa combinação trazia sobre os gritos de “*no nos representan*” uma indignação comum contra as medidas de austeridade adotadas e a falta de autonomia da Espanha de determinar seus rumos frente a União Europeia e a chamada Troika⁴⁴.

O 15-M se colocava contrário a ambos os partidos. Gritos de “*PP PSOE, una misma mierda*”, ecoavam nas ruas, enquanto se propunha a questão do Regime de 78. Como bem observou López (2016), “Regime” tem uma conotação especial no caso espanhol por ser a maneira a que os espanhóis se referiam a ditadura franquista. O deslocamento discursivo deixava entrever a insatisfação generalizada com o sistema político tradicional, todavia, dava poucos sinais de como o combate poderia ser gerenciado na escala política.

Com o tempo, as praças haviam sido trocadas pelos bairros, impulsionando a criação de organizações em diversos cantos das grandes cidades. Mas esses espaços foram perdendo a integração e o ímpeto, dificultando a possibilidade de grandes mobilizações com fins políticos.

⁴³ De acordo com Bringel (2015), houve ao menos 10 mareas. O autor destaca, de forma exemplificativa, a “Maré Branca” (Em defesa da Saúde Pública), a “Maré Verde” (pela educação pública) e a “Maré Azul” (contra a privatização d’água).

⁴⁴ Os altos graus de endividamento interno não eram um fenômeno espanhol, mas reproduzido pelos países da periferia da Eurozona. Portugal, Irlanda, Grécia e Espanha padeciam com falta de liquidez. Através do Memorando de Entendimento do Banco Central Europeu e da Comissão Europeia, ficou estabelecida uma tutela da economia dos países periféricos em relação aos ditames da chamada Troika. No caso espanhol, isso deixou novamente claro os limites dos partidos políticos tradicionais na alocação de gastos públicos e as concessões às elites financeiras na Zona do Euro (LÓPEZ, 2016).

O tempo amplo dificultou sem dúvida a continuidade do movimento para grande parte dos grupos de trabalhadores. O predomínio dos jovens, sentido desde o início, se fez ainda mais presente. Nota-se ainda que a vigilância policial e as precauções muitas vezes adotadas, levavam os jovens a usarem aplicativos pouco conhecidos e de mais difícil interface para fugir de vigília, ao menos como relata Delcló (2015). A fagulha do movimento, portanto, esmaeceu e os que sobraram radicalizaram-se em pautas e discursos mais identificáveis com a esquerda (López, 2016). A bem da verdade, mesmo no caso das organizações bem sucedidas como as *mareas*, ainda restava necessário o consenso de um governo títere nas mãos da *Troika*. A dificuldade de impor suas demandas ao Estado, mesmo com grandes mobilizações pacíficas, tornou-se outro impasse que reduziu o engajamento popular.

Apesar da política institucional não ser uma característica do movimento, enquanto um acontecimento que modificou o discurso hegemônico, o 15-M abriu janelas de oportunidade que permitiram a emergência de novos partidos políticos. De acordo com o Ministério de Assuntos Interiores, 295 novos partidos foram registrados na Espanha durante 2009 e 2010, biênio já atípico por conta da crise. Em 2011 e 2012, no bojo das manifestações, foram 492 novos partidos. Muitos desses partidos surgiram diretamente das assembleias ou dos movimentos sociais que as apoiavam como no caso de *Guanyem Barcelona*, de Ada Colau, ou o partido X e o Partido Piratas espanhol, que discutiam a questão da Internet e sua censura (TORMEY; FEENSTRA, 2014). Por estarem embebidos no princípio democrático e por buscarem emulá-lo no centro do debate político, parece possível dizer que eram partidos-movimentos - alguns apenas de protesto - dos indignados.

Em grande medida a entrada destes partidos políticos se dá pela extrema facilidade em registrar um partido político na Espanha e pela relativa facilidade em participar das eleições. Para se registrar basta que um núcleo fundador — composto por ao menos três adultos de conduta ilibada — registre em domínio público a denominação do mesmo. Após, resta apenas levar tais documentos comprobatórios ao Ministério do Interior para seu registro. Um pouco mais de trabalho é requerido para a competição eleitoral, pois nas eleições gerais ou autonômicas é necessário ter 1% das assinaturas dos votantes do distrito onde irá disputar e no caso das prefeituras, deve seguir uma tabela que detalha o número de assinaturas em relação ao tamanho do município⁴⁵ (MELO, 2019).

⁴⁵ “Artigo 187 da LOREG. Municípios com menos de 5.000 habitantes 1% dos eleitores, desde que o número de signatários seja mais que o dobro de Vereadores para escolher; Municípios com população entre 5.001 e 10.000 habitantes, pelo menos 100 assinaturas; Municípios com população entre 10.001 e 50.000 habitantes, pelo menos 500 assinaturas; Municípios com população entre 50,001 e 150,000 habitantes pelo menos 1.500 assinaturas; Municípios com população entre 150,001 e 300.000 habitantes, pelo menos 3.000 assinaturas;

Mesmo considerando o fator das assinaturas, ainda é relativamente fácil participar da disputa eleitoral. Porém, difícil é lograr êxito na competição a nível nacional, devido a relevância de se tornar eleitoralmente competitivo nas cidades pequenas e médias⁴⁶. A dificuldade é tanta que havia uma tendência a um “bipartidarismo imperfeito” (MELO, 2019) no sistema parlamentar espanhol que será, surpreendentemente, rompido pelo Podemos. Assim, o Podemos consegue alcançar o que nenhum dos outros partidos fiéis ao 15M conseguiu. Para compreender essa diferença crucial apresentaremos antes as características de alguns dos outros partidos para então nos apoiarmos naquilo que se tornará o sucesso e os limites do caso, conhecidas por seus intelectuais como as hipóteses Podemos (IGLESIAS, 2015).

3.3. Os Partidos do 15M

Muitos dos partidos que surgem nesse contexto opõem-se ao sistema político vigente. São também em grande medida antissistema por não concordarem com o regime ou por não aceitarem compor alianças com outros membros dentro do congresso (SARTORI, 1976)⁴⁷. Alguns destes partidos têm como função principal o protesto contra a falta de representação política.

Esse é o caso dos *Escaños Blancos*, criado em torno do objetivo de “fazer valer o voto em branco”. Os eleitos não iriam ocupar qualquer cadeira e deveriam devolver o dinheiro que recebiam como parlamentares de volta ao Estado. Por meio desse processo, criticava-se também a corrupção, a falta de transparência e buscava-se a desestabilização do sistema. Como o conteúdo partidário era bastante simples, dava-se maior atenção à organização, a qual podia assumir uma forma fluída e bastante democrática sem a necessidade de estruturas burocráticas rígidas (TORMEY; FEENSTRA, 2015).

Devido à importância dos mecanismos das TICs no novo ciclo de protestos e na facilitação da criação de partidos políticos (TORMEY; FEENSTRA, 2015), a defesa da web tornou-se pauta de muitos. O partido Pirata surge na Espanha em parte ligado aos protestos, mas também às questões da liberdade de acesso à Internet colocadas em torno da discussão

Municípios com população entre 300,001 e 1.000.000 habitantes pelo menos 5.000 assinaturas. Nos demais casos, pelo menos 8.000 assinaturas.” (MELO, 2019, p. 42)

⁴⁶ Para uma discussão mais detalhada sobre o impacto das regras eleitorais, ver Melo (2019).

⁴⁷ Na definição clássica de Sartori, um partido é antissistema quando o partido “acata um sistema de crenças que não compartilha os valores da ordem política na qual ele opera” (SARTORI 1976, p. 135 tradução minha). Já anti-stablishment se refere a uma oposição aos partidos existentes (URBINATI, 2014). Para uma discussão mais detalhada sobre usos e problemas desses conceitos para definir os partidos de protesto ver (BICKERTON; ACCETTI, 2018).

sobre a lei Sinde⁴⁸. Seu posicionamento, na Espanha como alhures, se identificava com princípios libertários de defesa de direito civil. Suas pautas ampliaram após o seu sucesso na Islândia, mas, de um modo geral, apontavam para a necessidade de revisão do sistema político estatal, ampliação das formas de participação direta e defesa de uma internet livre.

Houve também partidos que surgiram de dentro das próprias acampadas, como foi o caso do partido X. Os membros do partido participavam da chamada “ala mais horizontal” dos militantes do movimento. A partir de entrevistas com os membros do partido, Tormey e Feenstra (2015, p. 595, [tradução nossa]), propõe que:

O ponto do partido é, como um ativista coloca, “desestabilizar o sistema, colocar fora dos gabinetes os políticos e recuperar o poder para o povo” (membro PX 1). Partido X busca promover uma “verdadeira democracia onde os cidadãos têm voz e controle sobre as decisões que nos afetam” (membro PX 2). Em suma, isso significaria um modelo de democracia descentralizado conhecido como *democracia y punto* - democracia ‘parada brusca’ (*full stop*). Como um membro do Partido X colocou, “agora que as TICs permitem, é tempo de introduzir novas formas de governo que reconheçam a habilidade da sociedade em desenvolver suas próprias instituições e leis autonomamente” (membro PX 2).⁴⁹

O partido X teve um grande crescimento inicial, atingindo 85.801 membros em sua página no *facebook*, em dezembro de 2014, número maior que os partidos tradicionais no mesmo período (PP e PSOE não atingiram nem 80 mil seguidores)⁵⁰. A partir do uso de lemas do próprio hackerativismo como “*error 404: democracia no encontrada*”, buscava trazer, por meio das novas mídias, uma proposta mais transparente de democracia. Em sua organização interna contava com especialistas que teriam sido eleitos de dentro da própria comunidade.

Também apostavam em formas de controlar a concentração de poder dentro da instituição. Para isso, apostavam em uma atuação anônima, buscando evitar que um representante passasse a ter domínio do partido por seu carisma pessoal. As eleições e quadros políticos haveriam de ser rotativas. Em seus processos, divididos em eixos temáticos, tinham sua própria forma de organização autônoma interna que emulava as comissões organizativas do 15-M.

⁴⁸ A Lei havia sido criada com o objetivo de combater a pirataria, mas para tanto dava poderes ao Executivo para fechar sites sem qualquer autorização judicial.

⁴⁹ No original: “The point of the party is, as one activist put it, to ‘disrupt the system, put out of office the politicians and recover the power to the people’ (PX member 1). Partido X seeks to promote a ‘true democracy where the citizens have a voice and control over decisions that affect us’ (PX member 2). In sum, this would mean a decentralised model of democracy known as *democracia y punto* – democracy ‘full stop’.¹¹ As one Partido X member put it, ‘now that ICT allows it, it is time to introduce new forms of government that recognise society’s ability to improve its own institutions and laws autonomously’ (PX member 2).

⁵⁰ **Interactive Advertising Bureau.** study available at: http://www.iabspain.net/wp-content/uploads/downloads/2013/11/Informe_comparativo_Partidos_Politicos_Espa%C3%B1oles_Facebook.pdf. access 08/12/2020

Suas propostas, porém, não conseguiram avançar para além de um eleitor de nicho específico. Sem grande capilaridade nos grupos e com discussões muito voltadas ao hacktivismo, não houve muito espaço para o seu crescimento (LÓPEZ, 2016). Além disso, na sua tentativa de não criar rostos identificáveis, acabou por não conseguir promover sequer algum vínculo com a população espanhola mais ampla. Talvez seja por isso que o seu crescimento, assim como o dos demais, foi incomparavelmente menor que o do Podemos. Nas eleições de 2014 nenhum assento foi conseguido pelo partido X. A tática de partidos novos, ágeis e com propostas diretas não parece ter surtido grande efeito em um sistema político estatal estável. O abalo ocorreu com a entrada do Podemos, um partido que busca explicar a singularidade de seu sucesso por meio das suas hipóteses.

3.3.1 As Hipóteses Podemos

Dos partidos-movimentos após o 15M, o Podemos é inegavelmente o partido que melhor conseguiu adentrar o Estado. Seu meteórico crescimento pode ser observado na escala de seus feitos rápidos, como em um período de seis meses de criação o partido conseguiu alcançar a marca de cinco eurodeputados nas eleições para o parlamento europeu (LOPEZ, 2016) e de 911.712 seguidores na página de facebook.

O motivo de seu sucesso é algo muito discutido por seus líderes, como Pablo Iglesias, Iñigo Errejón, Carolina Bescansa e Juan Carlos Monedero, todos professores ou doutores na área de ciência política pela Universidade Complutense de Madrid. As “hipóteses Podemos” consistiam em: (1) renovada interpretação teórica da situação; (2) nos usos dos meios de comunicação de massa.

A interpretação trazida era que a Espanha vivia um momento de latino-americanização (IGLESÍAS, 2015). Em especial, Iñigo Errejón, acreditava que o que ocorreu na Espanha era igual ao que permitira a ascensão do MAS na Bolívia. Nos dois casos, havia uma crise orgânica, após a qual, como já dito, os partidos tradicionais perderam a capacidade de dirigir. A partir de leituras de Mouffe (LACLAU, 2015) e Laclau (2013), Errejón (2011; ERREJÓN; MOUFFE, 2015) acreditava que as demandas colocadas após o acontecimento 15M não eram capazes de ser realizadas pelo sistema político. Em outras palavras, uma nova força política poderia articulá-las em torno de outro discurso hegemônico e de uma nova liderança. Esse era o “momento populista”.

Tal discurso deveria assumir a forma de um significante vazio (LACLAU, 2013), no sentido de que tais demandas e carências, tão distintas entre si, precisavam ser por ele

representadas de tal sorte que o conteúdo do mesmo precisava ser parcialmente despedido de seu sentido original para poder abarcá-las. O partido de Iglesias apostava na narrativa construída pelas praças - a ideologia do cidadanismo - e na experiência do partido grego Syriza, cuja tomada do poder havia animado a esquerda europeia ante a possibilidade de desafiar a Troika.

Baseando-se nelas, propunha uma luta do andar de baixo contra o de cima, a chamada “Casta Política”, rótulo importado do M5S para representar os partidos tradicionais e o próprio regime de 78. Isso o fazia um partido *antissistema*⁵¹ e *antiestablishment*, sendo nestas postulações que residia a força do seu discurso: era preciso produzir um antagonismo contra as oligarquias e contra as exigências da Troika para que fosse criado, por uma oposição comum, uma equivalência entre o que o Podemos propunha e o que os manifestantes quisessem.

Essa interpretação prospectiva da teoria do populismo contava com o domínio da comunicação política. Nesse cenário, aparece como fundamental o programa televisivo *La Tuerka* - o parafuso -, no qual Iglesias aparecia em rede nacional criticando a velha política, ao mesmo tempo em que fazia uso de uma estética e um linguajar próprios ao do movimento da Plaza del Sol. É no domínio da linguagem midiática que eles acreditam residir sua novidade. Interpretando a importância de *La Tuerka*, Iglesias escreve:

A segunda chave para esta hipótese foi La Tuerka. Desde o início, dentro de nossos modestos recursos, nós compreendemos La Tuerka como um “partido”. As pessoas não mais se engajam politicamente através dos partidos, nós pensamos, mas através da mídia. La Tuerka e nosso segundo programa, Fort Apache, foram os “partidos” através dos quais nós travávamos nossa luta política no terreno mais fundamental da produção ideológica: a televisão. La Tuerka tornou-se nossa escola preparatória, nos ensinando como intervir efetivamente nos talk shows das televisões mainstream. O programa também nos treinou para o trabalho de consultoria em comunicação política que nós desenvolvemos, que por sua vez nos deu experiência em planejamento de campanhas eleitorais, assessoria de porta-vozes e dirigentes políticos. Graças a La Tuerka e ao treinamento que ganhamos, nós aprendemos como produzir ‘anúncios’ de televisão — e como pensar politicamente dentro da mídia televisiva. (IGLESIAS, 2015, np.)

A participação de Iglesias nas tertúlias foi fundamental como preparação para o debate político⁵². Sua presença no cenário político, porém, não fora bem vista pelas agremiações tradicionais de esquerda (LOPEZ, 2016). Considerado uma figura burlesca, poucos prestaram

51 A opinião aqui manifestada vai de encontro a de Bickerton e Accetti (2018), para quem o Podemos sempre se apresentou como um partido democrático e dentro do norte capitalista. Seguindo a proposta de Franzé (2018) sobre o discurso antagonico de Podemos ser voltado ao regime em seu início, parece razoável supor que o partido, ao menos discursivamente, se apresentava como antissistema e isso pode também ser mostrado na demora por parte do Podemos de aceitar tomar parte em qualquer aliança com os partidos tradicionais.

52 Em que pese a força notável que as novas mídias tiveram na produção de novos enquadramentos e narrativas contra-hegemônicas nas mais diversas manifestações, o poder da televisão não deve ser negligenciado. Outros políticos estudados pelo uso das suas redes sociais, como Beppe Grillo (BICKERTON; ACCETTI, 2018), Bolsonaro ou Trump também tiveram forte difusão por meio da televisão.

atenção ao papel a que Iglesias se propunha. Tal aspecto é lido pelas lideranças do partido-movimento como tendo um efeito positivo, pois a não presença de certos setores de esquerda, permitiram-nos se valer da estrutura crítica do 15-M para reimaginar usos das mídias e redes sociais. *La Tuerka*, por exemplo, tinha seus melhores momentos viralizados na internet e ganhou novas temporadas que podem ser assistidas online, mesclando na sua tática meios de comunicação para melhor expandir seu impacto. Há também uma forte inserção no debate público por meio de jornais eletrônicos. Pablo Iglesias e Jorge Moruno, escritor espanhol e assessor dos discursos do primeiro, participavam como colunistas no *Publica.es*, jornal diário digital de muita capilaridade na esquerda espanhola. (DELCLÓS, 2015).

O grupo em torno de *La Tuerka* decidiu unir forças com a *Izquierda Anticapitalista*, agremiação trotskista que teve grande participação nos protestos do 15-M e ajudou a consolidar assembleias locais (LOPEZ 2016). A esses dois grupos uniram-se ainda alguns movimentos sociais mais jovens como a *Juventud sin futuro*. Em 17 de janeiro de 2014, as principais lideranças do Podemos lançaram seu manifesto *Mover la ficha: convertir la indignación en cambio político* (2014a), no qual o partido se apresenta como um método participativo aberto a todos os cidadãos. Para testar a adesão ao partido, seus líderes propuseram que fossem colhidas 50 mil assinaturas pelo site do Podemos. O resultado foi obtido em apenas um dia. Nesse mesmo dia, havia se iniciado o processo de cadastro dos *círculos ciudadanos* pelo *Facebook*.

3.4 O movimento e o partido: Inovações da democracia interna

Com os *círculos ciudadanos* procurou-se replicar as próprias práticas horizontais que foram sendo construídas durante o processo de Acampadas. Tal como o partido X, os círculos eram assembleias locais auto-organizadas que podem ser divididas em eixo territorial - bairros - e em eixos temáticos - como questões identitárias ou pautas de direito à moradia. Inicialmente, organizados a partir do *facebook*, é hoje possível observá-los no próprio site do partido junto com sua posição geográfica⁵³.

Desde o início do partido, os círculos são pensados como a unidade de organização básica por permitir a capilarização da organização partidária nos bairros, através da colaboração voluntária dos militantes. Com o uso dos meios digitais, era fácil organizar um círculo e também conectá-los entre si, permitindo que o debate local pudesse atingir a cúpula nacional do partido.

⁵³ Podemos. Círculos. disponível em: <https://podemos.info/circuitos/>. acesso 27/05/2020

O projeto dos círculos era, em princípio, um processo que colocava a militância como ator fundamental da produção coletiva do partido.

Seguindo o 15M outras inovações de caráter tecnopolítico aparecem. Um aplicativo é criado para se votar as propostas do partido e as deliberações se tornam públicas e acessíveis a todos através do fórum *plaza Podemos* da rede social *Reddit*. A ampliação dos espaços de participação de propostas teve ainda grande impulso dos próprios *círculos ciudadanos*. Para Pérez Arozamena (2015), as plataformas online serviram para a difusão de informações e para permitir novas formas de ação coletiva como a elaboração de manifestos eleitorais e de referendos internos.

No documento organizativo referendado na primeira Assembleia Cidadã de Vistalegre — ocorrido entre setembro e novembro de 2014 — o partido indica algumas das suas conquistas na inovação digital para a sua democracia interna, destacando:

Apostamos, para cada um dos círculos, por espaços de debate e consenso como Loomio, para que todo Podemos seja transparente e participativo. Lançamos um banco de talentos para que qualquer pessoa possa participar ativamente em um partido político, sem passar por mecanismos de exclusão e, em menos de um mês, se ativará esta ferramenta para que possam utilizar e reforçar suas equipes. Implementamos canais de comunicação e decisão rápida como Appgree, onde se pode construir consenso e maioria de forma sensível, segura e efetiva.⁵⁴ (PODEMOS, 2014b, p.3)

O texto continua dizendo que em poucos meses todos os círculos poderão ter um aplicativo do próprio partido que faça a função do *Appgree*. Em suma, o Podemos aparenta explorar a inclusão, a deliberação, o pluralismo e a difusão que seriam os quatro princípios norteadores da democracia interna para Ignazi (2020).

Uma outra característica marcante de sua democracia interna é a facilidade para qualquer um se filiar ao partido. Bastava apenas ter 14 anos e estar incluído no site do partido sem precisar participar de qualquer encontro periódico ou pagar taxas. A filiação é possível também para cidadãos de outros países. Isso permite borrar a linha entre membros do partido e simpatizantes, estipulada pela literatura sobre democracia interna (PÉREZ-NIEVAS; RAMA-CAAMAÑO; FERNÁNDEZ-ESQUER, 2018; LANZONE; ROMBI, 2018). Na prática,

⁵⁴ No original lê-se: “Apostamos, para cada uno de los Círculos, por espacios de debate y consenso como Loomio, para que todo PODEMOS sea transparente y participativo. Lanzamos un Banco de Talentos para que cualquier persona pueda participar activamente en un partido político, sin pasar por mecanismos de exclusión y, en menos de un mes, se activará esta herramienta en todos los Círculos para que puedan utilizarla y reforzar con ella sus equipos. Implementamos canales de comunicación y decisión rápida como Appgree, donde poder construir consensos y mayorías de forma sencilla, segura y efectiva. En un plazo muy corto tendremos nuestra propia aplicación de Appgree, donde poder ir creando más canales de comunicación, con la intención de que en pocos meses todos los Círculos puedan disponer de uno.”

poderia participar das primárias qualquer cidadão, sendo portanto preservada uma visão ampliada de inclusão típica dos movimentos em rede.

Na contramão, portanto, de qualquer tendência à cartelização, os números de filiados do partido só aumentaram. No início de 2014, o seu manifesto político já tinha o apoio de 90 mil indivíduos, enquanto que suas contas no twitter e no *Facebook* atingiram 300 mil seguidores. Os Círculos também se expandiram rapidamente, havendo sido construídos 200 pela militância. Já em outubro de 2016, o partido teria 1,12 milhão de seguidores no twitter, e um número similar no *Facebook*, contando ainda com 430 mil membros inscritos. (RODRÍGUEZ-TERUEL; BARRIO; BARBERÀ, 2016).

Adiciona-se que a relativa facilidade de filiação também significava maior facilidade de criação de grupos partidários fora dos grandes centros urbanos, contribuindo para a capilarização do partido. Isso foi um fator crucial para o movimento de desconstrução do bipartidarismo na Espanha, pois agora também em distritos de menor porte era possível organizar uma estrutura de oposição e disputar cadeiras (MELO, 2019; RODRÍGUEZ TERUEL; BARRIO, 2016).

Essas inovações são importantes para considerarmos o seu caráter de partido-movimento. Elas permitem a deliberação e o associativismo interno, contribuindo para o aparecimento de instituições intermediárias com relativa autonomia. Como já vimos, tais estruturas são importantes para conter a oligarquia interna (KATZ; MAIR, 1995; LIPSET; TROW; COLEMAN, 1977)⁵⁵. O partido tornou-se, portanto, descentralizado em sua base.

Como resultado, as propostas apresentadas e a maneira de sua criação convenciam a população a enxergá-lo como o “partido dos indignados”, em que pese a crítica geral à representação por parte dos manifestantes. Isso pode ser percebido no alto índice de indivíduos que foram atraídos pelo partido sob o argumento de que promoviam uma renovação da política e da economia. Os mais críticos à economia viram no Podemos uma esperança e por isso contribuíram em peso para seu sucesso eleitoral.

Podemos perceber essa questão mais facilmente, quando vemos o relato de seus membros entrevistados por Tormey e Feenstra (2015). Um membro do Podemos observou que “Na Espanha nós vimos que, por um lado, nós tínhamos uma casta política e, por outro lado, os cidadãos”. E insistiu no ponto em que “o Podemos é mais que um partido de esquerda, é um partido protesto contra a casta. (Membro do Podemos de Castellón 1)”. Ainda para efeitos exemplificativos, “a participação política tem sido até aqui a propriedade de elites, mas este não

⁵⁵ Remetemos o leitor ao capítulo 1, onde a discussão conceitual sobre a democracia na organização partidária é apresentada.

é mais o caso. Cidadãos tem voz nesse partido-movimento’ (membro do Podemos de Valencia 1) (TORMEY; FEENSTRA, 2015, p. 594, [tradução nossa])⁵⁶. Assim podemos concluir que o forte caráter anti-sistêmico é o que atraiu a população e a militância ao Podemos, vindo nisso uma esperança de transformar a política e o Estado em favor de maior democracia, tanto política quanto social.

Outra característica que pode ser facilmente reconhecida se refere ao grande percentual de membros do Podemos que são jovens, urbanos e de alta escolaridade, um perfil no qual o partido tem tido bons resultados. Entretanto, o partido consegue bons resultados também com setores mais precarizados, motivo pelo qual toma seus votos na forma de uma curva em V, tendo bons desempenhos entre os trabalhadores precarizados e os de alta educação, enquanto que baixo nas classes médias (FERNÁNDEZ-ALBERTOS, 2015). De acordo com dados de Rodríguez-Teruel, Barrio e Barberà (2016), o aumento da idade reduz em 18% a chance de votar no partido. Por outro lado, as chances de votar aumentam em 122% em relação aos antigos partidos, quando se observa o uso da internet entre os eleitores (RODRÍGUEZ-TERUEL; BARRIO; BARBERÀ, 2016). Esses resultados corroboram a hipótese de uma nova clivagem política de base social apresentada no capítulo anterior.

Demonstrando a relevância da organização em redes para o Podemos, ele era altamente dependente da colaboração voluntária de sua militância. Os militantes eram os responsáveis por compartilhar e divulgar o conteúdo do partido e os artigos da grande imprensa que lhe faziam menção, contribuindo, portanto, para o marketing político (SEGURADO; BACHINI; CHICARINO, 2015). E por outro lado, os militantes eram os principais financiadores do partido. Novamente, não o faziam da condição de membros que precisam contribuir com taxas mensais, mas da condição de simpatizantes que faziam, em agosto de 2015, petição para arrecadação de verbas a partir do *crowdfunding* ou da venda de merchandising. Além do *crowdfunding*, são possíveis as colaborações econômicas mensais e o uso de microcréditos. No último caso, uma militante explicou a Segurado, Bachini e Chicarino (2015, p. 13) como funcionava:

São créditos pequenos, de 50 a 500 euros. As pessoas emprestam esse dinheiro e depois o devolvemos.(...) Pensamos que no lugar de pegar um dinheiro público e depois devolvê-lo a um banco, emprestamos dinheiro público e depois devolvemos

⁵⁶ No original: ‘In Spain we saw that on the one hand, we had the political caste, and on the other, the citizens.’ Podemos members insist on this idea arguing that ‘Podemos is more than a left party, it is a protest party against the caste’ (Podemos member Castellón 1), ‘political participation has been so far the property of the elites but this is no longer the case. Citizens have a voice in this movement party’ (Podemos member Valencia 1).

para as pessoas. E foi muito bonito, muitas pessoas se animaram e contribuíram conosco. (NACHA, 2015)

Os microcréditos tinham como uma das suas principais fontes doações dos próprios membros dos partidos que ocuparam cargos públicos (SEGURADO, 2016). Afinal, em acordo com sua crítica econômica, a renda superior a três salários mínimos deveria ser revertida para o próprio partido.

3.4.1. O partido do partido: tática e democracia interna

O que veremos a partir de agora serão as diferenças fundamentais entre o partido e o movimento. Em primeiro lugar, ocorre que a militância do 15-M, com o passar do tempo, fez uso de alguns aplicativos mais complexos de difícil uso para a população. Também se deve considerar que suas reuniões eram em horários difíceis e suas mobilizações, cercadas pelos riscos da desobediência civil, terminavam por selecionar majoritariamente a classe média precarizada para dentro dos seus meios (DELCLÓS, 2015).

Não nos esqueçamos também que há uma diferença fundamental no que se refere ao *La Tuerka*. A entrada nos meios de massa, vista como parte da própria lógica do inimigo para os intelectuais do partido, teria permitido alcançar uma população mais velha, que não participava dos movimentos e que mesmo que pudesse concordar com suas pautas, não tinha contato e carecia de uma identidade com estas. Desse modo, o programa coloca em contato o partido com uma população mais envelhecida, o que é importante em um país que já passa por uma profunda transição demográfica (DELCLÓS, 2015).

Por fim, há uma evidente mudança de tática: seu objetivo se torna não o processo de construção da agenda em si, como no caso do partido X, mas o processo de canalização do descontentamento para atingir uma população mais ampla e não interessada em contribuir com propostas. Nesse sentido, o populismo visto como uma lógica política precisava espalhar-se em um discurso indeterminado que pudesse atrair amplos setores descontentes. Os descontentes, no caso, eram em grande medida, os excluídos do sistema, sendo daí proveniente parte importante da base eleitoral do partido (FERNÁNDEZ-ALBERTOS, 2015).

A tática de Errejón era construir uma máquina de guerra política. Para tanto, defendiam uma proposta que aumentasse a centralização e trouxesse consigo uma maior musculatura burocrática para facilitar uma comunicação política ágil e decisões políticas mais rápidas ainda. Analistas espanhóis que estudaram o movimento consideram que essa estratégia impôs limites a uma posição mais aberta do campo progressista (LOPEZ, 2016, p. 93). Essa tensão se mostra

presente no primeiro Congresso de Vistalegre, na disputa entre o grupo da *Tuerka* e militantes do círculo ligados à *Izquierda Anticapitalista*.

As primárias ocorridas tornam esse fato evidente. À facilidade do acesso juntava-se a possibilidade de sistema de votos abertos e virtuais para um rol amplo de candidatos e contaram com 107 mil votos⁵⁷. Porém, isso teve efeitos negativos, pois o número alto de candidatos levava a que os simpatizantes dos partidos não os conhecessem e apenas apoiassem os nomes que estavam ligados à lista que lhes interessava, ficando conhecido esse sistema como “*voto en plancha*”. A questão do número ampliado de participantes minou em grande parte a força dos militantes engajados dentro do partido. O voto deles foi pulverizado em uma maioria de não militantes que haviam criado vínculos com Iglesias e seu grupo pelas suas atuações anteriores.

Além disso, Iglesias havia ameaçado deixar seu posto em caso de derrota, uma manobra usada por políticos de prestígio e que Michels (1999) já havia apontado como prática que leva à oligarquização. Com a sua popularidade, a *lista em plancha* tornou-se uma oportunidade para a eleição dos seus próprios quadros e de sua proposta, ocorrendo uma vitória em arrastão de todos os seus apoiadores e das diretrizes propostas pelos seus grupos (LÓPEZ, 2016, p. 95). Com isso também, houve uma limitação das possibilidades de oxigenação no processo de seleção (PÉREZ-NIEVAS *et al*, 2018).

Os resultados da primeira *Asamblea Ciudadana*, em Vistalegre, exemplificam o problema. Para secretário-geral, de uma lista de 61 candidatos, Iglesias recebeu 96,8% das intenções de voto. Logo abaixo na escala de poder, estava o Conselho Cidadão, órgão responsável pelas deliberações executivas e que haveria de eleger o conselho de coordenação, cuja função seria coordenar as atividades do partido enquanto o Conselho Cidadão não se reúne. Das 81⁵⁸ cadeiras do conselho na época, 62 eram eleitas na Assembleia, podendo cada eleitor votar em até 62 nomes.

De 942 competidores para as vagas, Errejón ficou em primeiro com 89,3% das intenções⁵⁹. Porém, o que chama mais atenção, nesse caso, é que o candidato 62 recebeu 72.62% das intenções de voto, enquanto que o seguinte recebeu apenas 5.23% das intenções de voto. Ou seja, todos os 62 que compuseram a lista de Iglesias tiveram uma diferença avassaladora,

⁵⁷ Disponível em: <https://asambleaciudadana.podemos.info/resultados-completos/>. acesso: 04/12/2020

⁵⁸ À época o Conselho Cidadão contava também com 17 cadeiras dos coordenadores e coordenadoras das comunidades autônomas, uma para os residentes estrangeiros e o secretário geral. Atualmente, há 115 membros, entre os quais: o secretário geral; os 17 coordenadores das comunidades autônomas; os representantes das cidades de Ceuta e Melilla; duas pessoas como representantes dos inscritos que residem em países estrangeiros; 89 eleitos pela Assembleia Cidadã Estatal; duas pessoas eleitas pelos círculos; e duas pessoas eleitas pelos Grupos de Trabalho (anteriormente Círculos setoriais) (PODEMOS, 2020).

⁵⁹ Disponível em: < <https://asambleaciudadana.podemos.info/resultados-completos/>>. acesso: 06/12/20

no mínimo 14 vezes superior ao candidato seguinte. Esse fenômeno também se repete com a Comissão de Garantias, onde o último a entrar tem 79% dos votos contra 5% do primeiro a não entrar.

Nos dois últimos órgãos, a primeira candidata de fora foi Cristina Oliván Aceituno, membra do círculo dos enfermeiros, círculo ativo dentro do Podemos e dissidente em relação às propostas do *Claro que Podemos*. Tal fato corrobora a impressão de López de uma baixa competitividade nos processos do Podemos, o que por sua vez, pode significar um baixo pluralismo, devido à concentração do poder de ditar as regras, levando a um baixo estímulo à seleção do eleitorado.

Já o programa organizativo ganhador de *Claro que Podemos* teve 80,71% contra 12,37% do programa *sumando Podemos* ligado a Echenique⁶⁰. Com isso, cristalizou-se a proposta vencedora que envolvia maior centralização na figura do secretário-geral e a possibilidade de acumulação de cargos internos e cargos públicos, outra regra de ouro empregada por partidos tradicionais para evitar oligarquização interna (LÓPEZ, 2016, P. 96).

Não é difícil de se imaginar o motivo. Para “tomar o céu de assalto” era preciso controlar a diretoria executiva — *Consejo de Coordinación*⁶¹ — de modo a poder estruturar uma burocracia interna ágil. Simultaneamente, era preciso aproveitar a liderança de Iglesias para operar a hegemonia e fazer avançar o antagonismo com o sistema político em torno do partido. Uma maneira na qual se pode observar essa estratégia é no uso de cédulas com a face de Iglesias para estimular o voto no partido em 2015. Sua figura era mais conhecida e importante que qualquer símbolo que o partido pudesse propor.

Nesse desenrolar, a face pública ganha destaque cada vez maior, enquanto que o comitê nacional parece sumir. Paolo Gerbaudo (2019) observa que a mesma impressão se dá na arquitetura, uma vez que partidos de massa tradicionais sempre tiveram uma infraestrutura de bibliotecas, clubes e grandes espaços para as deliberações do comitê central. Enquanto isso, o Podemos não tem grande parte dessa estrutura, convidando-nos a considerar que suas deliberações e associações ocorriam pelos meios digitais. Dessa forma, contra os jogos ocultos de um comitê nacional afastado do povo era defendido uma política de transparência em que as principais decisões podem ser acompanhadas pelas plataformas.

⁶⁰ Disponível em: <https://asambleaciudadana.podemos.info/resultados_completos/>. acesso: 06/12/20

⁶¹ O Conselho de Coordenação Estatal é o comitê executivo nacional do partido que é composto por 10 a 20 membros eleitos pelo conselho cidadão. Na prática, são eleitos pela liderança do partido e acabam exercendo o poder nas decisões cotidianas no lugar do Conselho Cidadão. A mesma estrutura de partido é replicada a nível regional e local. (PODEMOS, 2020).

A bem da verdade, ocorria uma atuação bastante concreta, por parte da central, em que poucos indivíduos terminam por coordenar todo o processo político. Daí a possibilidade de usar espaços discretos em prédios comerciais comuns: a implosão do comitê nacional se deu pela sua mescla e concentração em algumas lideranças principais. Errejón e Iglesias eram figuras-chaves do comitê central e eram também políticos. Há, portanto, sobreposição das faces do partido, a pública e a do comitê nacional, devido à acumulação dos cargos.

A máquina de guerra eleitoral logrou uma meteórica ascensão. Em janeiro de 2015, o Podemos se apresentava como o segundo partido mais forte, com 23,9%, perdendo apenas para o Partido Popular. Em poucos meses conseguiram 5 eurodeputados e 69 parlamentares. O Podemos acreditava, com seu discurso, ser capaz de assumir rapidamente o centro político. É, por isso também, que os resultados das eleições gerais de 26 de junho de 2016 serão vistos com um sabor amargo, pois o partido não consegue se tornar mais que uma terceira força sem grande vitalidade para romper com os partidos tradicionais.

3.5. Limites da hipótese Podemos e suas metamorfoses

Após o sucesso inicial muitos problemas começam a aparecer na sua estrutura interna e no rearranjo das forças externas que merecem ser considerados. Em termos gerais, começaremos apontando dois fatores: o primeiro foi o uso da mídia para difamar algumas das suas principais lideranças, tal como Errejón por suposta irregularidade no cumprimento de contrato como professor dedicação exclusiva; e de Monedero por receber dinheiro da Venezuela como assessor. Ambas afetaram a imagem de que eram “jovens comportados”, parte de seu marketing político, segundo López (2016, p. 100). Também nesse processo foi possível ver a mesma máquina usada pelo partido atuando como maneira de construir uma propaganda anticomunista associando o partido ao conceito de ditadura bolivariana (LABIO-BERNAL, 2018).

O segundo fator foi o surgimento do *Ciudadanos*, partido espanhol de centro-direita. Criado em 2006, o partido era restrito à Catalunha, onde representava uma ala política não interessada no nacionalismo catalão (LÓPEZ, 2016; DELCLÓS, 2015). Após mudanças para permitir o fortalecimento dos membros frente ao partido, o *Ciudadanos* começa em 2011 um processo para galvanizar o apoio dos manifestantes, apostando dentre outras coisas na filiação online sem a necessidade de pertencer a algum dos ramos do partido e no discurso de renovação política (RODRÍGUEZ-TERUEL; BARRÍO, 2015).

Isso atraiu novos membros desiludidos com as lideranças tradicionais, o que permitiu ao partido expandir-se para além do eleitorado catalão em locais onde não havia nenhuma estrutura partidária. Como efeito, conseguiu se renovar entre o centro e a direita e atraiu amplos setores das classes médias e altas pouco preocupadas com a crise econômica. A estratégia do Podemos que o permitiu funcionar com um significativo vazio de amplos setores se viu dificultada pelo surgimento de *Ciudadanos* (C) que passou a dividir o voto da clivagem em torno da nova geração política.

Houve ainda um terceiro problema adstrito às redes, qual seja, a superexposição dos políticos pelo uso das redes sociais como forma de prestação de contas (DELCLÓS, 2015). As brigas internas do partido passam a ser acompanhadas por todos, sendo o caso dos conflitos entre o grupo de Iglesias e o *Izquierda Anticapitalista*, de Echenique. Mais tarde, como veremos, o mesmo irá se repetir na disputa entre Iñigo Errejón e Iglesias para definir os rumos do partido, e cuja sangria levou à saída do intelectual do partido.

A partir daí, o Podemos se viu freado em seu ímpeto. Ser um partido antissistema começava a trazer altos custos políticos, pois sem negociar com os partidos tradicionais também não lhe era possível governar. As coalizões montadas entre PSOE, PP e C para que houvesse estabilidade política em 2015 são pontos-chaves para compreender o que levou ao isolamento do partido. Sem capacidade de crescer mais, também não conseguia impor um governo sem entrar em coalizão, o que gerou um impasse.

Esse impasse também começa a marcar uma mutação no discurso do Podemos. Não havia mais um antagonismo tão forte, “o fim do regime de 78”, mas uma mudança para aceitação dos termos democráticos de então, defendendo a Constituição. Do antagonismo de Laclau, a forte oposição para a produção do significativo vazio, passa-se a uma lógica de dissenso dentro dos mesmos pressupostos do jogo político, uma visão, portanto, agonista (JAVIER-FRANZÉ, 2018; MOUFFE, 2005). Aos poucos, o Podemos deixa de ser um partido antissistema.

3.5.1. A estratárquia de Podemos

Ao mesmo tempo em que o partido despontava a nível nacional, outras iniciativas também se organizavam a nível local. Em alguns casos, o partido havia apresentado dificuldades em ter sucesso nesse nível, justamente por conta da desconfiança dos movimentos em relação à representação. Para superar tal impasse, em certas regiões foram estimuladas

estratégias de confluências, isto é, de participação e auxílio às iniciativas cidadãs que já despontavam nas cidades (RODRÍGUEZ-TERUEL; BARRIO; BARBERÀ, 2016).

A aposta municipalista (GUTIÉRREZ, 2015) é parte de uma articulação entre os movimentos que participaram do 15M — do *juventud sin futuro* ao PAH —, com propostas de mudar o âmbito local por meio de vitórias institucionais. O mais emblemático a surgir nesse processo foi o *Guanyem Barcelona* — mais tarde Barcelona em comum — coligação de partidos e movimentos liderada por Ada Colau, liderança do PAH. *Guanyem Barcelona* havia sido criado em 2014 sob uma longa cadeia de colaboração entre militantes do 15-M na cidade e os movimentos locais. Barcelona, uma das cidades modelos do modo de gestão voltado ao turismo, se tornava também uma oportunidade para tentar um outro modo de se fazer política.

De modo similar, em Madrid, inspirado no *Guanyem Barcelona*, também é proposto um plano para as mudanças municipais (GUTIÉRREZ, 2015). Esse plano original que contava com a participação de militantes dos movimentos madrilenhos, da editora *traficantes de sueños*, entre outros atores importantes da esquerda, origina o *Ahora Madrid*. É por meio dessa plataforma que a juíza aposentada Manuela Carmena será eleita.

Em comum, os dois movimentos surgem também de grupos militantes que eram próximos tanto de associações de bairro do 15-M como dos *círculos ciudadanos*, devido à facilidade de participar de ambos por conta de sua estrutura descentralizada. Isso também pode ser percebido pela tendência comum *anti-establishment* que levou Colau, no auge do projeto, a dizer que estavam abertos a quaisquer alianças, exceto com “os partidos do regime político diretamente responsáveis pela falência do modelo de governança em Barcelona, bem como do próprio país. Isso exclui PP, PSOE e CiU”⁶² (TORMEY; FEENSTRA, 2015, p. 594).

Assim, há uma sinergia comum entre os partidos/plataformas locais e os militantes do Podemos articulada, em ambos os casos, por redes comuns de colaboração voluntária. Do mesmo modo que as iniciativas de Barcelona e Madrid, o Podemos viria ainda a apoiar o *Mareas*, na Galícia, e o *Compromís*, em Valência. As Confluências ainda teriam uma importante contribuição nas vitórias obtidas em Cádiz e Saragoza (RODRÍGUEZ-TERUEL; BARRIO; BARBERÀ, 2016).

Dessa forma, o partido consegue o apoio também dessas agremiações a nível nacional. É interessante notar que o apoio o leva também a transformar seu discurso de participação em

⁶² No original lê-se: “the parties of the political regime directly responsible for the failed model of governance in Barcelona, but the country itself. This excludes PP, PSOE and CiU”. Importante lembrar que, no caso do Ciudadanos, ele é um partido que nasce historicamente na Catalunha contrário às propostas de autonomia da região. Ver (RODRÍGUEZ TERUEL; BARRIO, 2016)

um discurso de autonomia local, uma vez que o Podemos se alia com forças pró-movimentos de autonomia. Isso tem a ver também com o interesse de tais grupos na expansão das pautas locais que se complementam à aposta municipalista.

Essa fórmula dá fôlego político ao Podemos, tornando o partido o terceiro maior eleitoralmente e com isso obtendo uma posição influente em um parlamento fragmentado (RODRÍGUEZ-TERUEL; BARRIO; BARBERÀ, 2016). Acompanhando as vitórias, há uma mudança no mapa eleitoral do Podemos, passando as regiões da Catalunha e de Valência a ter um aumento expressivo no número de votos, juntando-se à Madrid e Andalusia (RODRÍGUEZ-TERUEL; BARRIO; BARBERÀ, 2016).

Há uma outra questão ao considerar a participação como fator ideológico principal no Podemos. Os cientistas políticos Rodríguez-Teruel, Barrio, Barberà (2016) observaram um curioso paralelo entre as demandas de autonomia do Podemos e aquelas das clivagens centro-periferia que atravessam o discurso espanhol a nível local. Localmente, clivagens centro-esquerda perdem dimensão para as relações entre a centralização nacional e as disputas por autonomia dos grupos locais. Porém, de modo costumeiro, os partidos de esquerda localistas com demandas de autonomia não encontraram aliados nos partidos tradicionais. Contrariando essa tendência, o Podemos, por sua vez, ofereceu esse apoio.

Isso simplesmente intensifica a heterogeneidade na base do Podemos, uma vez que cada demanda local passa a ter as especificidades das regiões em disputa, criando menor margem de manobra no parlamento. Esta, porém, foi a única forma de garantir o apoio e a colaboração destes mesmos grupos nas disputas a nível nacional.

Essa tática trouxe efeitos para a organização partidária. A estrutura de autonomia local, acompanhada da centralização burocrática a nível nacional, parece se aproximar das formas de estratarquia. Porém há uma autonomia ainda maior das bases locais pelo simples fato de não pertencer ao Podemos, colocando ainda mais em cheque o nível nacional. Ou seja, a estratarquia assumida nesse momento é a forma como a autonomia local impôs limites ao processo de centralização do partido. Para que este não amargasse novas derrotas a nível local foi preciso construir alianças e, nesse processo, tentar garantir a hegemonia a nível nacional das propostas antissistêmicas de esquerda.

A própria saída do Podemos em termos de proposta, o Estado plurinacional, é de certa forma uma emulação da mesma estratarquia que aparece em suas bases. Garantir um Estado-

Nacional, uma soberania, entretanto, permitir, ao mesmo tempo, que nele haja regiões autônomas reconhecidas em suas especificidades⁶³.

Todavia, isso também significou impasses ao próprio desenvolvimento e enraizamento do movimento político. Nas eleições gerais de 2015, apenas 40% dos eleitos pela lista do partido na Catalunha, Galícia e Valência eram membros de fato do partido (RODRÍGUEZ-TERUEL; BARRIO; BARBERÀ, 2016). Ou seja, um efeito duplo ocorre, porque o partido se torna ao mesmo tempo mais dependente de seus aliados externamente, porém, internamente, sua força regional é fragilizada em relação ao poder nacional do partido.

A estratégia do partido, portanto, reforçou a centralização das decisões ao mesmo tempo em que levantou um impasse dentro do partido sobre como este poderia crescer. Nesse impasse, a aliança aos movimentos locais de esquerda e ao *Unida Podemos*, defendida por Iglesias, tomava o rumo de assumir a heterogeneidade do partido, mas ampliando a tomada de decisão nacional para resolver impasses de coordenação política. Por outro lado, com Iñigo, a aposta era a moderação política para se reconectar ao centro político e alcançar a maioria parlamentar. Por outro lado, havia também o interesse em permitir um maior descentramento e autonomia dos órgãos locais do partido, estimulando uma organização em federação⁶⁴ como uma resposta à estratarquia.

3.5.2. Vistalegre II

No segundo Congresso de Vistalegre, as discussões organizativas do partido voltaram a ser um foco importante. Após o estrondoso sucesso eleitoral dos primeiros anos, o partido já despontava como terceira força política e passava a ter um robusto financiamento público, condizente com seus resultados. Entretanto, após seu início estrondoso em 2015, as eleições gerais de 26 junho de 2016 tiveram um sabor amargo, uma vez que eles não foram capazes de alcançar a hegemonia política no parlamento (PODEMOS, 2017a). Com a derrota, os conflitos internos voltaram a aparecer, deixando clara a existência de duas visões estratégicas sobre a organização partidária.

⁶³ O processo do Estado plurinacional é comparado ao populismo de Laclau em um ensaio muito intuitivo de Schavelzon (2015), para onde remeto o leitor.

⁶⁴ Como visto com Bolleyer (2012) a forma de federação pode ser vista como uma organização mais descentrada em um contínuo que vai do partido federativo ao hierárquico, passando pela forma clássica da estratarquia, isto é, uma certa autonomia local e a centralização da política partidária no nível nacional.

O principal problema girava em torno das visões distintas das lideranças partidárias. Pablo Iglesias, então secretário-geral, em aliança com os anticapitalistas, propunha um projeto que intensificava as alianças com os setores de esquerda, em especial o *Izquierda Unida*. Já Iñigo Errejón, crítico a essa aliança, propunha uma visão mais moderada do partido e havia visto seus principais aliados minados pelas decisões da ala pablista (CHAZEL; VÁZQUEZ, 2020).

Nos documentos que ambas as listas apresentaram, havia muitos pontos em comum: como o avanço da paridade de gênero dentro do partido e a defesa da plurinacionalidade em claro aceno aos seus aliados das *confluencias*. Também, para os efeitos da participação política, ambos os documentos apostam na alfabetização digital para superar as barreiras em relação aos mais velhos, menos instruídos e mais pobres. A democracia digital, portanto, é peça chave na inclusão, vindo daí uma aposta em softwares de mais fácil acesso e treinamento para o seu uso⁶⁵ (PODEMOS, 2017b; PODEMOS, 2017c).

É notável que ambos ainda procuravam a construção de um projeto populista, havendo diferenças, a bem da verdade, nas nuances estabelecidas (MUÑOZ, 2017). Essa diferença entre os dois projetos aparece nos documentos políticos e organizativos apresentados. Iñigo apostava em um projeto de organização institucional do partido consolidando o próprio processo que já havia sido começado em Vistalegre I. A posição mais moderada do secretário político tinha ainda o objetivo de não vir a ser identificada com um bloco ideológico específico, mas manter a ideia de povo mais aberta para que outros grupos pudessem se sentir incluídos (MUÑOZ, 2017).

O aumento de mecanismos institucionais é importante para a narrativa de Errejón que procurava no documento organizativo “*Recuperar la Ilusión*” combater os três erros do passado: “hiperlideranças, masculinização e hipercentralismo⁶⁶” (PODEMOS, 2017c, p.6, tradução nossa). Esse combate assume um compromisso ético forte de não permitir que haja acumulação de cargos (PODEMOS, 2017c). Se procurou ainda limitar o poder do secretário-geral ao retirar sua prerrogativa de convocar a *Assamblea Ciudadana*, o órgão máximo do Podemos. Além disso, seu mandato fica restrito a uma re-eleição pelo período de três anos (PODEMOS, 2017c).

Também as Assembleias regionais e municipais, no documento, ganharam maior autonomia para poder fazer suas estratégias e táticas (PODEMOS, 2017c). Entre as propostas,

⁶⁵ No caso do programa de Iglesias está ainda previsto o uso de software livre (PODEMOS, 2017b)

⁶⁶ No original lê-se: “hiperliderazgos, masculinización, e hipercentralismo”.

se incluía a possibilidade das Assembleias Cidadãs, de qualquer nível, poderem ter personalidade jurídica. É, aliás, no municipalismo, a grande aposta de Errejón para continuar e aprofundar o processo de descentralização do partido. Essa aposta ocorria em duas direções: por um lado a criação de uma secretaria especial para plurinacionalidade e o municipalismo, permitindo a coordenação das apostas municipais, inclusive entre si. Em segundo lugar, havia uma proposta de federalização do Podemos⁶⁷ que deveria trazer maior descentralização do poder, por meio de práticas dos níveis regionais e municipais (PODEMOS, 2017c). O mesmo se repete ao nível dos *Círculos* que passariam a ter personalidade jurídica, podendo exercer atividades econômicas que servissem ao seu autofinanciamento. Com esse dinheiro também seriam financiadas as *Moradas*, os espaços onde os *Círculos* Cidadãos teriam concretude.

Errejón deixa claro no seu documento político para o partido que as diretrizes devem ser o combate às formas plebiscitárias de política que terminam concentrando poder e arbitrariedade nas mãos das lideranças. Observa, portanto, que a máquina de guerra eleitoral que havia criado precisava ser desmontada em uma forma transversal de fazer política, onde diversos atores participariam de maneira mais deliberativa. Assim, a aposta na autonomia local e a aposta em produzir conselhos deliberativos são maneiras novas que aparecem no documento (MUÑOZ, 2017).

Já Iglesias, por outro lado, apostava na volta do partido às ruas, na sua identificação ideológica com a radicalização dos jovens à esquerda e nos *Círculos*. Essas propostas entravam em um apelo à “unidade na diversidade”, onde a unidade representaria a capacidade de fazer com que as ideias distintas, oriundas das múltiplas identidades que conformam o Podemos, pudessem ser ouvidas (MUÑOZ, 2017).

No plano 2020 de Iglesias, por exemplo, no que concerne ao documento político, é dado maior protagonismo aos círculos que na fala de Errejón, apostando que os *Círculos* permitiriam o reencontro da força das ruas e dos movimentos sociais com a instituição (PODEMOS, 2017d). Nesse reencontro os *Círculos* eram vistos como um canal de demandas que iriam ser mediadas pelos representantes políticos do partido, que fariam às vezes de militantes na instituição (PODEMOS, 2017b). Seus reflexos na organização acenam para um plano que possibilite os *Círculos* obter personalidade jurídica (PODEMOS, 2017b) e maior capacidade de representação nos conselhos.

⁶⁷ “Artículo 128. Garantías a la federalización 1. Garantías a la federalización: las Iniciativas de Base y los Referéndums por iniciativa orgánica que afecten a competencias aprobadas por Asambleas Ciudadanas Autonómicas necesitarán para su aprobación de una mayoría de votantes y que haya mayoría de territorios en los cuales sus votantes aprueben la modificación” (PODEMOS, 2017c, p. 115).

Todavia, em termos institucionais a acumulação de cargos ainda pode acontecer — até dois cargos — e a rotatividade só ocorre após 12 anos em um cargo interno e público (PODEMOS, 2017b). Logo, seis anos a mais que a proposta errejonista para o cargo de secretário-geral. A proposta de Iglesias, portanto, avançava pouco em termos de limitação de poder, apostando mais na democracia por meio de uma alavancagem da participação interna. O que podemos concluir é que as demais dimensões continuam, ainda, muito dependentes das regras estabelecidas pelo comitê central.

Também podemos perceber isso na maneira como foi montada a votação nessa segunda Assembleia Cidadã. O grupo pablista e ligado a *Izquierda Anticapitalista* defendeu o sistema *Desborda* proposto por Echenique como meio de votação. Tal sistema visava garantir a entrada de listas menores assim como o acordo entre as listas existentes. Em suma, era uma forma de reduzir os efeitos deletérios do *voto en plancha* aplicado.

Nesse sistema, é necessário que cada lista deve ser ordenada e aberta tendo como mínimo 20 e máximo 62 membros. Também seria possível que candidatos individuais compusessem entre eles uma lista branca para competir. Cada votante deve rankear suas preferências até o número máximo de 62 e a cada posição segue uma pontuação. O primeiro da lista recebe 80 pontos, o segundo 79 e assim sucessivamente. Os mais votados entram, havendo critério de correção para garantir no mínimo a paridade de 50% entre homens e mulheres. Com o sistema de pontuação desta forma a correção privilegiou a entrada de grupos menores, ao mesmo tempo que garantiu a representação do grupo mais forte (PODEMOS, 2017e). A distorção afeta mais diretamente os grupos intermediários, como no caso do grupo de Errejón, o qual defendia um Voto Único Transferível (VUT)⁶⁸. O VUT diferentemente do anterior não estimula o acordo entre as listas, pois elimina posições minoritárias.

Outra desvantagem para a lista *recuperar la ilusión* foi a insistência do grupo de Iglesias em fazer a votação dos documentos atrelada à votação das lideranças. O grupo de Errejón se quer lançou candidato a secretário geral, apostando mais nas possibilidades de tomar o conselho cidadão e evitando um confronto direto entre os grupos. Entretanto, como o grupo de Iglesias atrelou a preferência ao documento, a um plebiscito em torno da gestão do secretário geral, Ao atrelar sua personalidade ao documento, como a grande estrela do partido, o embate deixou de

⁶⁸ No VUT as listas são montadas e é considerada a primeira preferência de cada uma. Os candidatos devem atingir um quociente — quociente Droop — mínimo. Caso não seja atingido, é feita uma segunda rodada, onde são eliminados os candidatos que obtiverem menos pontos. *Recuperar la ilusión* defendia que isso trazia mais consenso e eliminava a representação de grupos que não interessassem a maioria (PODEMOS, 2017c).

ser sobre os sentidos dos projetos em disputa simplesmente, mas se tornou uma disputa em torno dos carismas das lideranças, terreno de domínio de Pablo Iglesias.

As eleições, portanto, tiveram como resultado a vitória de Iglesias para secretário geral com 89% das preferências contra 11% do segundo colocado, o advogado Juan Moreno Yagüe. Resultado esperado, pois Yagüe era de uma linha independente a ambos. Já, nas disputas em torno do conselho cidadão e dos documentos, os resultados foram mais parecidos, indicando vitória da estratégia de Iglesias. No conselho, a equipe Podemos para Todas fez 60% dos votos, enquanto *Recuperar la ilusión* fez 37% e o grupo *Podemos en movimiento*, de Miguel Urbán e Tereza Rodríguez, fez apenas 3%. Já nos documento político, Podemos para todas fez 56%, *Recuperar la Ilusión* obteve 34%, *podemos en Movimiento* fez 9% e o documento de Yagüe fez apenas 1%. Resultados similares foram repetidos nos demais documentos⁶⁹.

O resultado de Vistalegre II se torna dúbio para a democracia interna. A diferença de projetos teve o resultado de animar os debates internos fazendo com que houvesse 155.190 votos (44,37% a mais que na eleição de Vistalegre I). Há, portanto, um alto índice de participação, votação e de engajamento nas redes sociais dos militantes e simpatizantes com a Assembleia. Todavia, em termos gerais, o que resultou dessa votação foi a consolidação de uma tendência às lógicas plebiscitárias no partido.

Os círculos também não tiveram propostas mais robustas de autonomia para além de um aumento parcial na participação dos conselhos, apesar de terem sido tão alardeados, não ganharam maior autonomia deliberativa. A entrevista de Jorge Lagos, estrategista chefe do partido, concedida a Gerbaudo, ilustra bem essa posição ao dizer que “[círculos] não são espaços para decisão, mas para a ação”. Lagos esclarece que “[a] decisão é tomada pelo partido como um todo, não pelas partes. Círculos locais seguem estas decisões e podem escolher em quais linhas eles querem se concentrar”. Portanto, “o trabalho militante se torna orientado para fora e não para dentro do partido”(GERBAUDO, 2019, l. 1950, [tradução nossa])⁷⁰.

3.5.3. Vistalegre III

⁶⁹ O documento ético, os resultados arredondados foram de 54% contra 34% e de 54% contra 35% no documento político, demonstrando similaridade. Os resultados de Vistalegre II estão disponíveis em: <<https://vistalegre2.podemos.info/wp-content/uploads/2017/02/155015.results.pdf>>. Acesso: 03/03/2021.

⁷⁰ No original lê-se: ‘the decision is taken by the party as a whole, not by its parts. Local circles follow these decisions and can choose which lines they want to concentrate on’. ‘militant work becomes outward-, rather than inward-, oriented’

Dois anos após a derrota em Vistalegre, em 2019, Errejón se retirou do partido para participar da disputa municipal ao lado de Manuela Carmena e do *Ahora Madrid*. Independente das questões pessoais que levaram a essa situação, a verdade é que a oposição dentro do partido havia sofrido um duro golpe e com isso a pluralidade de opiniões também.

O partido, em aliança com Izquierda Unida novamente, a Unida Podemos, fez apenas 26 cadeiras, quando em 2015, na sua chegada, havia feito 42. A redução acompanhou também o crescimento da extrema-direita do Vox e marcou um importante ponto de inflexão do partido. Em coalizão com o PSOE, Iglesias se tornou vice-primeiro-ministro, tendo Pedro Sanchez, líder da legenda da esquerda tradicional como o primeiro-ministro espanhol.

Apesar de torna-se governo, a perda de vitalidade do partido continuava, algo que seria bem visível em sua próxima assembleia. Vistalegre III, feito em meio à pandemia do coronavírus, em março de 2020, foi uma assombrosa amostra da perda dessa vitalidade de que falamos. Agora, apenas 58 mil votantes participaram (uma redução de 68,9% no total de votantes)⁷¹. A oposição não ganhou nem 4% dos pontos e, no entanto, ela também questionava a democracia intrapartidária.

O principal efeito de Vistalegre III foi consolidar reformas estruturais para reativar a “militância interna” (PODEMOS, 2020). O filiado agora necessita ter vinculação a um círculo e também a pagar uma taxa. Ao se tornar assim um membro filiado passa a decidir exclusivamente sobre os representantes a nível local além de ter aberta a participação nas organizações superiores. Assim, uma fronteira maior volta a ser delimitada entre o membro e o simpatizante. Em que pese isso, os membros não filiados ainda terão como decidir na Assembleia Cidadã Estatal, o órgão máximo do Podemos, e nas autonômicas, bem como poderão participar dos processos de primárias entre outros (PODEMOS, 2020).

Essa é uma questão relevante da organização do Podemos. Por um lado, a figura do militante é afluída, aumentando o interesse para a participação a nível local e, com isso, reduzindo certos déficits democráticos da figura do militante. Também, os círculos se aproximam um pouco mais das sessões dos partidos de massa tradicional, adentrando de maneira mais formal a estrutura partidária. A razão dessa tomada de postura é que a militância é uma das chaves para a mobilização dos partidos, quer seja em termos de recursos como em termos de trabalho despendido. Nos tempos atuais, a falta de participação pode ainda ser vista como um empecilho para atração de novos militantes engajados.

⁷¹ Disponível em: <https://terceraasamblea.podemos.info/resultados/>. Acesso 10/12/2020

Todavia, deixar a figura dos inscritos como capazes ainda de exercer o voto é importante para consolidar o poder de Iglesias. Como visto, a Secretaria Geral goza de muito poder na estrutura interna, ao mesmo tempo em que a liderança política do partido é ainda fortemente associada à figura do líder do Podemos, especialmente após a saída de Errejón. Assim, o voto dos inscritos garante o estilo plebiscitário que o partido vem assumindo e é uma importante fonte para pôr em cheque grupos intermediários de oposição.

Em comum acordo com o fortalecimento e personalização da liderança, o partido pôs fim à qualquer limitação temporal dos mandatos à frente de cargos públicos e internos (PODEMOS, 2020). E também, modificou o sistema de doações financeiras, de modo a que elas não ocorram mais obrigatoriamente quando o salário supera três salários mínimos. Agora, o salário a ser dado será vinculado a percentuais definidos ao considerar também o cargo exercido e sua exposição pública (PODEMOS, 2020). Nesse sentido, é colocado mais uma séria limitação aos mecanismos democráticos até então estabelecidos.

Portanto, o partido parece dar passos largos na construção de processos de centralização no alto, ao mesmo tempo em que busca formas descentralizadas e participativas na base que não afetem diretamente a política em cima. Aos poucos as características de um partido *catch all* mais clássicos parecem se impor sobre o Podemos.

3.6 Considerações parciais acerca do capítulo

Como podemos ver a partir dessa análise, é notável que o 15M trouxe mudanças nas práticas sociais espanholas até então, bem como uma mudança de gramática, apostando-se novamente nas discussões econômicas junto com as políticas. Essa mudança estava em solidariedade com os demais países nos quais houve grandes protestos e que serão lembrados pelos militantes, como o caso do Egito. Uma forma de organização política assemblear e o uso das redes garantiram essa mudança.

Constatamos também que na Espanha houve as condições políticas para que se criassem novos partidos. Muitos partidos surgiram, mas o primeiro a vingar foi o Podemos. Seu sucesso não pode ser visto apenas por buscar seguir por uma via de radicalização da democracia. Sua tática pode ser lida como uma tentativa de aproveitar o chamado “momento populista” para criar um partido que pudesse ser *catch all*, isto é transversal, e ao mesmo tempo um partido-movimento⁷².

⁷² Remetemos a discussão do partido *catch all* a nota 1 ou ao capítulo 2.

Seu fenômeno eleitoral estava ligado ao reconhecimento midiático de suas lideranças como arautos do descontentamento popular. Essa difícil combinação, posto que um partidomovimento classicamente representa um interesse delimitado de um grupo, teria sido aqui solucionada através do *la Tuerka*. Grosso modo, o seu fenômeno eleitoral estava ligado ao reconhecimento midiático de suas lideranças e à capacidade de usar os meios de comunicação para difundir sua mensagem.

Há dentro do partido, portanto, a tensão entre dois pólos contraditórios desde sua concepção: a verticalização e a horizontalização. Essa tensão é escancarada nas diversas Assembleias Cidadãs e toma formas mais claras na relação dos *círculos ciudadanos* e das *Secretarias Generales*. Inicialmente, os *círculos* foram pensados como espaços de grande autonomia política, em um processo de construção de agenda de baixo para cima. Nisso, as formas descentralizadas deles se aproximavam das formulações sobre partidos-movimentos. Entretanto, os círculos tinham uma estrutura muito descentralizada para permitir um processo de atuação ágil, motivo pelo qual a elite do partido defendeu a construção de um conjunto de organizações, capitaneadas pela secretaria-geral, que visariam garantir a musculatura necessária para o *blitzkrieg*⁷³ político. Como resultado, porém, esses mesmos círculos acabaram por ser marginalizados.

Esse processo passou por modificações ao longo dos congressos subsequentes de Vistalegre. Em parte o grupo pablista pareceu mais disposto a energizar os *círculos*, entretanto, se o fazia era sem a devida contestação aos poderes da secretaria-geral. Todas as formas de limitações iniciais a esse órgão passam a ser abandonadas, fortalecendo a centralização.

Isso também foi consequência de uma estratégia eleitoral bem sucedida. Afinal, o sucesso e popularidade das lideranças políticas havia atraído um grande contingente de indivíduos descontentes com as formas tradicionais de democracia. Filiados de última hora ou simplesmente indivíduos interessados em maior democracia política fizeram a diferença nas eleições internas.

Desse modo, a participação em massa criou as condições para o enfraquecimento do poder das organizações intermediárias, resultando em uma crescente centralização. Há aí um paradoxo, ou uma contradição dialética, na qual a expansão da participação pode levar a uma maior centralização e oligarquização pelo enfraquecimento dos grupos médios. Logo, a

⁷³ A expressão *blitzkrieg* se refere a tática militar de guerra-relâmpago usada pelos alemães na Segunda Guerra Mundial. Ela consistia em um ataque ágil, concentrado e arrasador por meio do uso de blindados. As lideranças do partido usavam a expressão para se referir à necessidade de criar uma máquina de guerra eleitoral capaz de aproveitar o momento para obter sucesso eleitoral.

ampliação dos atores envolvidos e das conexões possíveis não é sinônimo da distribuição do papel de liderança, mas ao contrário pode ser sinal da produção de hiperlideranças.

Há, porém, mudanças significativas em relação aos partidos tradicionais, no que tange à democracia interna. A discussão política entre membros do partido e o uso de plataformas digitais de fato estimularam altos níveis de participação em diversas das consultas públicas do partido. Apesar de não ser um instrumento final no que tange os processos de deliberação, é uma mudança no sentido da inclusão.

A maior dificuldade ficou por conta da difusão de poder, uma vez que os espaços de produção de regras ficaram concentrados nas mãos de poucos. Aqui se percebe o tom perigoso que uma compressão aparente de burocracia pode trazer, ao se considerar que, por não haver limitação na acumulação de cargos e no número de mandatos, há a acumulação de poder no topo.

A saída talvez venha pelo controle feito por baixo. É aí que as confluências apresentaram mudanças importantes no paradigma da organização. As apostas a nível municipal, em alianças, provocaram uma mudança de atitudes no partido que é colocado em cheque a nível nacional pelas outras agremiações que germinaram do processo do 15M. Os limites da prática *catch all*, das formas de liderança, portanto, se manifestam na medida em que ainda há ânimo e disposição das ruas para obrigar o partido a seguir próximo a elas. Ou a fazê-lo perecer se muito se afastar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: PODEMOS PÔS FIM ÀS OLIGARQUIAS?

A dissertação se dedicou a compreender se o Podemos conseguiria mitigar as tendências à oligarquização política tão criticadas pelos novos ciclos de protestos. A indagação tinha uma razão de ser, afinal, o partido havia nascido ligado ao 15M espanhol, uma das grandes mobilizações globais da última década, muito críticas do sistema político vigente e seus canais de representação.

Os partidos políticos tradicionais passaram a ser vistos com desconfiança em especial pelos grupos mais jovens que tinham dificuldade em se identificar com suas pautas e modos de organização. As tentativas de construir em meio a esses protestos maneiras novas, assembleares e mais horizontalizadas vinha desta mesma insatisfação com o que entendiam por democracia. Assim, os partidos políticos, antes vistos como símbolos da democracia, se tornaram, no olhar destas mobilizações, aqueles que tinham-na sequestrado.

Por esse motivo decidimos retomar no capítulo 1 a discussão sobre os partidos políticos em sua relação com a parcela da sociedade que visam representar. Michels de forma muito correta já havia colocado o dilema que procuramos desdobrar: o partido atua pelo princípio democrático, porque se legitima por meio do voto popular e permite aos grupos desprivilegiados uma atuação constante no poder. Por outro lado, seus próprios desdobramentos podem levá-lo a se afastar cada vez mais das bases com que deveria dialogar.

Tentamos compreender esse percurso, notadamente a partir da compreensão de que ele é um mediador de uma parcela da sociedade a que ele representa dentro do sistema político estatal. Compreender o partido por esse viés nos permite lidar com uma das questões políticas chaves da modernidade, que é a tentativa de enclausurar o poder político em um sistema apartado do social. É nesse sentido que podemos propor que uma das grandes preocupações da organização partidária é que ela termine descolada dos interesses sociais, podendo isso ocorrer tanto por um deslocamento em direção ao Estado como por um deslocamento em direção aos próprios mediadores que passam a controlar as atividades partidárias — as faces públicas (*party in public office*) e do comitê nacional (*party in central office*) de que falam Katz e Mair.

Seguindo nessa perspectiva, o capítulo traçou um panorama sobre algumas das principais discussões das tendências de oligarquização na organização partidária. Destacamos a proximidade de diagnóstico a partir do final dos 1960 de um partido *catch all* com o sistema partidário cartelizado. E, apesar de considerar a validade de algumas críticas, destacamos a

relevância heurística da discussão apresentada.

No entanto, contra essa tendência, sempre se insurge o princípio democrático, afinal, quanto maior o descolamento entre a população e seus representantes, maior a chance de surgir forças capazes de mobilizar à vontade popular, tomando a forma de partidos antissistemas ou apenas lideranças populares. Muito comum, portanto, é que esses tais novos partidos procurem formas de se legitimar por meio de sua democracia interna — o que também obriga os partidos tradicionais a se adaptarem.

Isso nos levou a quatro princípios básicos para a democracia: a inclusão, a maior participação de indivíduos nas decisões partidárias; a deliberação, maiores espaços para a produção de consensos dialógicos; o pluralismo, a garantia dos grupos internos de manter sua oposição; e a difusão, a descentralização dos espaços decisórios. Em suma, essas regras são importantes para garantir que grupos internos se formem, trazendo críticas e pressionando a própria organização. Propomos ao final que os partidos-movimentos seriam uma forma na qual esse tipo de democracia intrapartidária era mais respeitada e tecemos breves considerações sobre esta forma.

Entretanto, ao abordar o Podemos, tínhamos em mente as mudanças na percepção da democracia que o partido procurou abraçar em suas práticas. Portanto, no capítulo 2, propusemos que havia surgido uma nova clivagem social pautada em mudanças nas formas de organização e percepção dos indivíduos, especialmente na juventude urbana. Consideramos que da mesma forma que clivagens anteriores surgiram de mudanças na modernidade, a atual advém da predominância na contemporaneidade dos princípios organizativos em redes.

As redes são desenvolvidas e ganham concretude maior com o avanço nas tecnologias de informação e comunicação. Desse modo, observamos as principais mudanças trazidas pelas tecnologias nas formas de organização social e de ativismo. Ressaltamos que isso incluía: um maior apelo pela autonomia; uma redução dos custos da ação coletiva; uma maior facilidade dos indivíduos produzirem suas próprias narrativas para um grande número de pessoas; e com isso uma tendência a um novo regime de produção e legitimação de lideranças que seria mais descentralizada e menos formalizado.

Contra essa imagem rósea das redes digitais, observamos também que elas sempre foram atravessadas pela hierarquia e pelo mercado. A bem da verdade, portanto, as redes permitiram, ao mesmo tempo, grandes concentrações de poder e as legitimaram. As cadeias de intermediários que se acreditava reduzidas, na verdade criam uma ecologia que tem como principal fonte de organização as plataformas digitais, e àqueles que melhor as utilizam. Assim, no individualismo contemporâneo, a tendência à exposição midiática exacerbada do papel do

comunicador, como observou Manin, reforça formas de atuação social pautada na existência de hiper-atores.

No terceiro capítulo, procuramos esclarecer grande parte dessas problematizações. Nele, percorremos o caminho que começa no acontecimento do 15M e acaba por desembocar na criação do Podemos e na sua conflituosa consolidação dentro do sistema político espanhol. Como escreveu Iglesias, o 15M abriu uma janela de oportunidade política em que muitos partidos se lançaram.

As condições de formalização jurídica tornavam mais fácil o registro partidário na Espanha. Entretanto, os méritos do Podemos não podem ser descartados, pois nenhum partido havia antes rompido com o bipartidarismo espanhol. Esse sucesso, desde o início, parecia incorrer, por um lado, na própria emulação das práticas organizativas do 15M para dentro do sistema partidário, dentre as quais podemos destacar o uso de plataformas digitais, empregadas de forma a facilitar os processos de inclusão, deliberação, pluralismo e difusão. Filiar-se ao partido se tornou uma tarefa fácil, que jovens a partir de seus 14 anos poderiam fazer, bastando apenas se inscrever no site e podendo com isso já participar da Assembleia Cidadã. Nos espaços de discussão eram possíveis, por meio dos *apps* utilizados, tanto a deliberação quanto o pluralismo, enquanto que a força dos círculos inicialmente permitia uma maior difusão dos canais de poderes, não ficando tudo adstrito a regras de um grupo centralizado.

Também no início percebemos a importância da atuação em rede para o financiamento coletivo do partido e para o partido financiar iniciativas da militância. Seguindo uma tendência dos partidos antissistemas, o Podemos consegue se manter enquanto um partido anti-establishment pelo seu engajamento e a colaboração dos grupos que o apoiam.

Não podemos deixar de ressaltar, no entanto, que o seu sucesso eleitoral é notadamente atribuído ao desenvolvimento das capacidades comunicativas do partido da *Tuerka*, especialmente na figura carismática de Pablo Iglesias. Nesse segundo caso, para conseguir “tomar o céu de assalto” acreditava-se ser importante estruturar uma burocracia centralizada nas figuras das lideranças do partido, dando origem à secretaria-geral estatal. Também, usaram o rosto de Iglesias como marca para atrair setores amplos da população para o Podemos, ao mesmo tempo personalizando o partido e estendendo seu alcance.

As duas tendências se chocaram nas primeiras Assembleias de Vistalegre. Na primeira, o choque ficou encarnado na proposta de Echenique pelos *Círculos* contra uma proposta mais fechada em torno da secretaria-geral, defendida pelo grupo da *Tuerka*. Na segunda Assembleia, agora era Errejón, o intelectual por trás da estratégia de *blitzkrieg* do partido que se posicionava contra Iglesias, que agora possuía grande prestígio e poder dentro do partido e se aliava a

Echenique. Na terceira assembleia, sem mais nenhuma oposição à vista — tendo em vista a queda de Errejón —, o partido tornou mais nítida a diferença entre o membro e o simpatizante, como forma de restaurar à militância um lugar de maior destaque no seio da organização. Inclusive o círculo ganhou maior centralidade dentro da estrutura interna partidária.

Nossa proposta, portanto, é que o sucesso eleitoral do Podemos possa ser explicado por uma conjunção de práticas *catch all* aliada a mobilização típica dos partidos-movimentos. O partido conseguiu assumir uma postura discursiva ambígua, com alto índice de pessoalidade, mas, ao mesmo tempo, manteve uma forma organizativa aberta. Partidos *catch all* precisam de um discurso ambíguo para poder alcançar amplos setores do eleitorado. Aqui, porém, o discurso vazio era justamente o da crítica à democracia tradicional, o que o permitiu inovar em práticas organizativas através dos usos das novas tecnologias digitais.

A inclusão digital foi um dos principais mecanismos da sua doutrina de participação: bastava ter ao menos 14 anos que já era possível participar do voto em primárias e eleições a cargos internos. Isso borrou as diferenças entre membros e simpatizantes, fazendo da militância engajada uma das grandes forças motrizes do partido. O partido inclusive inicialmente era altamente dependente dos recursos oferecidos, quer seja de tempo de trabalho, horas de discussão ou financeiros. Portanto, essa fórmula estimula a colaboração voluntária como maneira de manter sua organização funcionando.

As redes, porém, não impedem o comando. Fazendo eco às preocupações de Katz e Mair, a maior inclusão expandiu muito a base política do partido e a tornou altamente reativa, enquanto os grupos intermediários perderam seu espaço para pautar o debate. Somado a tudo o que foi apontado, há a exacerbação de tendências plebiscitárias e bonapartistas de condução da democracia interna, o que pode agora ser verificado nas altas cúpulas do partido.

Para piorar, a ideia de comprimir as funções burocráticas levadas a cabo pelas plataformas digitais sempre deixaram de fora o fato de que elas mesmas são mediadoras e acabam por concentrar o poder. Da mesma forma, a supressão e redução de diversos quadros do comitê nacional foi feita pela acumulação de cargos internos e públicos.

Katz e Mair, porém, parecem transformar todas as inovações democráticas em demagogias cesaristas. Se olharmos de fato para o Podemos, percebemos que muitos problemas apontados pela literatura da oligarquização dos partidos encontram certa guarida no desenrolar do partido. Todavia, também é verdade que mesmo Iglesias sabe que a sua força depende da mobilização dos militantes, fazendo com que haja sempre concessões.

Esse é o caso dos *Círculos* e da figura do militante construída na última assembleia. Nesse processo, os círculos se aproximam das seções, as unidades básicas dos partidos de

massa tradicionalmente estudados por Duverger. Isso traz certa vantagem ao militante e a possibilidade de construir quadros intermediários. Apesar das alterações sofridas pelo papel do militante dentro do partido ao longo de sua consolidação, Iglesias manteve o poder de votação nas assembleias para os demais filiados inscritos, garantindo que a forma plebiscitária siga sendo a principal maneira de participação nas instâncias do partido. Com isso reforça uma estratagemia de tipo clássico, onde a autonomia local é compensada pelo centralismo a nível nacional.

O motivo dessa falha, podemos considerar que está na baixa presença de outros princípios da democracia interna partidária, para além da inclusão, como é o caso da deliberação, do pluralismo e da difusão. Isso é um problema, pois, como vimos, uma democracia que avança apenas com a inclusão, não consegue de fato garantir a democracia interna. Por exemplo, em vez de praticar a difusão, as instâncias decisórias do partido ficaram muito concentradas na secretaria-geral e no Conselho de coordenação, cujos cargos são apontadas por Iglesias. Sem a existência de limites internos no cargo, ainda é possível a personalização das lideranças nesse mesmo espaço, apenas reforçando que é o seu grupo aquele responsável por decidir as regras que serão aplicadas.

Através disso, podemos observar uma alteração também no que diz respeito ao pluralismo interno. Os grupos que pensavam de maneira diferente de Iglesias se viram minados em suas posições políticas. As disputas que ocorreram resultaram na saída dos dissidentes, sendo o caso mais emblemático o de Errejón. A deliberação a nível partidário, ainda que muito avançada pelo uso de novas tecnologias, pelos círculos e pelos debates gravados entre os candidatos nas primárias e em Vistalegre, ficou também prejudicada por conta de excessos de decisionismo pela cúpula. E também pela falta de engajamento de uma base que é formada principalmente por filiados. Nesse ponto, porém, as tentativas de reativar o *Círculo* vão ao encontro das demandas por maior deliberação, mesmo que isso tenha vindo atrelado a redução do escopo da inclusão.

Há ainda um outro ponto em que o Podemos se afasta dos partidos cartéis. Tais partidos teriam uma estrutura de estratagemia, por permitirem uma maior autonomia a nível local, mas ainda com controle centralizado a nível local. No caso do partido Podemos, a autonomia do nível local se deu nas confluências. No nível municipal, o partido não conseguiu impor sua hegemonia e teve que se abrir mais uma vez ao diálogo e a construção de projetos comuns, típicas das organizações em rede.

Assim, suas coalizões vitoriosas em Valência, Catalunha ou Galícia contaram com o protagonismo compartilhado com outras forças locais, o que também levou o partido a nível

nacional a defender de forma mais enfática a autonomia das regiões em um desenho de Estado Plurinacional. Em outras palavras, a forma típica de uma estratárquia foi colocada pelas forças externas ao partido, não tendo havido da parte do próprio uma estruturação interna para acompanhar⁷⁴.

Portanto, é possível dizer que a organização partidária depende das forças dos grupos externos que o apoiam e, na medida em que esses grupos possam se sentir traídos, o partido perde força. É o mesmo motivo pelo qual em Vistalegre III procurou-se revitalizar o papel dos círculos. Um partido criado nos meios digitais têm um apoio tão fugaz quanto seu sucesso. Para administrá-lo é preciso estar aberto à participação.

No cômputo geral, porém, seria temerário apostar que a organização política do Podemos rompeu com qualquer processo de oligarquização. Ao contrário, ela parece ter descoberto novas formas nas quais esses processos são reiterados, reafirmando o personalismo, o bonapartismo interno e outros problemas que a literatura já constatou, mas, dessa vez, apoiado sobre uma chave *high tech*. A hiperliderança é o grande perigo que as novas tendências nos mostram, o que em grande medida faz eco às políticas populistas que têm vicejado na atual modernidade.

É tempo de pessimismo da razão, mas de otimismo da vontade também. Afinal, não deixa de ser verdade que estas formas foram cotejadas pela força dos protestos e pela capacidade dos atores sociais seguirem engajados. Portanto, temos no partido uma tensão ainda não totalmente resolvida. São esses elementos, de movimentos locais, de cibermilitância, que negam constantemente a hiperliderança que tem sido erigida. E é na medida em que essa negação ainda está presente no partido, que podemos acreditar que sua organização ainda pulsa, se transforma e nos ajuda a imaginar um caminho para pôr fim às oligarquias.

⁷⁴ Algumas propostas avançaram com maior autonomia nos últimos dois Vistalegres, mas de maneira tímida em comparação com a proposta mais direta de Errejón, nesse caso de institucionalizar a autonomia das instâncias locais e regionais.

REFERÊNCIAS

AMARAL, O. O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos: uma avaliação de 100 anos de literatura. *Revista Debates*, v. 7, n. 2, p. 11, 23 ago. 2013.

ALCÂNTARA, Livia Moreira de. *Ciberativismo e a dimensão comunicativa dos movimentos sociais: repertórios, organização e difusão*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). IESP- Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Orientador: Breno Marques Bringel. p.112

ALCÂNTARA, Livia Moreira de. Ciberativismo e a dimensão comunicativa dos movimentos sociais: repertórios, organização e difusão. *Política & Sociedade*, v. 15, n. 34, p. 315, 22 dez. 2016.

ARATO, Andrew. Socialism and Populism. Rochester, NY: *Social Science Research Network*, 1 nov. 2018. Disponível em: <<https://papers.ssrn.com/abstract=3472635>>. Acesso em: 25 nov. 2020.

ARAUJO, Kathya. La política en tiempos de transformación- La relación entre ciudadanía y política institucional desde la perspectiva de los actores políticos. *Análisis n°3/2019*. Fundación Friedrich Ebert en Chile. 2019

ARAUJO, Kathya; MARTUCCELLI, Danilo. *Desafíos comunes: retrato de la sociedad chilena y sus individuos*. Santiago: LOM Ediciones, 2012.

ARAUJO, Kathya; MARTUCCELLI, Danilo. LEER LOS MOVIMIENTOS SOCIALES DESDE EL INDIVIDUALISMO: REFLEXIONES A PARTIR DE LATINOAMÉRICA. *Educação & Sociedade*, v. 41, 2020.

BADIOU, A. *A hipótese comunista*. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2012.

BARBERÀ, Oscar; BARRIO, Astrid; Rodríguez-Teruel, Juan. New parties' linkages with external groups and civil society in Spain: A preliminary assessment. *Mediterranean Politics*, 2018. DOI: 10.1080/13629395.2018.1428146

BAUMAN, Zygmunt. *Liquid Modernity*. Cambridge: Polity Press. 2000

BECK, Ulrich. *A Reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva*. IN BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. *Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. Tradução de Maria Amélia Augusto. Oeiras: Celta Editora, 2000.

BENKLER, Yochai. *The Wealth of Networks: how social production transforms markets and freedom*. New Haven and London: Yale University Press, 2006

BENNETT, Lance W.; SEGERBERG, Alexandra. THE LOGIC OF CONNECTIVE ACTION, *Information, Communication & Society*, 15:5, 739-768, 2012. DOI: 10.1080/1369118X.2012.670661.

BICKERTON, C. J.; ACCETTI, C. I. “Techno-populism”; as a new party family: the case of the Five Star Movement and Podemos. *Contemporary Italian Politics*, v. 10, n. 2, p. 132–150, 4 maio 2018.

BIMBER, B.; FLANAGIN, A. J.; STOHL, C. Reconceptualizing Collective Action in the Contemporary Media Environment. *Communication Theory*, v. 15, n. 4, p. 365–388, nov. 2005.

BOBBIO, Noberto. *Ensaio sobre Gramsci e o conceito de Sociedade Civil*. Trad. Marco Aurélio Nogueira e Carlos Nelson Coutinho. 2ªed. São Paulo: Paz e Terra. 2002.

BOLLEYER, N. (2012). New party organization in Western Europe: Of party hierarchies, stratarchies and federations. *Party Politics*, 18(3), 315–336. <https://doi.org/10.1177/1354068810382939>

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Éve. *O novo espírito do capitalismo*. trad. Ivone C. Benedetti. Rev. tec. Basílio Salum Jr. São Paulo: editora Martins Fontes. 2009

BORZ, G.; JANDA, K. Contemporary trends in party organization: Revisiting intra-party democracy. *Party Politics*, v. 26, n. 1, p. 3–8, jan. 2020.

BIRMAN, JOEL. O sujeito da diferença e a multidão. *Ide* (São Paulo. Impresso), v. 57, p. 25-40, 2014.

BRINGEL, BRENO. 15-m, Podemos e os movimentos sociais na Espanha: trajetórias, conjuntura e transições. *Novos estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 103, p. 59-77, Nov. 2015. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002015000300059&lng=en&nrm=iso>. access on 27 May 2020. <http://dx.doi.org/10.25091/s0101-3300201500030003>.

BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey. Junho de 2013, dois anos depois: polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil. *Nueva Sociedad*, 2015, p.4-17.

BRINGEL, B. M.; PLEYERS, G. *Protesta e indignación global: los movimientos sociales en el nuevo orden mundial*. Buenos Aires: CLACSO. Rio de Janeiro: FAPERJ, Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, 2017.

BRIZIARELLI, Marco. Podemos’ Twofold Assault on Hegemony: The Possibilities of the Post-Modern Prince and the Perils of Passive Revolution. In: Agustín; Ó. García; Briziarelli, M. (eds.). *Podemos and the New Political Cycle: Left-wing Populism And Anti-establishment Politics*. Palgrave Macmillan. Cham. 2018. DOI 10.1007/978-3-319-63432-6_5

BURKE, Edmund. *Thoughts on the Present Discontent and Speeches..* Transcribed from the 1886 Cassell & Company edition by David Price. Ebook gutenberg project. May, 2007. Disponível em: < <https://www.gutenberg.org/files/2173/2173-h/2173-h.htm>>. Acesso: 07/07/2020

BUTLER, Judith. *Notes Towards a Performative Theory of Assembly.* Cambridge: Havard University Press. 2015.

CARPIO, José. *El votante de Podemos, según el CIS: escorado a la izquierda, interclasista, urbano y formado.* RTVE, 4 February 2015, retrieved from: <www.rtve.es/noticias/20150204/votante-podemos-segun-cis-escorado-izquierda-interclasista-urbano-formado/1093281.shtml>. Acesso 20/11/2020.

CASTELLS, Manuel. *Communication Power.* 1ªed. New York: Oxford. 2009

CASTELLS, Manuel. *Redes de Indignação e Esperança: movimentos sociais na era da internet.* 1a. Rio de Janeiro: Zahar. 2013a

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede.* Vol.1. A Era da Informação: economia, sociedade e cultura. 6ªed. 16ª reimp. Sao Paulo: Paz e Terra. 2013b

CAVA, Bruno; BELTRÁN, Sandra Erencón. (2015). Da crise capitalista a reinvenção da democracia na Espanha e na Grécia. In: CAVA, Bruno; BELTRÁN, Sandra Erencón (org.). *Podemos e Syriza: Experimentações políticas e democracia no século 21.* São Paulo: Annablume.

CHAZEL, L.; VÁZQUEZ, G. F. Podemos, at the origins of the internal conflicts around the ‘populist hypothesis’ a comparison of the theoretical production, public speeches and militant trajectories of Pablo Iglesias and Íñigo Errejón. *European Politics and Society*, v. 21, n. 1, p. 1–16, 1 jan. 2020.

COHEN, Yves. *Autoridad y Vida Social: un problema contemporáneo.* 2020 (1h37min23s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=L8YUH7RGHI8&t=10s>>. acesso 09/11/2020.

COX, G. W. (1997). *Making votes count: strategic coordination in the world’s electoral systems.* Cambridge University Press.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo.* São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

DELEUZE, G. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: _____. *Conversações.* Trad. de Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia.* vol. 5. trad. Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. — São Paulo: Ed. 34, 1997.

DELLA PORTA, Donatella. *Can Democracy Be Saved? Participation, Deliberation and Social Movements.* Cambridge: Polity. 2013

DELLA PORTA, Donatella; FERNÁNDEZ, Joseba; HOUKI, hara; MOSCA, Lorenzo. *Movement parties Against Austerity*. Cambridge: Polity Press. 2017.

DELCLÓS, Carlos. (2015). *Hopes is a Promise: From the indignados to the rise of Spain*. London: Zed books Ltd. Kindle Edition.

DOMINGUES, José Maurício. (2013). *Modernidade Global e Civilização Contemporânea - Para uma renovação da teoria crítica*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

DOMINGUES, José Maurício. As formas básicas de interação social. in: _____. *Emancipação e história*. 1ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2018

DOMINGUES, J. M. *Critical Theory and Political Modernity* . London. Palgrave Macmillan, Springer, 2019.

DOWNS, Anthony (1957). *An Economic Theory of Democracy*. New York: Harper Collins.

DUVERGER, M. ; CAMPOS, J. ; GONZÁLEZ PEDRERO, E. *Los partidos políticos*. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 2001.

ENYEDI, Z. The Social and Attitudinal Basis of Political Parties: Cleavage Politics Revisited. *European Review*, v. 16, n. 3, p. 287–304, jul. 2008.

ERREJÓN, Iñigo. El 15-M como discurso contrahegemónico. *Encrucijadas Revista Crítica de Ciencias Sociales*. n. 2. 2011.

ERREJÓN, Iñigo; MOUFFE, Chantal . *Construir pueblo - Hegemonía y radicalización de la democracia*. Madrid: Icaria. 2015.

ESCOBAR, A. *Territories of Difference: Place, Movements, Life, Redes*. [s.l.] Duke University Press, 2008.

FERREIRA, Daniel Henrique da Mota. O espectro do Populismo. *Revista Filosofia, Ciência & Saúde*, nº162. Editora Escala. p.42-47. 2020

FERREIRA, Matheus Henrique da Mota. *A Ontogênese da Complexidade e a Complexidade da Ontogênese*. Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia), Universidade Federal do Rio de Janeiro.220fl.2020

FILIPPINI, Michele. Partido. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Org.). *Dicionário Gramsciano*. 1a ed. São Paulo: Boitempo. 2017.

FRANZÉ, Javier. The Podemos Discourse: A Journey from Antagonism to Agonism. In: Agustín; Ó. García; Briziarrelli, M. (eds.). *Podemos and the New Political Cycle: Left-wing Populism And Anti-establishment Politics*. Palgrave Macmillan. Cham. 2018. DOI 10.1007/978-3-319-63432-6_5

FRASER, Nancy. (2019). Neoliberalismo progressista versus populismo reacionário: a escolha de Hobson. In: GEISELBERGER, Heinrich. *A grande regressão: um debate internacional sobre os novos populismos – e como enfrentá-los*. São Paulo: Estação Liberdade.

GERBAUDO, Paolo. *The Mask and the Flag: Populism, Citizenism, and Global Protest*. Oxford: Oxford university press. Kindle ebook edition. 2017.

GERBAUDO, P. *The Digital Party: Political Organisation and Online Democracy*. London: Pluto Press, 2019.

GIDDENS, Anthony. *As Consequências da Modernidade*. tradução de Raul Fiker. - São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GRAMSCI, Antonio. (2014). *Cadernos do Cárcere*. Vol. 5. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

GRAMSCI, Antonio. (2015). *Cadernos do Cárcere*. Vol. 6. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 3. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2016.

GUTIÉRREZ, Bernardo. Bem-vindos à era dos pós-partidos políticos. In: CAVA, Bruno; BELTRÁN, Sandra Erencón (org.). *Podemos e Syriza: Experimentações políticas e democracia no século 21*. São Paulo: Annablume. 2015

HABERMAS, J. Three normative models of democracy. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 36, p. 39–53, 1995.

HABERMAS, Jurgen. *Teoria do Agir Comunicativo*. Vol.2 -sobre a crítica da razão funcionalista. trad. Fabio Beno Siebeneichler. 1ª ed. São Paulo: UNESP. 2012

HAMILTON, A.; MADISON, J.; e JAY, J. *O Federalista*. Brasília, Ed. UnB, 1984.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Multidão: guerra e democracia na era do Império*. Rio de Janeiro: Record. 2005

HARDT, M.; NEGRI, A. *Assembly*. New York: Oxford University Press, 2017.

HARMEL; Robert; JANDA, Kenneth (1994). An integrated theory of party goals and party change. *Party Politics* 6(3): 59–87.

HAYEK, Friedrich A. *LAW, LEGISLATION AND LIBERTY - A new statement of the liberal principles of justice and political economy*. London: Routledge. 2ªreimp. 1998

HAZAN, RY. RAHAT, G. *Democracy within Parties*. Candidate Selection methods and their Political Consequences. Oxford: Oxford University Press. 2010

- IGLESIAS, Pablo. (2015). COMPREENDENDO O PODEMOS. *New Left Review*, 93. pp. 9-32. Jul/Ago trad. Charles Rosa. Disponível em: <https://esquerdasocialista.com.br/pablo-iglesias-compreendendo-o-podemos/>.
- IGNAZI, P. The four knights of intra-party democracy: A rescue for party delegitimation. *Party Politics*, v. 26, n. 1, p. 9–20, jan. 2020.
- JURIS, Jeffrey S. Reflections on #Occupy Everywhere: Social media, public space, and emerging logics of aggregation. *American ethnologist*, v. 39, n. 2, p. 259-279, 2012.
- KATZ, R. S.; MAIR, P. The Evolution of Party Organizations in Europe: The Three Faces of Party Organization. *American Review of Politics*, v. 14, p. 26, 1993.
- KATZ, R. S.; MAIR, P. Changing Models of Party Organization and Party Democracy: The Emergence of the Cartel Party. *Party Politics*, v. 1, n. 1, p. 5–28, jan. 1995.
- KATZ, R. S.; MAIR, P. The Cartel Party Thesis: A Restatement. *Perspectives on Politics*, v. 7, n. 4, p. 753–766, dez. 2009
- KATZ, R. S.; MAIR, P. Parties, interest groups and cartels: A comment. *Party Politics*, v. 18, n. 1, p. 107–111, jan. 2012.
- KELLER, E. F. Organisms, Machines, and Thunderstorms: A History of Self-Organization, Part Two. Complexity, Emergence, and Stable Attractors. *Historical Studies in the Natural Sciences* 39.1. (2009): 1-31.
- KINZO, Maria D'Alva G.. Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo , v. 19, n. 54, p. 23-40, Feb. 2004 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092004000100002&lng=en&nrm=iso>. access on 23 Nov. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092004000100002>
- KIRCHHEIMER, Otto. The waning of opposition in parliamentary regimes. *Social Research* 24: 127–56. 1957.
- KIRCHHEIMER, Otto. A transformação dos sistemas partidários da Europa Ocidental. *Rev. Bras. Ciênc. Polít., Brasília* , n. 7, p. 349-385, Apr. 2012 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522012000100014&lng=en&nrm=iso>. access on 27 May 2020. <https://doi.org/10.1590/S0103-33522012000100014>.
- KITSCHHELT, Herbert. 2000. Citizen, politicians, and party cartelization. *European Journal of Political Research* 37 (2): 149–79.
- KITSCHHELT, Heber. Party-movement. In: KATZ, R. S.; CROTTY, W. J. (EDS.). *Handbook of party politics*. London ; Thousand Oaks, Calif: SAGE, 2006.

LABIO-BERNAL, A. Anti-Communism and the Mainstream Online Press in Spain: Criticism of Podemos as a Strategy of a Two-Party System in Crisis. In: Pedro-Carañana, J., BROUDY, D. and KLAHEHN, J. (eds.). *The Propaganda Model Today: Filtering Perception and Awareness*. Pp. 125–141. London: University of Westminster Pre.2018

LACLAU, Ernesto. (2013). *A Razão Populista*. 1a ed. Trad. Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Três Estrelas.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. (2015). *Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical*. São Paulo: Intermeios.

LANZONE, Maria Elisabetta; ROMBI, Stefano. Selecting Candidates Online in Europe: A Comparison Among the Cases of M5S, Podemos and European Green Party. In: Cordero, G.; Coller, X. (eds.), *Democratizing Candidate Selection*. Cham : Palgrave Macmillan. 2018
https://doi.org/10.1007/978-3-319-76550-1_6

LAVALLE, Adrián Gurza. Crítica ao modelo da nova sociedade civil. *Lua Nova*, São Paulo , n. 47, p. 121-135, Aug. 1999 . Disponível em:
 <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451999000200007&lng=en&nrm=iso>. acesso: 07/12/20. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451999000200007>.

LATOUR, B. *Reagregando o social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede*. Salvador: EDUFBA, 2012.

LÊNIN, V. I. *Obras Escolhidas de V.I.Lénine*. Edição em Português da Editorial Avante, 1977. disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1902/quefazer/fazer.pdf>>. Acesso: 22/12/20.

LIPSET, SM, ROKKAN, S. Cleavage structures, party systems and voter alignments: An introduction. In: LIPSET, SM, ROKKAN, S (org.). *Party Systems and Voter Alignments*. New York:Free Press. 1967

LIPSET, S. M.; TROW, M.; COLEMAN, J. *Union democracy: The internal politics of the international typographical union. What makes democracy work in labor unions and other organizations?* New York: Anchor Books.1962.

LOPEZ, Emanuel Rodríguez. (2016). *La Política en el Ocaso de la Clase Media: El Ciclo 15M - Podemos*. Madrid: Editora traficante de sueños.

LÖWY, Michael. *The Theory of Revolution in the Young Marx*. Chicago: Haymarket Books, 2005.

MAGRANI, Eduardo. *Democracia conectada: a internet como ferramenta de engajamento político-democrático*. 1ªed. Curitiba: Juruá, 2014

MANIN, B. As Metamorfoses do Governo Representativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n° 29, pp. 5-34. [Links] p. 21. 1995

MAIR, Peter. Cleavages. KATZ, R. S.; CROTTY, W. J. (EDS.). *Handbook of party politics*. London ; Thousand Oaks, Calif: SAGE, 2006.

MEDEIROS, Josué. *Para além do lulismo: o fazer-se do petismo na política brasileira*. 297f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2016.

MELO, Paulo V. T. P. *Do bipartidarismo imperfeito ao multipartidarismo: a crise de representação e a emergência de novos partidos espanhóis*. 250f. Tese (doutorado em ciência Política). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. 2019.

MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: UNB, 1982.

MICHELS, R. *Political Parties: a Sociological Study of the Oligarchical Tendencies of Modern Democracy*. New Brunswick: Transaction Publishers. 1999.

MORIN, Edgar. *Introdução ao Pensamento Complexo*. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MOUFFE, Chantal. Por um modelo agonístico de democracia. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n.25, p.11-23, nov., 2005.

MUÑOZ, Gerardo. *Reinvención Democrática en España: Comentario a los documentos políticos de Íñigo Errejón y Pablo Iglesias en Vistalegre II*. Enero 2017. Disponível em: <https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/51666377/Gerardo_Munoz_-_Vistalegre_2_Errejon_Iglesias_Democracia_FINAL.pdf?1486406500=&response-content-...>. Acesso: 23/12/2020

NEGRI, Antonio. *O poder constituinte: ensaios sobre a alternativa da Modernidade*. trad. Adriano Pilatti. 2ªed. Rio de Janeiro: Lamparina. 2015.

NEWMAN, M.; BARABÁSI, A.-L.; WATTS, D. J. *The Structure and Dynamics of Networks*. 1st edition ed. Princeton: Princeton University Press, 2006.

NUNES, R. G.. *The Organisation of the Organisationless: Collective Action After Networks*. 1. ed. Londres: Mute Books, 2014. 72p .

NUNES, Rodrigo. (2015). The Network Prince: Leadership between Clastres and Machiavelli. *International Journal of Communication*. pp. 3662-3679.

NUNES, R. G.. Anônimo, Vanguarda, Imperceptível. *SERROTE*, v. 24, p. 34-63, 2016.

NUNES, R. G. Multidão e Organização: Plano ou Sujeito?. In: SANTIAGO, Homero; TIBLE, Jean; TELLES, Vera. (Org.). *Negri no Trópico*. 1ed.São Paulo: N-1/ Autonomia Literária, 2017.

PANEBIANCO, Angelo. *Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PÉREZ AROZAMENA, R., (org). (2015). #PODEMOS. La Influencia del Uso de las Redes Sociales en la Política Española. Dykinson, Madrid.

PÉREZ-NIEVAS, Santiago; RAMA-CAAMAÑO, José; FERNÁNDEZ-ESQUER, Carlos. New Wine in Old Bottles? The Selection of Electoral Candidates in General Elections in Podemos. In: CORDERO, G.; COLLER, X. (eds.), *Democratizing Candidate Selection*. Cham : Palgrave Macmillan. 2018 https://doi.org/10.1007/978-3-319-76550-1_6

PINHEIRO-MACHADO, Rosana; FREIXO, Adriano de. Introdução. In: PINHEIRO-MACHADO, Rosana; FREIXO, Adriano de (org.). *Brasil em Transe: bolsonarismo, nova direita e desdemocratização*. col. Pensar a política. 1ªed editora raquel. 2019

PLEYERS, Geoffrey. (2017). Entre las redes sociales y las plazas. In: BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey. *Protesta e indignación global: los movimientos sociales en el nuevo orden mundial*. 1ªed. Buenos Aires: CLACSO. Rio de Janeiro: FAPERJ.

PODEMOS. *Mover la ficha: convertir la indignación en cambio político*. 2014a. Disponível em: <https://www.cuartopoder.es/alsoldelacalle/files/2014/01/Mover-ficha-convertir-laindignacio%CC%81n-en-cambio-poli%CC%81tico.pdf>. Acessado dia 11/12/16.

PODEMOS. *CLARO QUE PODEMOS: borrador de princípios organizativos*. 2014b. Disponível em: <<https://asambleaciudadana.podemos.info/propuestas/pdf/Documento-Organizativo-Claro-que-Podemos.pdf>>. Acesso 03/12//2020

PODEMOS. *Desplegar las velas: Un Podemos para Governar. Documento Político. Recuperar la Ilusión*. 2017 a. Disponível em:<https://vistalegre2.podemos.info/wp-content/uploads/2017/02/Recuperarlailusion_politico_def.pdf>. Acesso 03/12/2020

PODEMOS. *Mandar Obedeciendo: documento organizativo. Plan 2020*.2017b. Disponível em:<https://vistalegre2.podemos.info/wpcontent/uploads/2017/02/PPT_Doc_Organizativo.pdf>. acesso 03/12/20.

PODEMOS. *Recuperar la Ilusión*. Documento Organizativo. 2017c. Disponível em: <https://vistalegre2.podemos.info/wp-content/uploads/2017/02/Recuperarlailusion_organizativo_def.pdf>. acesso 02/03/2020.

PODEMOS. *PLAN 2020: DOCUMENTO POLÍTICO*. 2017d. disponível em: <https://vistalegre2.podemos.info/wp-content/uploads/2017/02/DEFPT_Doc_Poliu0301tico.pdf>. acesso:03/12/2020

PODEMOS. *DESBORDA: Sistema Echenique*. 2017e. Disponível em: <https://vistalegre2.podemos.info/wp-content/uploads/2017/01/DesBorda_sistema-Echenique_def.pdf>. acesso 03/12/2020.

PODEMOS. *Documento Organizativo*. 2020. Disponível em: <https://podemos.info/wp-content/uploads/2020/06/2020_06_Documento_organizativo_Podemos.pdf>. Acesso 03/12/2020.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o Poder, o Socialismo*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1985.

PRIGOGINE, Ilya; STENGERZ, Isabelle. *A nova aliança: metamorfose da ciência*. Tra. de Miguel Faria e Maria Joaquina Machado Trincheira. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1991.

RANCIÈRE, Jacques. *O ódio à democracia*. 1ªed. São Paulo: Boitempo. 2013.

RENDUELES, César; SOLA, Jorge. The Rise of Podemos: Promises, Constraints, and Dilemmas. In: Agustín; Ó. García; Briziarelli, M. (eds.). *Podemos and the New Political Cycle: Left-wing Populism And Anti-establishment Politics*. Palgrave Macmillan. Cham. 2018. DOI 10.1007/978-3-319-63432-6_5

RIBEIRO, Pedro José Floriano. *Dos Sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005*. 306fl. Tese (doutorado em Ciência Política). São Paulo: Universidade Federal de São Carlos.2008.

RODRIGUES, Theófilo Codeço Machado. *Partidos-movimento: a relações entre partidos políticos e sociedade civil no limiar do Século XXI*. Tese (doutorado em ciências sociais). Orientador: Luís Jorge Werneck Vianna. Departamento de ciências sociais. 212fl. 2017

RODRÍGUEZ-TERUEL, Juan; BARRIO, Astrid. Going National: Ciudadanos from Catalonia to Spain, *South European Society and Politics*, 2015. DOI: 10.1080/13608746.2015.1119646

RODRÍGUEZ-TERUEL, J.; BARRIO, A.; BARBERÀ, O. Fast and Furious: Podemos' Quest for Power in Multi-level Spain. *South European Society and Politics*, v. 21, n. 4, p. 561–585, out. 2016.

SARTORI, G. *Parties and Party System. A framework for Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press. 1976.

SCARROW, Susan. *Political Parties and Democracy in Theoretical and Practical Perspectives: Implementing Intra-Party Democracy*. Washington: National Democratic Institute for International Affairs. 2005.

SCARROW, Susan. The Nineteenth-century origins of modern political parties: the unwanted emergence of party-based politics. KATZ, R. S.; CROTTY, W. J. (EDS.). *Handbook of party politics*. London ; Thousand Oaks, Calif: SAGE, 2006.

SCARROW, Susan. New Challenges of Intra-Party Democracy: Grassroots Activists, Instant Members, and Cyber-Militants. In: AVRIL, Emmanuelle; ZUMELLO, Christine (org). *New Technology, Organizational Change and Governance*. London. Palgrave Macmillan. 2013

SCHAVELZON, Salvador. Podemos América do Sul e república plurinacional. In: CAVA, Bruno; BELTRÁN, Sandra Erencón (org.). *Podemos e Syriza: Experimentações políticas e democracia no século 21*. São Paulo: Annablume.2015

SCHAVELZON, Salvador; Webber; Jeffery R. Podemos and Latin America. In: Agustín; Ó. García; Briziarelli, M. (eds.). *Podemos and the New Political Cycle: Left-wing Populism And Anti-establishment Politics*. Palgrave Macmillan. Cham. 2018. DOI 10.1007/978-3-319-63432-6_5

SCHUMPETER, Joseph Alois [1942]. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.

SEGURADO, R.. PARTIDO PODEMOS: NOVAS PRÁTICAS POLÍTICAS NA ESPANHA. *E-Legis*, v. 9, p. 7-22, 2016

SEGURADO, Rosemary ; BACHINI, N. ; CHICARINO, T. S. Podemos: a relação entre partido e movimento e entre liderança e protagonismo. In: *39º Encontro Anual da ANPOCS*, 2015, Caxambu. v. 1. p. 1.

SRNICEK, Nick. *Platform capitalism*. New York: John Wiley & Sons. 2017

STREECK, Wolfgang. As crises do capitalismo democrático. Trad. Alexandre Morales. *Novos estud. - CEBRAP [online]*. 2012, n.92, pp.35-56. ISSN 0101-3300. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002012000100004>.

STOLL, Heather. Social Cleavages and the Number of Parties: How the Measures You Choose Affect the Answers You Get. *Comparative Political Studies*, v. 41, n. 11, p. 1439–1465, nov. 2008.

TARROW, Sidney (2009). *O poder em movimento: Movimentos Sociais e Confronto Político*. Petrópolis: Vozes.

TEIXEIRA, Antonio Claudio Engelke Menezes.. Grassroots media activism and the counter-hegemonic narrative of politics. *Ephemeria (Online)*, v. 20, p. 147-175, 2020.

TEIXEIRA, Antonio Claudio Engelke Menezes. A utopia antipolítica de Negri e Hardt. *Lua Nova*, São Paulo , n. 107, p. 203-233, Aug. 2019 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452019000200203&lng=en&nrm=iso>. access on 26 Nov. 2020. Epub Sep 12, 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-203233/107>

TEIXEIRA, Antonio Claudio Engelke Menezes. O comum como linguagem política. *E-COMPÓS (BRASÍLIA)*, v. 20, p. 1-22, 2017.

TERRANOVA, Tiziana. Free Labor: Producing Culture for the Digital Economy. *Social Text*, 63 (Volume 18, Number 2), Summer 2000, pp. 33-58

TERRANOVA, T. *Network culture: politics for the information age*. London ; Ann Arbor, MI: Pluto Press, 2004.

TEPPER, J. *The Myth of Capitalism: Monopolies and the Death of Competition*. 1ª edição New York: John Wiley & Sons, 2018.

TOCQUEVILLE, Aléxis. *A Democracia na América*. Livro 1 - Leis e Costumes. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes. 2005.

TOCQUEVILLE, Aléxis. *A Democracia na América*. Livro 2 - Sentimentos e Opiniões. 1 ed. 2ª tiragem. 2004. disponível em:

<<https://saudeglobaldotorg1.files.wordpress.com/2013/08/te1-tocqueville-democracia-na-amc3a9rica-ii.pdf>>. Acesso em: 08/08/2019.

TORET, Javier (org.). *Tecnopolítica: la potencia de las multitudes conectadas*. El sistemared 15M como nuevo paradigma de la política distribuida. DATANALYSIS 15M. Working Paper Series RR13-001. Disponível em: <[https://tecnopolitica.net/sites/default/files/1878-5799-3-PB%20\(2\).pdf](https://tecnopolitica.net/sites/default/files/1878-5799-3-PB%20(2).pdf)>. Acesso 03/12/2020

TORMEY, Simon; FEENSTRA, Ramón A. Reinventing the political party in Spain: the case of 15M and the Spanish mobilisations. *Policy Studies*, 36:6, 590-606. 2015.

DOI:10.1080/01442872.2015.1073243

TOURAINÉ, Alain. *Pensar outramente: o discurso interpretativo dominante*. 1ªed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

TUPINAMBÁ, Gabriel (2017). The unemployable and the generic: rethinking the commons in the communist hypothesis. *Palgrave Communications*, v. 3, p. 17073.

URBINATI, N. *Democracy Disfigured: Opinion, Truth and the People*. Cambridge, MA: Harvard Univ. Press. 2014

URBINATI, N. Political Theory of Populism. *Annual Review of Political Science*, v. 22, n. 1, p. 111–127, 11 maio 2019.

VAN LAER, J.; VAN AELST, P. INTERNET AND SOCIAL MOVEMENT ACTION REPERTOIRES. *Information, Communication & Society*, v. 13, n. 8, p. 1146–1171, 1 dez. 2010.

WALLERSTEIN. *a hora dos partidos-movimentos*. Outras palavras. publicado em 15/06/2015. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/sem-categoria/wallerstein-limites-e-esperancas-dos-partidos-movimentos/>>. acesso. 11/12/2020

WEBER, M. *A Política como vocação*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

WOLINETZ, Steven. Beyond the Catch-All Party: Approaches to the Study of Parties and Party Organization in Contemporary Democracies. In: GUNTHER, Richard; MONTERO, Jose; LINZ, Juan. *Political Parties: Old Concepts, New Challenges*. Oxford: OUP, 2002. p. 136-165.